



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS ARGENTINOS E
CHILENOS: CONSTRUINDO UM ESTADO DA ARTE**

JOSUÉ PEREIRA DOS SANTOS

João Pessoa/2018

JOSUÉ PEREIRA DOS SANTOS

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS ARGENTINOS E
CHILENOS: CONSTRUINDO UM ESTADO DA ARTE**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, na Linha de Pesquisa: "Políticas Públicas".

ORIENTADOR(A): Profa. Dra. Lizandra Serafim

João Pessoa
2018

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

S237p Santos, Josue Pereira Dos.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS ARGENTINOS E CHILENOS:
CONSTRUINDO UM ESTADO DA ARTE / Josue Pereira Dos
Santos. - João Pessoa, 2018.

110 f.

Orientação: Lizandra Serafim.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Participação juvenil; Políticas Públicas; Democrac.
I. Serafim, Lizandra. II. Título.

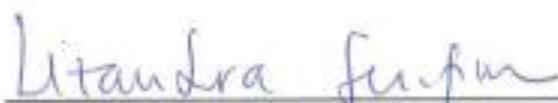
UFPB/BC

JOSUE PEREIRA DOS SANTOS

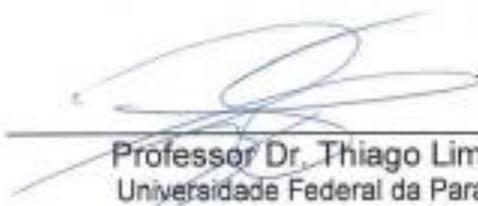
**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS ARGENTINOS E
CHILENOS: CONSTRUINDO UM ESTADO DA ARTE**

Aprovada em: 25/07/18

BANCA EXAMINADORA



Professora Dra. Lizandra Serafim – Orientador(a)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Professor Dr. Thiago Lima da Silva
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Professor Dr. Wagner de Melo Romão
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
(Avaliador Externo)

João Pessoa
Julho, 2018

À tia Salomé Maria dos Santos (*in memoriam*)
Minha inspiração de generosidade, dedico.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, pelo milagre da vida. Força Motriz de todas as transformações positivas da minha vida;

Aos meus pais, Pedro Pereira da Rocha e Livramento Maria dos Santos Rocha, pelo apoio incondicional;

Aos meus irmãos, Antonio, Luiz, Paulo, José, Roseli, Rosineide, Rosilene e Josefa, que sempre torceram pelo meu sucesso;

Agradeço, de modo especial, aos meus tios Tereza Maria dos Santos e Josué Guedes Batista, sempre “casa” de portas abertas para me receber nos dias que precisei de abrigo.

À Universidade Federal da Paraíba, pela oportunidade acadêmica;

À Prefeitura Municipal de Dona Inês, pela concessão de horário especial, previsto no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, que possibilitou que eu frequentasse às aulas.

À Professora Dra. Lizandra Serafim, agradeço pelas orientações sempre valiosas. Sem elas a realização deste trabalho não seria possível.

Aos professores doutores, Thiago Lima da Silva e Wagner de Melo Romão, que me honraram fazendo-se presentes na minha Banca de Qualificação, contribuindo de modo decisivo para a realização deste trabalho;

Aos colegas da turma I do PGPCI que tive o privilégio de fazer parte, de modo especial a David, não apenas um colega de curso, mas um amigo para vida. Meu muito obrigado pelo conhecimento compartilhado durante as aulas e, também, durante o bate-papo do cafezinho.

Aos amigos e colegas de trabalho da Prefeitura Municipal de Dona Inês, Solange, Aline e Jairo, por me apoiar e me defender nas minhas ausências.

A todos que direta ou indiretamente me ajudaram a concretizar esse sonho, meu muito obrigado!

Yo Vengo a Ofrecer Mi Corazón

Fito Páez

*¿Quién dijo que todo está perdido?
Yo vengo a ofrecer mi corazón
Tanta sangre que se llevó el río
Yo vengo a ofrecer mi corazón*

*No será tan fácil, ya sé qué pasa
No será tan simple como pensaba
Como abrir el pecho y sacar el alma
Una cuchillada del amor*

*Cuna de los pobres siempre abierta
Yo vengo a ofrecer mi corazón
Como un documento inalterable
Yo vengo a ofrecer mi corazón*

*Y uniré las puntas de un mismo lazo
Y me iré tranquilo, me iré despacio
Y te daré todo, y me darás algo
Algo que me alivie un poco más*

*Cuando no haya nadie cerca o lejos
Yo vengo a ofrecer mi corazón
Cuando los satélites no alcancen
Yo vengo a ofrecer mi corazón*

*Y hablo de países y de esperanzas
Hablo por la vida, hablo por la nada
Hablo de cambiar ésta, nuestra casa
De cambiarla por cambiar, nomás
¿Quién dijo que todo está perdido?
Yo vengo a ofrecer mi corazón*

RESUMO

Trata-se de um estudo sobre a participação política dos jovens argentinos e chilenos que objetiva apresentar as principais discussões em torno desse tema. Mediante uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), foi possível perceber que os estudiosos tem se debruçado sobre as seguintes categorias temáticas, no Chile: Perspectiva histórica sobre o tema; Aspectos geracionais; Reflexões sobre as políticas de juventude; Repertórios e novas configurações de participação juvenil; Imaginários sobre os jovens nos discursos institucionais e nas políticas públicas; Participação no contexto de consumo de massa; Impressões dos jovens sobre política; Já no contexto Argentino: Jovens e educação/Política no contexto Escolar/ Movimentos sociais/estudantil; jovens no contexto urbano; Representações e formações discursivas; Perspectiva histórica e Políticas para a juventude. Essas categorias temáticas nos ajudaram a compreender a difícil relação histórica entre os jovens e o Estado nos processos de formulação de políticas públicas voltadas para esses atores sociais que foram negligenciados e mal interpretados desde a sua irrupção enquanto sujeitos sociais importantes, não apenas sob essa perspectiva, mas também, ajuda-nos a compreender sua importância no aprimoramento e aprofundamento da democracia nos países em análise.

Palavras-chave: Participação juvenil; Políticas Públicas; Democracia; Argentina, Chile;

ABSTRACT

It is a study about the political participation of young Argentines and Chileans who intends to present the main discussions around this theme. Through a Systematic Review of Literature (RSL), it was possible to perceive that scholars have been considering the following thematic categories, In Chile: Historical perspective on the theme; Generational aspects; Reflections on youth policies; Repertories and new configurations of youth participation; Imaginaries about young people in institutional discourses and public policies; Participation in the context of mass consumption; Impressions of young people on politics; Already in the Argentine context: Youth and education / Politics in the School context / Social movements / student; young people in the urban context; Representations and discursive formations; Historical Perspective and Policies for Youth. These thematic categories have helped us to understand the difficult historical relationship between young people and the State in the processes of formulating public policies aimed at these social actors that have been neglected and misinterpreted since their emergence as important social subjects, not only from this perspective, but also helps us to understand its importance in improving and deepening democracy in the countries under analysis.

Key-words: Youth participation; Public politics; Democracy; Argentina; Chile.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11	
Cidadania, Participação e Juventude(s): Aspectos conceituais.....	15	
Aspectos metodológicos.....	22	
CAPÍTULO 1		
ANTECEDENTES DA PARTICIPAÇÃO JUVENIL		
1.1 Argentina.....	28	
1.2 Participação política dos jovens chilenos: protagonismo do movimento estudantil.....	37	
CAPÍTULO 2		
PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO POLITICA DOS JOVENS CHILENOS NA SUA HISTÓRIA RECENTE.....		46
2.1 Perspectiva histórica da participação juvenil: Aspectos geracionais.....	48	
2.2 Repertórios e novas configurações da participação cidadã das juventudes.....	52	
2.3 Configurações da participação política dos jovens no contexto do consumo de massa: Uso da tecnologia para fins políticos.....	56	
2.4 Reflexões sobre a participação juvenil e impressões dos jovens sobre política.....	59	
CAPÍTULO 3		
PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS ARGENTINOS: Aspectos relevantes.....		63
3.1 Jovens e educação.....	64	
3.2 Movimentos Sociais/estudantis e os jovens.....	67	

3.3 A particip(ação) política juvenil no contexto urbano.....	71
3.4 Estudos em perspectiva histórica.....	75
3.5 Outras Perspectivas sobre a participação juvenil.....	77
CAPÍTULO 4	
ANJOS OU DEMONIOS? A relação Estado, juventudes e políticas públicas	81
4.1 Políticas públicas: Aspectos Conceituais.....	81
4.2 Concepção de jovens nas políticas públicas: achados dessa RSL.....	85
4.3 Imaginários sobre jovens nos discursos institucionais e nas políticas públicas.....	88
4.4 Ainda sobre Representações e formações discursivas.....	95
4.5 A relação Juventudes e Estado: um diálogo de mudos.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	104

INTRODUÇÃO

Caracterização do tema/ Aspectos conceituais

Na busca de superar os regimes autoritários na América Latina, bem como seus “traumas”, foram desenvolvidas diversas experiências participativas, com grau variado de institucionalização, como também diversas iniciativas que partiram diretamente da sociedade civil. O fato é que essas experiências, criação de mecanismos e espaços participativos institucionalizados foram possíveis em razão de muitas lutas dos movimentos sociais, ONGs, partidos políticos, acadêmicos, cidadãos, e agentes da administração pública, orientados pelo objetivo de operar uma transformação profunda na sociedade (SERAFIM; MORONI, 2009).

Destaque-se o papel dos jovens, nesse cenário, como protagonistas na luta pelo aprofundamento da democracia, não apenas através da reivindicação para criação de meios institucionalizados, para o exercício da democracia, como eleições diretas, criação de partidos políticos, etc. Mas, também, pelo exercício da cidadania “por fora” desses mecanismos formais do regime democrático, como protestos nas ruas dos movimentos estudantis ou, recentemente, através da participação por meio das tecnologias de informação e comunicação (TIC), especialmente pelas redes sociais.

Assim, de acordo com os estudos, corpus dessa RSL, a última década do século XX foi caracterizada pelo aumento do desinteresse pelos jovens em relação à política convencional, gerado pela desconfiança que se abateu sobre os meios institucionais de ação política, sobretudo no contexto chileno (ACEITUNO, ASÚN, & RUIZ, 2009; FUENTES, 2006; BAEZA-CORREIA, 2012; PIZARRO, 2000; TORO, 2007; dentre outros). Ao mesmo tempo, o despertar do século XXI trouxe consigo um novo ciclo de mobilização e radicalização juvenil (LOPEZ, 2006; KRAUSKOPF, 2000) indicando que o pensamento simplista de que o jovem não se importa com política precisa ser problematizado, gerando um amplo debate que busca compreender os fenômenos recentes de mobilização, lançando luz sobre o seguinte questionamento: Que demandas e que meios de ação política não convencional tem sido mobilizados pelos jovens para se fazerem ouvir pelo Estado para produzir políticas públicas? (DONOSO, 2000).

Diante disso, como se caracterizam essas experiências de participação política¹ dos jovens argentinos e chilenos nesse início do século se coloca como questão central dessa pesquisa.

Como objetivo geral, busca-se caracterizar a participação política dos jovens argentinos e chilenos desse início de século, através da revisão sistemática de literatura, além dos seguintes objetivos específicos: i) contribuir para a elaboração de um estado da arte acerca da participação política dos jovens argentinos e chilenos; apresentando, dentre outros aspectos, os meios/mecanismos pelos quais os mesmos vem exercendo sua participação, a partir dos estudos selecionados; por fim, ii) refletir acerca do comportamento político dos jovens e sua relação com o Estado na produção de políticas públicas, bem como sobre sua importância para o aperfeiçoamento da democracia nos países foco desse estudo.

A escolha de estudar a participação política dos jovens argentinos e chilenos resultou de uma pesquisa preliminar e geral acerca da *participação social* na região do Cone Sul. O levantamento bibliográfico acerca da participação social na região mostrou que a participação dos jovens tem chamado a atenção dos estudiosos: De cerca de 100 artigos sobre participação social na Argentina, 8 discutiam a experiência política dos jovens; 62 artigos de estudiosos chilenos, 9 tratavam do tema. Enquanto não houve o mesmo interesse por esse ator social por parte de estudiosos paraguaios e uruguaios. Dos 73 artigos de autores paraguaios, apenas 01 tratou da categoria jovem, enquanto que dos 60 artigos de pesquisadores uruguaios, apenas 01 discutiu o protagonismo dos jovens nas questões políticas. Tal fato chama a atenção, como um indício de que o ator social denominado juventude(s) nesses países (Argentina e Chile) tem uma tradição de participação política, nos diversos momentos em que a liberdade e a garantia de direitos foram ameaçados. Isso acende o interesse para buscar compreender como os jovens desses países tem se comportado politicamente no despertar do novo milênio, quando já se passaram quase três décadas de democracia, mesmo que imperfeita. E essas imperfeições da democracia podem fornecer pistas para explicar o comportamento dos jovens com relação aos mecanismos formais. Por exemplo, é consenso entre os estudiosos que no Chile, vem ocorrendo o crescente desinteresse por parte dos jovens pela participação política através dos mecanismos formais da democracia,

¹ Os aspectos conceituais sobre participação, cidadania e juventude(s) serão tratados a seguir, na próxima seção.

pois os mesmos têm participado cada vez menos das eleições e de partidos políticos, demonstrando que o modelo de democracia representativa precisa ser aperfeiçoado.

Tratar da participação política dos jovens chilenos e argentinos faz *parte* do desafio que, conforme Serafim et al (2017), consiste na missão de construir ferramentas analíticas que permitam mensurar os resultados e o legado destas experiências (da participação social), e estabelecer metodologias comparativas e replicáveis em diferentes contextos, que possam contribuir para a elaboração de um panorama atualizado do tema (SERAFIM; ROMÃO; TEIXEIRA; 2017).

Ao longo da história das democracias latino-americanas, a categoria juventude(s) foi vista de maneiras distintas através das lentes de acadêmicos e produtores dos discursos públicos, conforme os períodos históricos, uma vez que não podemos tratar dos momentos recentes, sem a luz da história. Como mencionado, esse trabalho pretende realizar uma revisão de literatura e, daí, caracterizar como tem sido apresentado esse ator social na história recente desses países, ou seja, quais aspectos da participação política dos jovens tem sido objeto de estudo, visando apresentar um estado da arte a respeito do tema.

Na Argentina, por exemplo, durante 1968 a 1975, o sujeito jovem não era concebido como um ator social importante, pois era solapado, nos discursos da época, por outras filiações consideradas mais importantes, como classe social ou a condição de estudante (BONVILLANI, PALERMO, VÁZQUEZ & VOMMARO, 2010).

De acordo com Chaves apud Bonvillani et al (2010), a categoria “juventude²” somente pode ser definida a partir da sua inserção no tempo e espaço, isto é, situada no mundo social. Assim, a juventude pode ser entendida como i) um conceito que surge a partir de uma perspectiva relacional do indivíduo com o mundo que o cerca, resultando da tensão que põe em jogo tanto as formas de auto definição, como a resistência às formas pelas quais são definidos por “outros atores sociais” (sejam os adultos, as instituições sociais, outros jovens, dentre outros) (PEREZ ISLAS, 2000 apud BONVILLANI et al, 2010).

² Balardini (1999) defende a tese de que a juventude enquanto categoria social é produto da sociedade burguesa, capitalista, sendo que antes existiam jovens, claro, mas juventude enquanto fenômeno social em termos ocidentais que conhecemos hoje é um produto histórico que resulta das revoluções burguesas e do nascimento e desenvolvimento do capitalismo, tendo em vista que esse tipo de sociedade deixou às margens do desenvolvimento econômico a maioria dos jovens latino-americanos, gerando demandas que explodiram politicamente.

ii) Ao reconhecermos a existência das tensões em torno do conceito “juventudes”, pressupomos o reconhecimento das relações de poder e dominação social envolvidas nessa conceptualização, bem como seus limites simbólicos que delimitam as fronteiras de exclusão enquanto a um atributo associado com a juventude, que alguns atores sociais têm e outros não.

iii) Por fim, a modalidade “ser jovem” não é um conceito estanque, uma vez que tem mudado, e continua mudando, ao longo da história, em razão das conjunturas sociais, políticas e econômicas que também são dinâmicas. Essa dimensão é importante porque para compreendermos as formas que assumem a participação política dos jovens precisamos ser capazes de reconhecer as características distintas que as juventudes assumem ao longo de cada uma das etapas ou momentos históricos e as motivações das mudanças.

Como podemos verificar, conceituar a “juventude” não é uma tarefa simples. Ao contrário, necessita de uma perspectiva ampliada no que diz respeito aos contextos históricos, sociais e econômicos situados em determinados tempos e espaços, que apresentam variáveis determinadas e determinantes na definição das experiências políticas desses atores sociais. Assim, importa destacar que a idade biológica não é suficiente para definição do que vem a ser juventude.

Bonvillani et al (2010) aponta que há consenso nas ciências sociais sobre a necessidade de desconstruir a juventude como categoria homogênea e universal, para analisá-la considerando a diversidade de práticas, comportamentos e universos simbólicos que ela pode incluir, articuladas com variáveis como classe, gênero, etnia, cultura, região, contexto histórico, dentre outras. Assim, as pesquisas sobre os jovens realizadas em diferentes contextos, mostram que não se pode falar em juventude, no singular, uma vez que isso dá ideia de homogeneidade, como se houvesse apenas uma forma de ser jovem, o que não é verdade, como vimos acima. Por isso, devemos falar de juventude no plural, “as juventudes”, como única maneira de questionar e desconstruir aquilo que Braslavsky (1986) denominou de “o mito da juventude homogênea” (BONVILLANI et al, 2010, p. 24).

Falar de participação política dos jovens requer o entendimento do que vem a ser político. De fato, as experiências vividas pelos jovens podem ser consideradas políticas quando, de acordo com Bonvillani et al 2010: a) se produzem a partir da organização coletiva, uma vez que a política é uma forma coletiva do exercício do poder; b) que tenha um grau de visibilidade pública, seja de um sujeito, ou ação; c)

que reconheça um antagonista a partir do qual a experiência adquire um potencial político e, por fim, d) que se formule uma demanda que assuma caráter público e conflituoso. Portanto, a maneira de viver a política e o político pelos jovens (e por qualquer ator social) não pode ser pensada de maneira desconectada dos processos sociais, porque ocorre no interior desses processos (NÚÑEZ, 2008).

A contribuição da presente pesquisa vai além da apresentação de um estado da arte acerca do tema participação dos jovens nos dois países latino-americanos apresentando seus principais autores. Oferece um panorama sobre as práticas e experiências de participação política dos jovens nos distintos momentos históricos da Argentina e do Chile, apresentando aspectos importantes que podem ser reveladores para compreensão do tema *participação juvenil*, também, no âmbito regional, na sua história recente, buscando contribuir com a demanda de pesquisas voltadas para compreensão do fenômeno da participação social na América Latina (AL), nesse aspecto específico.

Assim, esse estudo, ao tratar da participação política juvenil na Argentina e no Chile, contribui para a compreensão da importância do fenômeno da participação social no processo de construção democrática no continente latino-americano, a exemplo de outros já realizados, como o “Movimentos Sociais e Participação: Abordagens e experiências no Brasil e na América Latina”, de Lígia Helena Hahn Lüchmann e Ilse Scherer-Warren (2011).

Cidadania, Participação e Juventude(s): Aspectos conceituais

A definição de cidadania tem sido discutida sob variados aspectos, desde seu sentido clássico – referindo-se à participação política da “polis”, até seu significado mais amplo, tendo como elemento constitutivo dessa concepção de cidadania ampliada o *direito a ter direitos*. Essa concepção não se limita à provisões legais, ao acesso a direitos definidos previamente ou à efetiva implementação de direitos formais abstratos. Ela inclui a invenção/criação de novos direitos, que surgem de lutas específicas e de suas práticas concretas (DAGNINO, 2004, p. 104). A cidadania se exerce e se aprende na vida cotidiana a partir das práticas sociais

concretas, por meio da participação em sociedade. A *participação*, por sua vez, se constitui como o eixo central para o desenvolvimento de qualquer ser humano (RODRIGUEZ, 2001).

Bendit (2000) destaca que a *participação* cidadã (seja de jovens ou adultos) nos processos políticos tanto a nível local, regional ou internacional, deve ser considerada como um elemento central para o funcionamento dos sistemas democráticos. Como tem sido demonstrado historicamente, a participação política dos cidadãos é de fundamental importância para a manutenção da legitimidade da ordem política, como também para a capacidade dos sistemas democráticos para enfrentar problemas sociais, econômicos e políticos (BENDIT, 2000).

A *participação* constitui uma dimensão chave da inclusão dos jovens na sociedade, pois é por meio dela que os mesmos expressam suas possibilidades e aspirações na construção de um futuro compartilhado (HOPENHAYN, 2004). Tal participação ocorre de variadas formas, como veremos nessa pesquisa, sendo expressa nos diversos espaços e práticas através das quais os jovens se envolvem em projetos coletivos, mecanismos de deliberação e negociação de interesses comuns. Como veremos adiante, existe uma tensão ao tratar-se da participação juvenil no âmbito institucional, ou seja, em relação ao Estado, que tem percebido os jovens, ao longo da história recente dos países em análise, ora como guardiões do futuro, sobretudo aqueles jovens que se encontram incluídos no sistema de consumo, ora como baderneiros, ameaçadores da ordem, que precisam ser mantidos sob controle, através de políticas públicas direcionadas para isso, sobretudo educacionais.

Em razão de sua importância, o tema participação juvenil tem sido bastante discutido nos últimos tempos nos mais diversos campos de estudo, especialmente na área da sociologia e da ciência política (Boghossian; Minayo, 2009). Sua importância no contexto latino-americano tem sido demonstrada nos diversos estudos como protagonistas nas lutas sociais por variadas agendas, como democracia, reformas nos sistemas educacionais, e questões relacionadas às reivindicações dos movimentos de trabalhadores, direitos humanos, meio ambiente, etc.

Para Chaves (2009), em importante trabalho intitulado “investigaciones sobre juventudes em la Argentina: estado del arte em ciencias sociales (1983-2006), a

década de oitenta pode ser considerada marco para os estudos sobre juventude nas ciências sociais, ganhando maior visibilidade este tema nos anos de 1990, quando os investigadores ampliam a perspectiva sobre diversos temas envolvendo a categoria social juventudes, conforme podemos verificar nas seguintes palavras da autora:

Los primeros trabajos se hacen visibles en la década del ochenta, principalmente en los temas de educación y trabajo, y tienden a establecer un diagnóstico de situación de la juventud, aunque generalmente abarcaban sólo el gran aglomerado urbano de Buenos Aires (Braslavsky, 1986; Comisión Nacional de Pastoral Juventud, 1989). En la década del noventa las investigaciones aumentan y comienzan a extenderse sobre áreas temáticas más diversas. No es que en décadas previas no existieran algunos aportes a la temática juvenil, pero la juventud como objeto de investigación científica en el país emerge con claridad en los últimos treinta años, dándose una producción continua y en expansión desde entonces. Esto tiene también relación con el tiempo histórico de emergencia de la juventud como sector social auto y hetero-identificado (CHAVES, 2006).

Como verificamos no trecho, o fato de o tema ter ganhado maior visibilidade na década de 1980 não significa dizer que não havia antes o interesse dos estudiosos para com o tema juventude. Mas que foi nos últimos trinta anos, ou seja, a partir, sobretudo, da década de 1980, que o tema se tornou objeto de investigação científica, de modo sistematizado.

Ao longo do século XX a categoria social juventude foi retratada de diferentes formas pelos órgãos governamentais, imprensa, mídia e etc. Em estudo acerca dos modos e representação ideológica construída em discursos especializados sobre juventude chilena produzidos entre 1970 e 1990, Neira (2002), afirma que as formas de discurso público controladas pelas elites simbólicas constroem, perpetuam e legitimam muitas formas de desigualdade social, tais como as baseadas em gênero, classe e raça, como também a *ideia de geração*³, por construir um exercício de poder que confronta os atores sociais juvenis com o adultocentrismo dominante.

³ Assim como a idade biológica não é suficiente para definir a categoria juventude(s), não podemos usar apenas a contemporaneidade cronológica para definir o que vem a ser uma geração. O vínculo geracional se constitui como efeito de um processo de subjetivação, ligado a experiência comum de ruptura, a partir da qual se acredita que existem princípios de identificação e reconhecimento de um "nós". (LEWKOWICZ apud BONVILLANI et al, 2010, p. 26). Nesse sentido, para falar em *geração política* devemos considerar os sentimentos, percepções e práticas comuns que não apenas põem em jogo uma crença compartilhada por sujeitos de um grupo, mas que cobra a existência de uma rejeição de uma ordem estabelecida. Para fugir de uma definição estreita de participação política, como aquela que considera apenas os meios formais para seu exercício, como participação em

Embora atualmente seja uma tendência mostrar os jovens como “motor de mudanças na sociedade” (Cardoso e Sampaio, 1995 apud Boghossian e Minayo, 2009) durante muito tempo esse grupo social foi retratado como potencialmente perigosos, delinquentes, ameaçadores da ordem e dos bons costumes de uma sociedade. Essa perspectiva é bastante recorrente ao longo do século XX e levou autoridades a considerar os jovens como objeto de intervenções do Estado, visando socializá-los e integrá-los. Sobre isso, vejamos o que diz Boghossian e Minayo (2009):

Investigadores da Escola de Chicago, com estudos sobre as gangues urbanas nos EUA, a partir da década de 1930, são citados como um marco dessa tendência (Cardoso e Sampaio, 1995; Sposito, 2000). Eles tinham como foco os comportamentos juvenis considerados desviantes, para a compreensão e intervenção nesse segmento populacional. Como derivação dessa visão, que teve grande influência nos estudos sobre a juventude, as iniciativas sociais e educacionais, sobretudo as voltadas para os jovens pobres e das periferias urbanas, propunham prevenir e tratar situações que envolviam riscos, chamadas “situações irregulares”.

Conforme podemos observar nas palavras dos autores, a atribuição do caráter marginal dos jovens influenciou bastante uma geração de estudiosos que se dedicavam a compreensão da necessidade de intervenção do Estado sobre esse segmento populacional.

Quapper (2000) em seu estudo sobre a participação política juvenil depois de trinta anos do golpe militar acentua que a caracterização negativa acerca do grupo social juventude, como portadores de todos os males (violentos, apáticos, irresponsáveis, hedonistas, entre outras), recai sobre as classes sociais mais empobrecidas. O pensamento dominante, no polo negativo, das diferentes épocas atribuem aos jovens problemas graves, como a tragédia da AIDS, drogas e tráfico, violência social, etc.

O autor busca mostrar que ao longo da história contemporânea há uma forte tendência de colocar esse grupo social em dois polos extremamente distantes: Hora apresenta os jovens como portadores da esperança, por carregarem consigo a energia necessária para realizar as mudanças sociais, por meio da participação

partidos políticos, processos eleitorais, etc, é imprescindível incorporar à análise outras formas de participação política não formais, ligados com a ação coletiva não institucional, como protestos ou movimentos sociais, que podem gerar marcos de experiência e subjetivação comuns.

política; ou – e essa visão tem sido veiculada mais pela imprensa que outras instituições – portadores e catalizadores de tragédias (Cf. CATALINA e KLAUDIO, 2002).

Quapper (2000) enfatiza que seu trabalho se insere numa perspectiva que considera os jovens como um grupo social que alcançou protagonismo em momentos marcantes da história chilena, como na época que precede a ditadura militar e a luta pela redemocratização do país. Se debruça, portanto, sobre o aspecto positivo nesse contexto de polarização no qual são colocados os jovens pelas diversas narrativas construídas ao longo das últimas décadas. Por exemplo, no contexto chileno, os anos sessenta foram marcados por discursos renovadores que incluíam os jovens como protagonistas por parte de um centro e uma esquerda política que apelava por uma “pátria jovem” e conclamava pelo “poder jovem”, até a implantação da ditadura, em 1973 (TAMAYO, 2011).

Já autores como Isabel Domínguez (2006) propõe uma perspectiva geracional ao tratarmos do tema. Para esta autora, geração é o conjunto histórico – concreto de pessoas, com idades semelhantes e socializadas em determinados momentos da evolução da sociedade, o que condiciona uma atividade social comum em etapas-chaves de formação da personalidade que dá lugar a traços estruturais e subjetivos similares que lhe atribuem uma fisionomia própria. Junto com o conceito de geração para tratar da atividade política dos jovens, Domínguez (2006) apresenta o de *identidade geracional* como identidade coletiva que, por sua vez, é uma definição interativa e compartilhada, produzida por vários indivíduos que interagem e que faz referência às orientações de sua ação, assim como no âmbito das oportunidades e restrições em que tem lugar a ação (Melucci, 1989, p. 34 apud Domínguez 2006).

Nesse sentido, podemos verificar com clareza que o componente geracional na formação da identidade coletiva é importante, e isso contribui de modo significativo para a compreensão da participação política da categoria social juventude, dentro do contexto social e histórico específicos. Por essa razão, para explicar o processo de engajamento (ou não) de jovens na política requer um estudo das circunstâncias internacionais, econômicas, sociais e políticas que condicionam as gerações, assim como interferem na formação de uma identidade coletiva, como vimos acima.

Para Dominguez (2006), os anos sessenta e setenta são considerados marcantes para a participação política juvenil, como também para Brussino et al (2009), que afirmam que uma série de estudos mostram os jovens sendo identificados como os atores privilegiados nos anos 1960 e 1970, dos modos não convencionais de participação política, isto é, das práticas mobilizatórias por mudanças político sociais.

No mundo, há vários momentos em que o ativismo desse ator social foi relevante na luta pela tomada de poder político em diferentes contextos, seja mediante luta armada que levou ao triunfo da Revolução Cubana (QUAPPER, 2000); Como membros de organizações de esquerda e partidos políticos ou através de movimento estudantil que resultou no Maio de 1968; ou, ainda, organizados em movimentos contraculturais como os *hippies*. Em todos esses casos questionaram a alienação da sociedade capitalista, seu modelo de consumo e suas posturas em relação à guerra.

Por outro lado, os autores situam os anos 1980, como a época em que iniciou diminuição dessas práticas mobilizatórias políticas dos jovens, e a emergência da apatia e a rejeição com relação à política convencional. Essas duas perspectivas (participação diferenciada não convencional e a rejeição política) ainda continuam vigentes nos estudos da participação política juvenil (BRUSSINO et al 2009, p. 43).

Explicar a categoria social juventude(s) significa revelar como tem sido estudados os jovens, que caracterização de contexto, desde quando, qual perspectiva e como se tem feito. O discurso científico é um elemento importante na construção da realidade social, sobretudo daquelas representações que se impõem legítimas (CHAVES, 2009). A juventude é uma categoria construída, com objetivos diversos, e enquanto tal surgiu na Gran Bretanha do pós-guerra como uma das manifestações mais visíveis da mudança social daquele período. A juventude foi o foco de atenção de informações sociais, legislações e intervenções públicas, foi divulgada como problema social por parte dos guardiões da moral e teve um papel importante como pedra de toque na elaboração de conhecimentos, interpretações e explicações sobre o período (CLARK, HALL apud CHAVES, 2009).

Chaves (2009) chama a atenção para o fato de que “la juventud” não é uma categoria definida exclusivamente pela idade e com limites fixos de caráter universal, sendo essa premissa uma unanimidade entre os estudiosos da temática nas

ciências sociais. Nessa perspectiva, o autor toma precauções para não pensar a juventude como um período fixo no ciclo de vida dos homens e mulheres, um momento universalizante, em que todos entram e saem em um mesmo momento para além das suas condições objetivas de vida, sua identificação cultural e história familiar. Vejamos o que diz Chaves (2009) sobre isso:

El acuerdo es que si lo juvenil es una condición social, su explicación no puede estar en el *sí mismo*, sino que corresponde (re) construirla desde cómo es vivida y explicada por quienes se consideran jóvenes y cómo es interpelada desde otros grupos de edad, desde las industrias mediáticas y desde los productos que se le ofrecen (industria de la moda, música, audiovisual, entretenimientos, etcétera), en el marco de la diversidad y la desigualdade (CHAVES, 2009).

Conforme podemos verificar nas palavras da autora, é consenso entre os estudiosos do tema juventude, que, se o juvenil é uma condição social, é importante que a sua explicação não possa estar em si mesmo, mas de como é interpretada por outros grupos sociais, mídia e os produtos culturais. Assim, conforme explica Mekler (1992 apud Chaves, 2009):

Más que un *grupo generacional* o un *estado psicosocial*, la juventud es un fenómeno sociocultural en correspondencia con un conjunto de actitudes y patrones y comportamientos aceptados para sujetos de una determinada edad, en relación a la peculiar posición que ocupan en la estructura social. La juventud como período no es igual para todos los grupos sociales, es evidente que como etapa vital se valora socialmente de manera diferenciada para los jóvenes de capas medias y altas que para los de sectores populares. No debe hablarse entonces de *juventud* sino de jóvenes concretos, porque además de tener origen en sectores sociales diferentes, los jóvenes son sujetos que poseen una condición social específica y son agentes de un proceso esencial a toda sociedad que consiste en la reproducción social de la misma. Esto es lo que implica precisamente la condición de juventud. ¿Qué se entiende por *condición social*? Es un conjunto de estatutos que asume y de funciones sociales que desempeña una categoría determinada de sujetos en la sociedad. El concepto de *condición social* pertenece a un nivel teórico diferente al de *clase social*, es más empírico y remite a fenómenos diversos (Colectivo IOE, 1989). La condición social de una categoría de sujetos, en este caso de un determinado grupo etéreo, es un fenómeno histórico cultural que puede transformarse y se transforma en el desarrollo de una sociedad, y varía de una formación social concreta a otra. En este sentido, la juventud es un *proceso social esencial en la reproducción de una sociedad determinada históricamente* aunque no siempre pueda reconocerse como un estadio diferenciado (MEKLER apud CHAVES, 2009, p. 11).

Na perspectiva do autor, a juventude é um fenômeno sociocultural, que, embora heterogêneo nos mais diversos aspectos, apresenta correspondência com

um conjunto de atitudes e padrões e comportamentos aceitos para sujeitos de uma determinada idade.

As perspectivas sobre esses atores sociais por parte dos discursos acadêmicos e científicos, como também da mídia e instituições governamentais são importantes porque impactam de modo decisivo nos processos de formulação de políticas públicas, voltadas para os mesmos. Nos países ora analisados, percebemos que as perspectivas sobre os jovens a partir das políticas públicas demonstram que os mesmos foram percebidos como objetos de ação do governo, como um “problema” que precisava ser enfrentado através das políticas educacionais, visando *formar* jovens adequados para exercer seus papéis sociais, estabelecidos pelo Estado. A respeito dessa relação entre Estado, jovens e políticas públicas, trazemos uma discussão mais detalhada no capítulo 4, considerando o escopo dessa pesquisa.

Aspectos metodológicos

A pesquisa se caracteriza como uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), sendo uma forma de estudo secundário, pois se realizou a partir da análise de estudos primários sobre o fenômeno de interesse, objetivando mostrar o seu *estado da arte*. A Revisão Sistemática de Literatura tem suas origens na área de ciências da Saúde, sendo elaborada principalmente pela rede Cochrane de pesquisadores (<http://www.cochrane.org/>), utilizada para identificar, avaliar e sintetizar todas as evidências empíricas que atendam aos critérios de elegibilidade pré-estabelecidos por investigadores para responder a uma determinada questão de pesquisa (SANCHEZ, C.S.; MARCHIORI, P. Z., 2017, p. 53) De acordo com Sanchez e Marchiori (2017), a metodologia da Revisão Sistemática de Literatura (RSL) passou por ajustes e adaptações e podem ser aplicadas em qualquer área do conhecimento.

Para Botelho et al (2011) existem várias formas de realizar uma revisão de literatura, como a revisão bibliográfica tradicional, também conhecida como revisão narrativa, que por sua vez, busca compreender determinados assuntos na literatura produzida em determinadas áreas do conhecimento, conforme explicam os autores:

Em 2015, Attard *et al.* ajustaram tais adaptações para a área de Ciências Humanas, utilizando-a no levantamento das iniciativas de dados abertos governamentais. Para Attard *et al.* (2015), a RS consiste em um estudo aprofundado, replicável por qualquer pesquisador, de determinado tema norteado por uma questão problema para a pesquisa, à qual se agregam questões secundárias. Uma revisão sistemática aplica critérios de inclusão e exclusão de material para análise, assim como a seleção de bases de dados a serem consultadas, nas quais as estratégias de buscas são definidas de forma a cobrir o máximo da literatura disponível e, ainda, evitar vieses por parte do pesquisador (KITCHENHAM, 2004; DYBA; DINGSOYR; HANSSEN, 2007 *apud* ATTARD *et al.*, 2015). (SANCHEZ, C.S.; MARCHIORI, P. Z., 2017, p. 53)

Já Klopper et al (2007), destacam que a revisão de literatura envolve uma análise qualitativa do conteúdo disponível já publicado de alguma forma, sendo caracterizado pelo estudo do objeto de pesquisa, através da coleta de informações sobre sua estrutura, processo e relacionamentos, aumentando a familiaridade do pesquisador com o objeto de pesquisa e estabelecendo a credibilidade do projeto.

Ainda, pode ser orientada para uma análise histórica ou comparativa da questão, ou rever uma teoria de métodos e técnicas mais adequadas para o estudo ou simplesmente examinar as formas como os outros pesquisadores abordam o tema avaliando sua adequação e eficácia.

Dessa forma, essa pesquisa consistiu em uma análise qualitativa das produções científicas (no formato artigos) acerca do tema participação política dos jovens, nos países da região do Cone Sul, especificamente Argentina e Chile, pelas razões mencionadas acima. Nesse trabalho, fizemos uma abordagem inicial, trazendo aspectos conceituais do objeto de estudo, como também, no capítulo 1, trazemos uma abordagem sobre a política recente dos países analisados, objetivando situar o fenômeno da participação política dos jovens no contexto latino-americano, especialmente no contexto histórico de redemocratização pelo qual os países da região em análise passaram.

Portanto, a pesquisa realizou-se através de métodos qualitativos, uma vez que a seguinte questão sobre participação juvenil no contexto latino-americano precisou ser *explorada* (CRESWELL, 2014): Que características da Participação política juvenil no Chile e na Argentina vem sendo abordadas pelos estudiosos?

Nesse sentido, a pesquisa teve como primeiro passo o levantamento bibliográfico para a construção do banco de dados, realizado da seguinte forma: Foram utilizadas, como estratégia de busca, as seguintes palavras chave, em

espanhol, tendo em vista que esse é o idioma dos países de interesse: *Participación política de los jóvenes em Chile/Argentina, Participación ciudadana de los Jóvenes em Chile/Argentina, cidadania de los jóvenes chilenos/argentinos, Participación política de los jóvenes em Chile/Argentina*, na base de dados do Google, o **Google Acadêmico (GA)**⁴.

É importante destacar que o GA possui duas funcionalidades interessantes: como meta-buscador e índice de citações. Como meta-buscador, reúne as informações disponíveis nas diversas bases de dados de texto completo em uma única interface de busca e esta se dá em índices criados a partir do texto completo do documento primário. Essa facilidade é possível em razão do consentimento de muitas das grandes editoras, bases de dados, arquivos de *pré-prints*, universidades, entre outras organizações, que autorizam o acesso aos conteúdos que publicam, tendo como contrapartida o aumento da visibilidade (MUGNAINI e STREHL, 2008, p. 99).

Enquanto ferramenta de busca para a realização dessa pesquisa, o GA se mostrou adequado por apresentar funcionalidades importantes, disponibilizando as produções científicas de Organizações, Revistas, bem como outras bases de dados respeitadas no contexto acadêmico dos estudos sobre a temática da participação na América Latina, cumprindo o quesito de confiabilidade, como por exemplo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (Clad), Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc), dentre outras bases de dados, revistas científicas e instituições/organizações.

Em seguida, utilizamos o Endnote X8 para importar a referência para construção do banco de dados, sendo o uso dessas interfaces (Google Acadêmico ou GA/Endnote X8) fundamental para a realização dessa pesquisa porque possibilitou a localização dos arquivos a partir das palavras-chave através do GA e posterior indexação desses arquivos no EndNote X8 para futuras análises, durante o

⁴ Mugnaini e Strehl (2008) destacam a importância do Google Acadêmico (GA) como base de dados que tem sido utilizada por muitos pesquisadores para recuperação de publicações científicas, tendo em vista as vantagens da ferramenta, a saber: facilidade de busca através dos termos ou palavras-chave; gratuidade, uma vez que é patrocinada pelo Google; busca contemplar exclusivamente informações científicas; Além disso, o GA apresenta resultados ordenados com base na relevância dos documentos em relação à estratégia de busca, como também o *link* onde se encontra o texto integral de cada artigo, indicação do autor, a publicação em que o artigo saiu e a frequência com que foi citado em outras publicações acadêmicas. Ainda, destaque-se a importância dessa base de dados para democratizar o acesso às produções científicas de regiões localizadas fora dos grandes centros.

processo de escolha do corpus, bem como na fase de análise e fichamento dos textos criteriosamente selecionados. Depois de realizada essa etapa, realizou-se a escolha do *corpus*⁵, através da seleção dos artigos que contribuíram para lançar luz sobre a questão da pesquisa.

Vale salientar que a fonte científica que constituiu nosso corpus de análise foram os artigos produzidos durante o período de 2000-2017 sobre participação política dos jovens nos países latino-americanos: Argentina e Chile, disponibilizados gratuitamente para a base de dados Google Acadêmico, por Revistas eletrônicas, Organizações, Base de dados diversas, Instituições, etc, conforme mencionamos acima. Essa informação é importante uma vez que incluir outros formatos, como teses e dissertações de mestrado, por exemplo, acarretaria um volume muito elevado de material que inviabilizaria a realização da pesquisa.

Nesse sentido, os procedimentos mencionados acima podem ser resumidos no seguinte quadro, correspondente as etapas da pesquisa:

Quadro 1 – Etapas da pesquisa

1	Definição da Pergunta/objetivo	Como a literatura vem abordando as experiências de Participação política dos jovens nos contextos dos seguintes países da AL: Argentina e Chile?
2	Busca da evidencia/construção do banco de dados	<i>Busca através das palavras-chave: Participación política de los jóvenes em Chile/Argentina, Participación ciudadana de los Jóvenes em Chile/Argentina, cidadania de los jóvenes chilenos/argentinos, na base de dados eletrônica Google Acadêmico GA.</i>
3	Revisando e selecionando os estudos/artigos (pré-análise e leitura flutuante)	Definição de Critérios de Inclusão e Exclusão. Exemplo: os estudos incluídos na análise são os produzidos no período de 2000-2017.
4	Apresentação dos	Análise propriamente dita dos artigos

⁵ Corpus é o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos (BARDIN, 2016, p. 122).

	resultados	selecionados. Descrição dos temas apresentados pelos estudos/agrupamento por meio de categorias temáticas.
--	------------	--

Fonte: Elaboração Própria.

Conforme indicado em uma das etapas do quadro, a fase da *pré-análise* serviu para escolher os *documentos* que submetidos à análise propriamente dita (nesse caso, escolha dos artigos analisados em fase posterior). Assim, os artigos que tratam do tema objeto dessa pesquisa, foram buscados no Google Acadêmico e exportados para o gerenciador de referências Endnote X8, passando, inicialmente, por uma *leitura flutuante*⁶, e, depois, realizou-se a escolha dos documentos (nesse caso, dos artigos), constituindo o corpus de análise, uma vez que os mesmos foram imprescindíveis, fornecendo as informações sobre o problema de pesquisa formulado, respeitando o *princípio da pertinência*, ou seja, os documentos escolhidos foram adequados, enquanto fonte de informação correspondendo ao objetivo que suscitou a análise (BARDIN, 2016, p. 124).

Em seguida, procedeu-se a referenciação dos índices e a formulação dos indicadores, buscou-se nesse estágio, lançar luz sobre que experiências participativas os jovens vêm desenvolvendo e como a literatura produzida no período de 2000 a 2017 vem sendo mobilizada para compreensão dessas experiências, buscando descrever como se encontra o estado da arte sobre participação juvenil nos países Argentina e Chile, escopo desse trabalho.

Para descrevermos a literatura encontrada e escolhida nessa RSL, realizamos processo de *categorização semântica*, ou seja, realizou-se o agrupamento por meio de subtemas semelhantes a partir dos estudos selecionados. Por exemplo, procedeu-se o agrupamento dos artigos por temas, de modo a fornecer um sistema de categorias sobre a área para distribuir os elementos à medida que forem encontrados, sendo denominado esse procedimento de categorização por caixas (BARDIN, 2016, p. 147).

O trabalho se estrutura em 4 capítulos, além da introdução. No capítulo 1, trazemos alguns antecedentes históricos da participação juvenil na Argentina, com

⁶ Conforme Bardin (2016) essa primeira atividade chamada de leitura flutuante, consiste em estabelecer contato com os documentos e analisar e conhecer o texto deixando-se invadir por primeiras impressões e orientações.

destaque para o ativismo juvenil nos períodos que antecedem a implantação das ditaduras militares, até a luta pela redemocratização do país; Já no contexto chileno, trazemos o protagonismo dos jovens estudantes, na luta, em conjunto com trabalhadores, por condições dignas de trabalho, e mais tarde, a luta pelas reformas no sistema de educação universitária.

No capítulo II, apresentamos o panorama da participação política dos jovens chilenos, a partir da descrição dos temas que foram objeto da análise dos pesquisadores. Foram escolhidos 27 artigos, para composição do corpus, os quais foram distribuídos em categorias, para facilitar o trabalho de descrição.

O capítulo III traz os aspectos relevantes da participação política dos jovens no contexto argentino, apresentados pelos artigos, que compuseram o corpus, totalizando, também, 27 artigos.

Por fim, o capítulo IV discute a relação Estado, juventudes e políticas públicas, a partir da perspectiva trazida pelos estudos dessa RSL, buscamos refletir sobre a difícil relação do Estado com os Jovens no processo de elaboração de políticas públicas no Chile e Argentina, como também sobre os desafios que se impõem aos gestores públicos e agentes políticos nos processos de formulação de políticas públicas, como também os desafios para se pensar em novas formas no sistema democrático que atendam as novas configurações de participação política desenvolvidas pelos jovens.

CAPITULO 1 – ANTECEDENTES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS

1.1 Argentina

Os jovens sempre tiveram um papel importante na vida política da Argentina. Desde os anos 1958 que iniciaram naquele país manifestações políticas importantes que, para a imprensa e figuras importantes como o chefe de polícia, o ministro da educação e o presidente Arturo Frondizi à época (1958-1962), esses movimentos resultavam da “escassez da cultura cívica” que os estudantes receberam na “década anterior” ou seja, herança peronista (1946-1955). Durante setembro e outubro daquele ano, os meios de comunicação da Argentina se surpreendiam com a chamada “ginástica rebelde” que desenvolviam os estudantes secundários identificados com a causa “laica” – aqueles que se opunham que as universidades privadas outorgassem títulos que habilitassem ao exercício profissional e, em menor medida, aqueles que tinham opinião contrária, “la libre”. Essa “ginástica rebelde” incluía a tomada de escolas e as mobilizações que podiam juntar centenas de rapazes e moças em diferentes localidades, como ocorreu em 5 de setembro, por exemplo (MANZANO, 2011).

De acordo com Manzano (2011), o movimento que opôs “laicos y libres” foi se formando quando o presidente Arturo Frondizi, honrando acordos com setores eclesiais, que resultou também na nomeação de seu ministro da educação, o militante católico Luis Mac Kay – anunciou que seu governo faria a regulamentação do artigo 28 do decreto lei 6.403, promulgado em dezembro de 1955, que estabelecia que as universidades particulares - los libres – expedissem títulos que habilitassem seus egressos ao exercício profissional. Quando o presidente anunciou sua decisão, milhares de jovens estudantes tomaram as ruas e ocuparam as faculdades e escolas, reivindicando que fosse revogado o artigo 28, já que abria a porta, argumentavam, para o avanço do clero e dos monopólios na educação. As mobilizações em favor da causa laica terminaram em derrota e como os estudantes temiam, a primeira instituição a usar os novos recursos foi a Universidade Católica Argentina.

À medida que os jovens ganhavam visibilidade nos meios de comunicação de massa, aumentava o interesse pelas suas preferências, inclusive sua relação com a escola. Manzano (2011) aponta que em 1958, uma professora pediu que 200 alunos

da Grande Buenos Aires escrevessem sobre seus sentimentos e experiências em relação à escola e todos aludiram que se sentiam presos, pois tinham que “pedir permissão até para espirrar”. Já avançava a década de 1960 e os estudantes se queixavam da relação entre a escola e suas opções de consumo: As moças questionavam não poder usar minissaias nem maquiagem e os rapazes eram proibidos de irem à escola com a barba por fazer, recaindo as queixas sobre a rigidez do sistema educacional. À medida também que os jovens questionavam e enfrentavam o sistema, aumentavam as punições do sistema escolar. Isso era resultado da contradição entre a rigidez escolar e o desenvolvimento de uma nova consciência advinda do universo externo, como a cultura e a moda. Manzano diz que:

Aunque no haya datos precisos, el Ministerio de Educación pedía la colaboración de padres y profesores para mantener el “sentido del orden y el respeto” e indicaba con alarma que, en el primer lustro de la década de 1960, las sanciones disciplinarias se habían triplicado respecto al anterior¹⁷. Con el correr de los sesenta, así, mientras el movimiento estudiantil -sus organizaciones y federaciones- aparecía en retroceso, el descontento con las rutinas y el autoritarismo escolar se multiplicaba, mucho más cuando éstos parecían entrar en contradicción con la experiencia vivida fuera del territorio escolar, signada por las mayores autonomías que los chicos y chicas iban ganando y que se expresaba, por ejemplo, en los nuevos consumos culturales, pautas de la moda, y formas de sociabilidad. Una serie de contradicciones que, hacia el final de la década y principios de la siguiente, informaría los repertorios de acción y las opciones político-culturales de una cohorte estudiantil que poco recordaba ya las revueltas de la “laica o libre” y que se mostraba tanto o más radicalizada que sus pares de 1958 (MANZANO, 2011, p. 6)

Como podemos verificar nas palavras da autora, os anos 1958 mostravam que o novo ator social *juventudes* percorriam um caminho sem volta, que era o da consciência política, refletindo-se isso nos movimentos de contestação à ordem estabelecida, que lhe oprimiam de alguma forma. Veremos que isso se estendeu ao longo de toda segunda metade do século XX, em maior ou menor intensidade.

Em estudo acerca da redefinição do vínculo juventude e política, Núñez (2008) destaca que a militância política das juventudes nos anos sessenta e setenta se caracterizava pela busca de um papel protagonista nos planos político, social e cultural, a partir do questionamento, vejamos o que diz o autor:

La militancia política durante las décadas de los sesenta y setenta se caracterizaba por la búsqueda por parte de las juventudes de un papel protagónico en el plano político, social y cultural, a partir del cuestionamiento de los valores vigentes. Cuestionamiento que se

daba tanto en lo que respecta a la vida privada como a la pública, para politizarla (Ollier, 2001). Este involucramiento implicaba la participación en un proyecto donde lo colectivo eclipsaba lo individual, y en el que se reconfiguraban las fronteras entre lo público y lo privado. (NUÑEZ, 2008, p. 8)

Assim, o autor sustenta a tese de que a maneira de conceber a política e o político vem se redefinindo ao longo das gerações, sendo que os jovens dos anos sessenta e setenta tinham o “sonho” de mudar o mundo através da ação política. A década de 1960 é a década da radicalização política, onde a questão principal é a transformação do mundo, quando transformá-lo era possível, desejável e todos deviam participar para a conquista de um novo mundo, com novos homens. Esse era o sentido da época que atravessava toda a sociedade e indivíduos, mas os jovens passam a ser protagonistas privilegiados, atores em primeira fila, ainda que não os únicos (BALARDINI, 1999, p. 07). Nesse projeto, havia a reconfiguração das fronteiras entre coletivo e privado, sendo que o coletivo prevalecia.

Para prosseguirmos, é importante situarmos o tema historicamente para compreendermos a participação da juventude nas décadas de 1960 e 1970 no contexto argentino. Manzano (2011) aponta que, em maio de 1969, uma série de revoltas populares pos fim a esperanças de eternidade da autodenominada “Revolução Argentina”, instaurada em 1966 sob a liderança do general Juan Carlos Organía. Esse regime burocrático-autoritário, embebido das doutrinas de “segurança nacional” em par e passo com a Guerra Fria e o catolicismo, se propunha a acelerar o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, consolidar a defesa nacional, para impedir o avanço do comunismo.

Para impedir que esse comunismo se expandisse entre os jovens, um mês depois de implantado, o regime implementou duas iniciativas: interveio nas universidades públicas, revogando sua autonomia e proibindo a atividade política e; entendendo que a debilidade moral precedia a política, empreendendo campanhas pelas quais as polícias de diferentes municipalidades - como a de Buenos Aires – se esforçaram a combater a moda e as expressões culturais disseminadas pelos jovens, inclusive perseguiram meninas que usassem minissaias. Esse quadro de repressão fez explodir revoltas populares em diversos locais do país. Vejamos o que diz Manzano (2011):

Quando estallaron, entonces, las revueltas populares canalizaron un descontento generalizado con un régimen que había cerrado todo canal de participación y sofocado sensibilidades emergentes. Los

estudiantes secundarios se plegaron a las revueltas en Resistencia, Tucumán, Rosario -donde el segundo de los 30 muertos de aquel mayo fue Luis Blanco, trabajador metalúrgico y estudiante técnico de 15 años- y Córdoba. En el clima de creciente politización social y radicalización que siguió, alcanzando su pico en la “primavera democrática” de 1973 –com la asunción al gobierno de Héctor Cámpora- los estudiantes secundarios contribuyeron a la formación de una cultura juvenil contestataria (Cattaruzza, 1997) que combinaba rasgos de una contracultura ligada al rock y sus estéticas con otros ligados a la militancia em grupos revolucionarios, ya sea de izquierda o peronistas (MANZANO, 2011, p. 7)

Nesse contexto, as revoltas populares resultaram desse fechamento dos canais de participação e cerceamento das liberdades dos jovens, que se sentiam cada vez mais aprisionados pelas medidas institucionais. As perseguições davam-se desde a repressão em virtude do uso das vestimentas, como também pela rigidez do sistema escolar. Tudo isso se contrapunha ao momento histórico que vivenciavam os jovens estudantes ligados cada vez mais a cultura contestatária do *rock* e filiavam-se em grupos revolucionários, de esquerda ou peronistas. A autora aponta que o auge da politização social e radicalização política foi a ascensão de Héctor Cámpora ao poder, em 1973, momento que ficou conhecido como *primavera democrática*.

De fato, a chegada de Héctor Cámpora ao poder representou um marco importante na vida política da juventude argentina, pois naquele momento, os jovens envolvidos nos movimentos, nas ocupações de escolas, sentiam que estavam com a palavra, sendo ouvidos e levados a sério pelo governo populista, de alinhamento peronista. Um sinal claro desse novo tempo para o ativismo estudantil foi a revogação do decreto de La Torre, que impedia qualquer atividade política nas universidades e, ao mesmo tempo, autorizou e impulsionou a criação de organismos de participação estudantil que, segundo acreditava-se, ajudaria a forjar jovens “participativos, dispostos a correr riscos e a cuidar do seu próximo” nessa etapa de reconstrução nacional (MANZANO, 2011, p. 8).

Como podemos verificar, a participação política de maior impacto dos jovens tem ocorrido, de modo mais marcante, ao longo da história (desde os anos 1958), por fora das vias institucionalizadas. Há diversas razões que podem explicar isso, como por exemplo, há autores que afirmam que o modo adultocêntrico que impera nas instituições políticas não deixa espaço de participação para a juventude, por considerar que essa é uma fase que as pessoas ainda não estão preparadas para

participar politicamente, por isso que os jovens participam por meios não institucionalizados e cresce a cada dia a insatisfação ou indiferença com relação aos meios convencionais de participação democrática.

Sobre isso, Brussino et al (2009, p. 280), afirmam que estudiosos viram a necessidade de estabelecer critérios de classificação e categorização da participação política, sendo os critérios mais amplamente divulgados criados pelos autores Barnes e Kasse (1979) que, ao incorporar os atos contestatórios e diversas modalidades de protestos a par de análises dos modos eleitorais de participação, distinguiram entre *a ação política convencional e a ação política não convencional*. Dessa perspectiva, as modalidades de ação política *não convencional* incluíram participar de uma reunião, de um boicote ou uma manifestação, participar de grupos de cidadãos, protestos nas ruas, ocupar edifícios públicos, envolver-se em greves ilegais, e a desobediência civil, entre outras opções. Por outro lado, as ações políticas convencionais abarcam desde trabalhar para um candidato ou partido, informar-se ou discutir acerca de questões políticas, assistir a uma manifestação política, convencer alguém a votar em determinado candidato. A partir do capítulo II iremos nos debruçar de modo mais específico sobre as características da participação política da juventude nos países em análise.

Continuando a discussão sobre os antecedentes da participação e experiência política da juventude Argentina, Manzano (2011) afirma que em 1974, logo no início do ano letivo, a *primavera democrática* dava sinais de que ficara para trás. Ao passo que aumentava o número de matrículas, as autoridades que antes promoviam a participação estudantil, falavam agora em limitar o ativismo e “recuperar o princípio de autoridade”. E esse projeto assumiu traços cada vez mais repressivos. A seguir, alguns fatos que comprovam que 1974 seria difícil para a participação política dos jovens estudantes, segundo Manzano (2011):

A poco de comenzado el año, una estudiante de la Tendencia Estudiantil Revolucionaria Socialista denunció que una banda parapolicial la había secuestrado y violado, prácticas que alcanzarían luego dimensiones escalofriantes. En agosto, mientras tanto, apareció muerto Eduardo Beckerman, un líder de la UES. En términos más institucionales, por si alguna duda quedaba del irreversible giro a la derecha del gobierno de Isabel Perón, el Dr. Oscar Ivanissevich se hizo cargo del Ministerio de Educación. Em uno de sus primeros discursos, transmitidos por cadena nacional, le prometía a los padres y a los docentes que su “misión” era la de “desterrar la subversión del ámbito educativo” (MANZANO, 2011, p. 8).

Como se verifica no excerto, fatos comprovam que em 1974 o governo Argentino estava disposto a “restabelecer a ordem” e isso se traduzia em repressão da participação política dos jovens estudantes. Curiosamente, as ações que visavam banir a subversão do âmbito educativo partiram do próprio governo Perón, no início do seu terceiro mandato. Após sua morte em 1º de julho de 1974, sua esposa, Isabel Perón assume a presidência até 24 de março 1976, quando sofreu um golpe de estado, iniciando-se assim, a segunda ditadura Argentina.

Já Bonvillani et al (2010), chamam de *anos dourados* da mobilização social e juvenil o período que vai de 1968 a 1975. Para esses autores, o acontecimento histórico que marca o protagonismo dos jovens foi o *Cordobazo*, que pode ser compreendido como um ciclo de rebeliões e mobilizações populares (Rosario, Mendonzo, Viborazo ou segundo Cordobazo, entre outros) que tiveram papel imprescindível para a substituição do ditador Juan Carlos Onganía, assim como abriu o caminho para uma saída eleitoral com as eleições de 1973.

No entanto, durante a fase da segunda ditadura, que vai de 1976 a 1983, as perseguições às manifestações políticas, sobretudo dos jovens, foram implementadas com força pelo Estado. Apesar disso, Bonvillani et al (2010) mencionam que os jovens participaram ativamente em três frentes: as práticas de resistência por meio de grupos trabalhadores, que realizavam ações em diversos bairros carentes dos centros urbanos; algumas instâncias vinculadas com a Igreja, em geral católica; particularmente, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se difundiram em diversos lugares da Argentina. Por último, as experiências de tomada de terras e assentamentos, muitas vezes relacionadas com as CEBs e que instituem formas de militância territorial que teriam seu aumento nas décadas posteriores. De qualquer modo, isso mostra que apesar da forte repressão do governo militar a toda e qualquer forma de mobilização social, os jovens resistiram a seu modo. Bonvillani et al (2010), em estudo sobre a participação política dos jovens argentinos, destacam que durante esse período os jovens produziram manifestações diferentes de resistência nos planos cultural, educativo, territorial, no trabalho, entre outros.

Ainda sobre o período da última ditadura militar (1976-1983), os autores afirmam que foi marcado pela forte repressão, desaparecimento de pessoas, sobretudo de jovens que eram envolvidos em questões políticas e sociais, censura e fechamento dos canais de participação institucionalizados. Nesse contexto de

fechamento institucional para a participação social, foi natural que não apenas os jovens, mas todos os cidadãos ficassem extremamente ansiosos para o restabelecimento da democracia e abertura de seus canais participativos. A seguir, abordaremos o período de redemocratização, quando se percebe que os jovens participaram da vida política de várias formas, especialmente por meio de mecanismos institucionalizados como os partidos.

De acordo com Bonvillani et al (2010), o período de 1983 a 1989 é marcado pela restauração democrática e retorno à legalidade das instituições políticas. Essa fase é interessante porque de acordo com o trabalho de Sidicaro e Tenti Fanfani (1998), a transição democrática mostrou entre os jovens uma forte, embora curta, participação política mediada pelas instituições tradicionais da política: os partidos. Esse repentino auge, que não pode ser entendido sem contemplar as expectativas que o retorno da democracia havia gerado em grande parte da população, especialmente entre os jovens, cujos primeiros anos de vida estiveram marcados pelo contexto de forte repressão, autoritarismo e violência estatal sobre as diferentes formas de expressão e participação na cena pública (BONVILLANI et al, 2010, p. 33). Os riscos de desobedecer a ordem estabelecida pelo regime militar eram muito altos, poderia ocorrer desde prisão, tortura ou até mesmo a perda da vida.

Esse período também é marcado pelo nascimento dentro dos estudos acadêmicos, da problemática da juventude enquanto objeto sistemático de análise. Conforme os autores, o trabalho de Braslavski (1986) é considerado pioneiro nesse aspecto, pois analisa a situação educacional e laboral, a participação política e a distribuição geográfica e social de jovens entre 15 e 24 anos com o objetivo de analisar seu grau de homogeneidade – heterogeneidade como coletivo social. Os autores destacam que o trabalho de Braslavski (1986) pode ser considerado um “trabalho de fronteira”, pois está marcado pelas características sócio-políticas da etapa de transição democrática na Argentina. Nesse trabalho já fica clara a predisposição dos jovens participarem mais que os adultos da vida democrática através dos partidos políticos.

Ainda acerca desse período, pode-se dizer que a partir 1984 houve a expectativa de reconstrução de uma democracia estável e bem-estar social, cujos mecanismos formais deviam servir para operacionalizar uma democracia que poderiam satisfazer as necessidades participativas dos cidadãos. Conforme Merklen 2005 apud Bonvillani et al (2010):

La vuelta de la democracia era interpretada como oportunidad para “restituir la política en su lugar”. Fue así como se definieron los contornos de la “buena política”, cuyo actor principal era el ciudadano; el acto político por excelencia la participación en los actos electorarios y la representación política debía articularse por los partidos políticos.

Como podemos perceber, esse período da democracia Argentina, denominado pelos autores de *fase de transição*, visava “colocar a política em seu lugar,” marcadamente sendo exercida pelos meios institucionalizados como os partidos. Assim, a ênfase da participação social, nesta fase, estava nos espaços e mecanismos institucionalizados e/ou procedimentais do regime democrático.

Já no período de 1989 a 2001, Bonvillani et al (2010) chamam a atenção para uma nova fase na política argentina denominada de *larga década neoliberal*, caracterizada pela reivindicação por parte dos atores sociais pelo aumento do repertório de mecanismos e espaços participativos visando ampliar e aprofundar a democracia, uma vez que a fase de transição, que colocava no centro os mecanismos procedimentais da democracia, a exemplo das eleições em que o povo elegia seus representantes, havia mostrado o abismo entre as aspirações dos cidadãos e o desempenho de seus representantes nas instituições políticas.

Nesse contexto, destaca a importância das organizações coletivas e participação cidadã ocorridas *por fora* desses mecanismos institucionalizados de participação política, criando-se novos repertórios de mobilização social, demandas e atores políticos. Segundo os autores:

En esta etapa se visibilizan los efectos de la profundización de las políticas neoliberales en diferentes planos: social, político, educativo, laboral, económico, entre otros. Este período estala en 2001 cuando se producen las jornadas del 19 y 20 de diciembre, que expresan las consecuencias sociales de lo que se denomina “sociedad excluyente” (Svampa, 2006), como también los límites del sistema institucional tradicional para procesar las demandas de los actores movilizados. (BONVILLANI et al, 2010, p. 22)

Como podemos verificar no excerto, as políticas neoliberais não foram capazes de promover um crescimento econômico com inclusão social, ao contrário, essas políticas mostraram-se em muitos casos, responsáveis pelo aumento das desigualdades. Diante desse fracasso das políticas neoliberais adotadas pelo

Estado argentino, eclodiu, em 2001, uma série de movimentos que tiveram consequências nefastas para os atores sociais envolvidos.

De acordo com os autores, a crise de 2001 foi marcada por grande mobilização social e apresenta dois momentos: um que culmina com o episódio denominado de *Massacre del puente Pueyrredón*, em 26 de junho de 2002, quando dois jovens, a saber: Dário Santillán e Maximiliano Kosteki, foram mortos pela repressão do Estado aos protestos. Nesse episódio, houve ainda o saldo de 33 feridos e 166 detidos.

Outros estudos apontam que esses dois jovens não foram os únicos assassinados pela repressão do governo aos movimentos: Na madrugada do dia 6 de fevereiro de 2002, Javier Barrionovo também foi assassinado, depois de participar de um protesto formado por um grupo de cidadãos desempregados.

O outro período tem início com a eleição de Néstor Kirchner (2003-2007) e continua com a eleição de Cristina Fernandez de Kirchner, que se caracteriza pela recriação da legitimidade governamental e busca promover a volta da institucionalidade (BONVILLANI et al, 2010, p. 23). Ao se debruçar sobre o papel dos jovens nos processos de participação política, Bonvillani et al (2010), ainda promovem o debate sobre os seguintes temas: Educação e movimento estudantil, movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos, e movimentos culturais e estéticos dos jovens.

Nesse sentido, a partir da reflexão dos autores, podemos perceber o protagonismo dos jovens na construção democrática na Argentina, além da importância da mobilização de outros atores sociais no processo.

Percebemos que os momentos históricos mostram repertórios⁷ distintos e modos diferenciados pelos quais os jovens participam da vida política. Sobre a diferença da juventude dos anos 1960 e 1970, Ballardini (1999) defende que a juventude do novo milênio prefere vivenciar a experiência pessoal, os laços tendem a estreitar-se e dá-se prioridade aos grupos fechados o que dificulta os desentendimentos. O autor afirma que:

⁷ Aguilera Ruiz (2012) em seu trabalho “Repertorios y ciclos de movilización juvenil em Chile (2000-2012)” conceitua repertório como modalidade de ação conjunta dos atores sociais como estratégia de consecução dos interesses compartilhados que se constitui como um conjunto limitado de rotinas aprendidas e compartilhadas e levadas à prática através de um processo de escolhas. Os repertórios são criações culturais aprendidas, não descendente da filosofia abstrata, nem tomam forma como resultado da propaganda política, MAS surgem da luta. Nesse sentido, em um momento particular da história, os sujeitos aprendem uma quantidade bastante limitada de modos alternativos de ação coletiva (AGUILERA RUIZ, 2012, p. 103).

Cambios, nuevas maneras de entender los vínculos, redefiniciones sobre lo individual y lo colectivo que exceden con creces al análisis sobre una agrupación. Trabajos como el de Mariana Chaves (2005), muestran que distintos grupos de jóvenes de la ciudad de La Plata, con su adscripción a los estilos juveniles, más que cambiar el sistema buscan ser “alguien en el sistema”. (BALARDINI, 1999, p. 07).

Assim, conforme o autor, ao estudarmos a cultura política, devemos prestar atenção as mudanças e aos modos de ação política e, também, devemos destacar as *continuidades*⁸ que possam existir, para evitar uma leitura das práticas políticas dos jovens apenas como fato contracultural: o autor analisa tal questão a partir das seguintes categorias de análise: Importância do vínculo familiar; Deslegitimação da violência e a escola como papel de estar e aprender os direitos.

1.2 – Participação política dos jovens chilenos: O protagonismo do movimento estudantil

Os jovens chilenos têm uma história de participação política nos momentos decisivos da busca por avanços sociais e lutas contra as injustiças geradas pelos sistemas econômicos e/ou políticos. Cruces (2006) em seu trabalho *"Apuntes para una historia del movimiento estudiantil chileno"* destaca a participação dos jovens estudantes na Luta contra as injustiças sociais, exploração de trabalhadores, desde os anos 1925. Nas palavras da autora:

El movimiento estudiantil chileno de estos años fue un centro de efervescencia revolucionaria, se unió a la lucha de la clase obrera, contra la burguesía, el imperialismo, y los gobiernos de turno, tomó lo más avanzado de las ideas revolucionarias de la época, centralmente

⁸ Sobre as continuidades nesses movimentos da juventude e dos jovens, Manzano (2011) em seu trabalho “Cultura, política e movimento estudantil secundário na Argentina na segunda metade do século XX” identifica que existem reivindicações que perpassam as gerações, como aquelas voltadas para a política educacional. A autora se debruça sobre o movimento de “la gimnasia rebelde” que ocorreu em outubro de 1958 em que os estudantes secundários identificados com a causa “laica o libre” ocuparam escolas e as ruas, mobilizando-se contra a proposta do governo de autorizar as universidades privadas a emitir títulos que habilitassem ao exercício profissional. Em suma, o movimento era contra o avanço do clero e dos monopólios na educação do país. No início dos anos 1990, a autora focaliza duas experiências: a participação estudantil nas campanhas contra o chamado “gatillo fácil” e a violência contra os adolescentes – especialmente sobre o assassinato de Walter Bulacio e as mobilizações sobre o caso Soledad Morales, ambos ocorridos em 1991 – e as coordenadorias criadas em defesa da educação pública em 1992. Como se vê, certas demandas, articulações e discursos atravessaram o movimento estudantil e se projetam em movimentos ocorridos no século XXI, sobretudo no tocante às políticas educacionais.

de las conclusiones de la Revolución Rusa y se pronunció por la socialización de los medios de producción. La Convención de la FECH, realizada en Junio del año 1920 declara: “Ante las necesidades reales de la época presente, estima que el problema social debe resolverse por la sustitución del principio de cooperación al de competencia, la socialización de las fuerzas productivas y el consecuente reparto equitativo del producto del trabajo común, y por el reconocimiento efectivo del derecho de cada persona a vivir plenamente la vida intelectual y moral. Acepta la acción organizada del proletariado y la acción política no militante en cuanto concurra a la realización de estas nuevas concepciones de la vida social” (CRUCES, 2006, p. 12).

Os anos de 20 e 30 foram movimentados no Chile. Cruces (2006) afirma que em 05 de setembro de 1924 foi produzido o golpe de estado, com o objetivo de restaurar as bases da antiga aliança, alteradas pelo alessandrismo, mas as posições no interior do movimento não eram homogêneas, tanto que, em 23 de janeiro de 1925 o general Carlos Ibañez del Campo implementa um novo golpe, deslocando os setores ligados ao imperialismo inglês e as oligarquias. Esse golpe foi apoiado pelo partido Comunista, e permitiu a Alessandri terminar seu mandato, mas com a condição de nomear Ibañez como Ministro do interior. Nessa época se produziram dois massacres de trabalhadores: Os massacres de Marusia e Coruña, cujos episódios foram resultado das reivindicações dos trabalhadores por melhores salários e melhores condições de trabalho, redução de jornada, por meio de greve e protestos e a repressão violenta do Estado que abriu fogo contra os trabalhadores, os quais reagiram utilizando dinamites e armas tomadas do exército. O massacre de Marusia resultou em quinhentos mortos, a maioria trabalhadores e familiares. Já a tragédia de Coruña deixou um saldo de mais de mil mortos.

Em 1926 teve novas eleições e o candidato vencedor foi Emiliano Figueroa, de alinhamento ideológico burguês, causando instabilidade uma vez que houve vários protestos em favor do candidato derrotado, de alinhamento popular, José Santos Salas, quando Ibañez convoca novas eleições, se candidatando e saindo vitorioso. Dentre as ações do governo de Ibañez contra os avanços dos movimentos de trabalhadores tem-se a repressão aos partidos, alianças com setores majoritários da burguesia e do imperialismo e cooptação de trabalhadores, por meio da estatização dos sindicatos. Cancelou grande parte das liberdades democráticas, reforçando o aparato repressivo com a criação dos “Carabineros”.

A crise mundial de 1929 e suas consequências no país fez emergir a luta dos trabalhadores e do povo. E, no bojo dessa efervescência política o movimento estudantil teve papel fundamental nas lutas por justiça social (CRUCES, 2006).

Como vimos acima, o governo de Ibañez foi marcado pela tirania, supressão de liberdades democráticas e rechaço às manifestações sociais e reivindicações dos trabalhadores, por meio da utilização da força pelos “Carabineros”. Diante desse quadro, o movimento estudantil reagiu com bastante força. De acordo com Cruces (2006):

En varias universidades se decreta la suspensión de clases hasta lograr el derrocamiento del régimen que se consideraba como dictatorial, y donde el movimiento estudiantil cumplió un papel destacado en su caída. Como comenta un autor, los estudiantes que participaron de la lucha contra Ibañez actuaron *“inspirados, más bien, en su propia tradición histórica”*, la que se mantenía desde las experiencias de los años '20: *“Como estudiantes inquietos y rebeldes, no aceptábamos el estado de cosas del gobierno de Ibañez y queríamos tomar la vieja bandera libertaria de la Federación del año veinte, la de Santiago Labarca (...) Queríamos una reforma universitaria, y frente a todos los acontecimientos internacionales dábamos nuestra opinión* (CRUCES, 2006, p. 19).

Os estudantes não apenas exigiam que fosse feita uma reforma universitária, mas também se colocava do lado dos trabalhadores, numa união que lutava por melhores condições de vida e trabalho. A ditadura de Ibañez chegou ao fim em 26 de julho de 1931, como consequência da luta da classe trabalhadora, o povo pobre e o movimento estudantil, junto com setores médios, e, também, certos setores da burguesia. O movimento estudantil em declaração onde saúda a queda de Ibañez, pede, entre outras coisas, que o novo governo “revise as relações da ditadura com o imperialismo econômico das potencias estrangeiras e se preocupe de forma efetiva com a situação degradante das classes trabalhadoras” (CRUCES, 2006, p. 20).

Assim, podemos afirmar que a luta do movimento estudantil contra a ditadura de Ibañez, sua participação junto à classe trabalhadora nos embates de greve e etc, demonstram uma continuidade das lutas travadas desde a década de 1920 em que, como afirma Cruces (2006), havia a preocupação com a questão social como fio condutor das ações dos movimentos, como também, a discussão sobre a definição do que era propriamente estudantil e universitário, afinal de contas, a luta dos estudantes nas décadas seguintes, teriam como objetivo não apenas questões político sociais, mas reivindicariam pela reforma universitária, buscando superar o

autoritarismo institucional e democratizar o acesso à universidade pelas classes subalternas, movimento que teve como marco o chamado “grito de Córdoba”, Argentina em 1918, que se estendeu por toda América Latina.

Na década de 1940, o movimento estudantil se caracterizou pela luta em busca do reformismo, isto é, voltou-se para problemas universitários. Para Cruces (2006), a grande diferença desta geração com as anteriores está no fato da geração dos anos 1920 ter sido fundadora do movimento estudantil, teve como grande marca o pensamento antioligárquico, mas também de união a classe trabalhadora e de luta pelo ideário de revolução social, de alinhamento ideológico Marxista. Nos anos 1930 a luta do movimento estudantil era contra a ditadura de Ibañez, e para os anos 1940 *se ingresa sin duda en una etapa donde el centro de la preocupación va a estar puesto en las reivindicaciones y demandas por la transformación de la institución universitaria* (CRUCES, 2006, p. 26). Vejamos o que diz a autora sobre os postulados centrais da geração de 1940:

Los postulados centrales de la generación del '40 apuntaron a los principios de fomentar una Reforma Universitaria y la democratización de la Universidad, a través del co-gobierno, y a su vez, se planteaba al movimiento estudiantil la tarea de *“pronunciarse frente a las cuestiones sociales y políticas, tanto nacionales como internacionales, dándole al movimiento estudiantil una clara orientación democrática y de avanzada social”*, y se aclara: *“no aspiramos a modificar el mundo, pero por lo menos a abrir los ojos y los sentidos de responsabilidad de la juventud frente a los grandes problemas del presente”*. Uno tras otros, se produjeron conflictos en diferentes Facultades, que mostraban en el fondo, un anhelo de conseguir una serie de demandas postergadas del movimiento estudiantil. Como parte de la preocupación de la Juventud, por los problemas “del presente”, la FECH participa de los Congresos Mundiales de la Juventud, que peleaban *“contra el fascismo, por la libertad y por un mundo mejor”*, donde claramente se deja de lado el objetivo de la revolución social, dentro de la gran oleada democrática de la época, en su oposición al fascismo. (CRUCES, 2006, p. 27).

Como podemos perceber nas palavras da autora, o movimento estudantil no Chile desse período estava conectado às discussões não apenas nacionais, mas também globais. Para além da discussão sobre reforma universitária que era urgente, o ativismo estudantil assumia a responsabilidade de discutir questões mundiais do presente, como o avanço e combate ao fascismo. Para isso, a FECH participava dos congressos mundiais, que tinham como objetivos, conforme as palavras da autora, “lutar contra o fascismo, pela liberdade e por um mundo melhor”.

Nos anos de 1950 houve o renascimento dos movimentos de trabalhadores e populares, inspirados nas grandes lutas internacionais que estavam ocorrendo durante esses anos: o Maio francês; o Cordobazo argentino, a resistência à guerra do Vietnã; e, de modo especial pela proximidade, e grande influência em toda a América Latina, o triunfo da Revolução Cubana.

A reforma universitária foi possível porque as organizações do movimento estudantil vinham se fortalecendo e passando pela influência de movimentos de esquerda, assim como a juventude faziam parte das grandes discussões e lutas que vinham sendo travadas no continente e no mundo. Cruces (2006) afirma que a reforma universitária no Chile foi conquistada graças ao movimento estudantil que foi evoluindo com o passar das décadas. Em 1968 cai o regime tradicional universitário, permitindo o acesso à universidade pela pequena burguesia e por setores populares. Ainda, no plano político, a reforma tendia a acabar com os privilégios oligárquicos que havia na universidade tradicional, o domínio da alta burguesia e seus aliados. Conforme as palavras de Cruces (2006):

Las principales conquistas de la Reforma Universitaria fueron: el proceso de apertura y democratización que sufrió el ingreso a la misma, permitiendo que sectores de los trabajadores y el pueblo tuvieran acceso a ella, el aumento de los recursos fiscales destinados a la educación, los que llegaron casi a triplicarse, un avance enorme en la democratización de las estructuras universitarias y por último una preocupación que la Universidad se vinculara orgánicamente a las necesidades de los trabajadores y el pueblo. El proceso y triunfo de la Reforma Universitaria tuvo dos momentos, estrechamente ligados a los cambios sociales y políticos que sufría nuestro país. El primero, el de su triunfo y puesta en marcha desde el año 1968 bajo el gobierno de Frei Montalva, y el segundo, el de su consolidación y las diferencias surgidas al interior del movimiento estudiantil bajo el gobierno de la Unidad Popular, la propia Reforma sufrió cambios y variaciones que reflejaron también el avance en las demandas del movimiento estudiantil (CRUCES, 2006, p. 32).

Nesse sentido, podemos observar que a reforma universitária no Chile foi importante para a democratização do acesso de classes subalternas ao ensino universitário, e isso influenciou de forma bastante significativa as configurações do ativismo político dos jovens naquele país. A reforma foi implementada de modo progressivo, ocorrendo primeiro na Universidade Católica do Chile, em 11 de agosto de 1967, quando os estudantes tomaram a Universidade, reivindicando mudanças

de autoridade, mas também reformas e transformações importantes na estrutura universitária.

Na Universidade do Chile, em 1968, a reforma permitiu introduzir algumas inovações fundamentais, como a possibilidade de participação de todos seus membros na vida institucional (CRUCES, 2008. P. 32). De qualquer maneira, o sucesso da Reforma foi a democratização das estruturas universitárias, possibilitando uma maior participação estudantil nas decisões da universidade e uma democratização quanto ao ingresso de camadas populares, somando-se a isso, o aumento dos recursos fiscais para a educação. A título de ilustração, em 1965 havia 41.081 estudantes matriculados, enquanto que em 1970 esse número saltou para 76.976. As mudanças no perfil social dos estudantes operariam transformações no que diz respeito ao perfil dos jovens que participariam ativamente nas diversas agendas sociais nos anos seguintes.

De acordo com Quapper (2000), em sintonia com os pensamentos advindos de setores progressistas chilenos e setores da esquerda, os jovens tiveram papel imprescindível, especialmente no período prévio ao governo da Unidade Popular – o governo da Democracia Cristã – até o golpe militar (período de 1963 a 1973) e o período entre os protestos contra a ditadura Militar até o seu fim (de 1983 até 1989).

O período que antecede a implantação da Ditadura Militar no Chile está marcado pela efervescência social, como resultado de uma série de processos sociopolíticos que vinham sendo gerados no país, influenciados por fatos históricos importantes que vinham ocorrendo no continente, a exemplo da Revolução Cubana. Aliado a isso, Quapper (2000) menciona outros fatos, como: a chegada ao poder, da chamada Democracia Cristiana, com sua proposta de “Revolução em liberdade”; o surgimento de um discurso renovador da Igreja Católica; e, por fim, a via chilena ao socialismo, com Salvador Allende Gossens como presidente.

Nesses processos sociopolíticos os jovens ocupavam papel principal, pois estavam presentes nos diversos espaços e eram originários dos mais diversos estratos sociais, refletindo-se isso nos discursos da época, que defendiam a construção de “la pátria joven”. É nesse sentido que Quapper (2000) destaca o discurso de Salvador Allende, pronunciado durante encontro com estudantes da Universidade de Guadalajara, no México, conforme trecho transcrito a seguir:

No hay querrela de generaciones, y eso es importante que yo lo diga. La juventud debe entender su obligación de ser joven, y si es estudiante, darse cuenta que hay otros jóvenes que, como él, tienen los mismos años, pero que no son estudiantes. Y si es universitario con mayor razón mirar al joven campesino o al joven obrero, y tener un lenguaje de juventud, no um lenguaje sólo de estudiante universitario, para universitarios. (...) La revolución no pasa por la universidad, y esto hay que entenderlo; la revolución pasa por las grandes masas; la revolución la hacen los pueblos; la revolución la hacen, esencialmente, los trabajadores. (...) Entonces, uno se encuentra a veces con jóvenes, y los que han leído el Manifiesto Comunista, o lo han llevado largo rato debajo del brazo, creen que lo han asimilado y dictan cátedra y exigen actitudes y critican a hombres, que por lo menos, tienen consecuencia en su vida. Y ser joven y no ser revolucionario es una contradicción hasta biológica; pero ir avanzando en los caminos de la vida y mantenerse como revolucionario, en una sociedad burguesa, es difícil. (Apud Quapper, 2000).

Como podemos verificar no trecho do discurso, corroborando com a perspectiva de Quapper (2000), é possível identificar três linhas de reflexão importantes, a saber: i) *a noção de que não há conflito entre gerações* isso porque, na época, havia a ideia de que a luta de classes e os meios de dominação capitalistas se sobrepunham a qualquer outro conflito que pudesse existir na sociedade.

Dessa forma, as tensões que pudessem existir entre gerações, por exemplo, eram preteridas em relação a outras questões mais relevantes, como a luta de classes, que era colocada acima de qualquer outra. Ser jovem naquela época estava relacionado com uma tarefa superior, que era aportar o processo revolucionário; ii) Outra ideia que sobressai do discurso de Allende é que “ser jovem e não ser revolucionário é uma contradição até biológica”. Essa frase é bastante sintomática da ideia de que o jovem é o portador da capacidade de operar as mudanças sociais necessárias, ou seja, atribui ao jovem a responsabilidade de atuar no campo político social buscando conquistar espaços e soluções para questões sociais.

De acordo com Quapper (2000), essa frase foi bastante utilizada pelos movimentos durante a ditadura com o objetivo de atrair mais jovens para a luta contra o regime ditatorial. Por outro lado, essa ideia atribui, de certo modo, o caráter biológico do ser jovem como algo que seria determinante para que o mesmo participasse politicamente, o que pode gerar uma interpretação simplista da definição dessa categoria social. Como vimos anteriormente, a categoria social

juventudes vai além de questões biológicas, resulta de um conceito heterogêneo que envolve variáveis como raça, sexo, classe social, cultura, etc.

Participar politicamente está relacionado com as questões sociopolíticas as quais estão imersos os sujeitos, e não são determinadas por questões biológicas, como fase da puberdade ou características do desenvolvimento hormonal. Nas palavras de Quapper (2000, p. 14):

Ser joven y ser revolucionario es un proceso de construcción en la historia. Es una opción por dedicar esfuerzos y deseos –de todo tipo– para aportar en la transformación social en perspectiva liberadora. Ser joven no asegura nada, más bien abre una serie de posibilidades que han de generarse y materializarse de acuerdo con las experiencias concretas de cada individuo, sus colectivos y comunidades. Ser joven no constituye algo dado, sino más bien implica un conjunto de condiciones de posibilidad que pueden ser potenciadas en perspectiva liberadora, pero, no es posible plantear a priori un resultado políticamente acertado en ese proceso.

Assim, corroborando com o autor, ser jovem e participar politicamente é uma opção que demanda esforços e desejos de operacionalizar transformações sociais importantes. Nesse contexto, ser jovem não é algo dado, e da mesma forma, a heterogeneidade desse grupo social não garante que seja todo engajado nas questões sociais, uma vez que jovens de setores empobrecidos da sociedade podem não se interessar por política, enquanto que outros de setores mais abastados podem mostrar maior interesse, por exemplo.

E por fim, iii) a ideia de que conforme avançamos a idade, torna-se cada vez mais difícil manter-se revolucionário em uma sociedade burguesa. Essa ideia, conforme explica o autor, refere-se ao sujeito quando alcança a fase adulta de sua vida. Não trata mais do jovem em si, mas do indivíduo adulto, destacando a dificuldade de manter suas lutas políticas no contexto de dominação burguesa. Nesse momento do discurso se reitera os modos de construir relações da parte do mundo adulto, em um contexto de sociedade adultocêntrica e patriarcal. Ao mesmo tempo, essa perspectiva vem confirmar a ideia inicial desse discurso, de que a responsabilidade pela revolução seria do jovem, uma vez que a idade adulta seria uma fase em que naturalmente traria consequências que afetaria a capacidade revolucionária.

Como verificamos nesse capítulo, tanto Argentina quanto Chile apresentam um histórico de forte ativismo político por parte dos jovens. Nesse capítulo,

buscamos por em evidência os elementos que destacam o protagonismo juvenil das lutas por democracia ou por seu aperfeiçoamento, ao longo da história recente dos países, foco dessa pesquisa. Nos próximos capítulos, passaremos a descrever que elementos a literatura produzida durante o período de 2000 a 2017 vem apresentando sobre a participação das juventudes, nas democracias dos países, foco dessa pesquisa.

CAPITULO 2 – UM PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS CHILENOS NA SUA HISTÓRIA RECENTE

Todo Cambia

Composição: Júlío Numhouser (Chile, 1982).

*Cambia lo superficial
Cambia también lo profundo
Cambia el modo de pensar
Cambia todo en este mundo*

*Cambia el clima con los años
Cambia el pastor su rebaño
Y así como todo cambia
Que yo cambie no es extraño*

*Cambia el más fino brillante
De mano en mano su brillo
Cambia el nido el pajarillo
Cambia el sentir un amante*

*Cambia el rumbo el caminante
Aunque esto le cause daño
Y así como todo cambia
Que yo cambie no es extraño
Cambia, todo cambia
(4x)*

A partir da análise dos artigos encontrados e selecionados, conforme a realização da pesquisa, seguindo os passos descritos na seção que trata dos aspectos metodológicos, foi possível identificar que o tema participação política da juventude chilena tem sido objeto de pesquisa de diversos estudiosos, sob variadas perspectivas, demonstrando-se com isso, a sua relevância.

A seguir, passamos a mostrar as características dessa literatura, suas temáticas e aportes teóricos que buscam promover a compreensão do fenômeno da participação política juvenil e suas nuances. A partir do critério de relevância e recorte temporal das produções (2000 a 2017) foram escolhidos um total de 27 artigos para composição do *corpus* de análise.

Após leitura e realização de fichamento dos textos, emergiram vários temas importantes, que podem ser resumidos no seguinte quadro com as categorias temáticas:

Quadro 2 – Estudos que compõem o corpus (literatura chilena)

Principais Temas/categorias	Autores	Quantidade
Perspectiva histórica da participação política dos jovens/aspectos geracionais	TAMAYO, 2011; QUAPPER, 2000; SANDOVAL, M, 2001; CONTRERAS & NAVIA, 2013;	04
Reflexão sobre as políticas de juventude	VÁSQUEZ, 2000;	01
Repertórios e novas configurações de participação dos jovens	CORREIA & MANRIQUEZ, 2009; AGUILERA RUIZ, 2012; CORTEZ, 2000;	03
Imaginário sobre jovens nos discursos institucionais e nas políticas públicas	NEIRA, 2009; CÁRDENAS, 2009; HOPENHAYN, 2004; KRAUSKOPF, 2000; DONOSO, 2000; PASTOR, 2001;	06
Configurações da participação política dos jovens no contexto do consumo de massa: o uso da tecnologia para para fins políticos	FUENTES, 2006; CABALIN, 2014; ARRIAGADA & SCHUSTER, 2008; VALDERRAM, 2013; LÓPEZ, 2007; TORO, 2007	06
Reflexões sobre a participação juvenil e Impressões dos jovens sobre política	PIZARRO, 1997; ACEITUNO, et al, 2009; VASQUEZ, 2002. FUENTES, 2006; BAEZA-CORREIA, 2012; MOYA & DIAZ, 2013; DREYER & OCAMPO, 2013; MARTINEZ & HERNANDEZ, 2010;	07
Total de estudos (<i>corpus</i>)		27

Fonte: Elaboração própria.

Como podemos verificar no quadro, há uma diversidade de estudos que tratam da questão da participação política dos jovens chilenos sob variadas perspectivas, em razão de sua *relevância para a democracia naquele país*, diversidade que passamos a descrever de forma detalhada a seguir.

É importante salientar que optamos por trazer as contribuições dos tópicos *Reflexões sobre as políticas de juventudes e imaginários sobre os jovens nos discursos institucionais e nas políticas públicas* no capítulo 4, que, assim como os estudos que os compõem, visa discutir a percepção do Estado sobre os jovens e seus reflexos nas políticas públicas.

2.1 Perspectiva histórica da participação política dos jovens/aspectos geracionais

Um dos aspectos mais recorrentes nos estudos sobre participação juvenil é o resgate da questão através de uma perspectiva histórica, bem como a busca da compreensão do fenômeno por meio do estudo dos aspectos geracionais. Sandoval (2001) estabelece uma relação entre as mudanças culturais do fim do século XX e a participação social e política dos jovens chilenos. Para esse autor, ao longo do tempo, a sociologia tem construído certos paradigmas sobre esse grupo social, como por exemplo, nos anos sessenta, os jovens eram vistos de forma homogeneizada, como estudantes participativos, rebeldes e revolucionários, ou seja, era utilizado como critério de qualificação desses sujeitos o papel social que desempenhavam.

Durante as últimas décadas o objeto teórico “lo juvenil” tem apresentado transformações que demonstram uma enorme diferença do mundo juvenil da década de sessenta e década de noventa, demonstrando que é necessário recorrer ao entendimento dos contextos históricos para a compreensão dos modos de vivenciar “a juventude”, não bastando tentar compreendê-los através de apenas uma dimensão (a biológica, por exemplo). É necessário reconhecer a complexidade desse ator social, buscando analisar o fenômeno da sua participação política reconhecendo sua multidimensionalidade e heterogeneidade, a partir da reflexão histórica e, também, sobre dados empíricos, trazidos pelos estudos dessa RSL.

Há uma diversidade de teorias na literatura analisada sobre as diferentes concepções dos jovens pelos discursos institucionalizados, bem como pelas políticas públicas, que vão desde jovens como futuro da nação, portadores da esperança por dias melhores, como também delinquentes, drogados, e perigosos,

dependendo de contextos sociais e históricos dos mesmos (Cf. DONOSO, 2000; TOURAINÉ, 1999; KRAUSKOPF, 1999, dentre outros).

Ainda, Sandoval (2001) menciona que a sociedade chilena atual está passando de um modelo cultural baseado na razão social, significando dizer que é legítimo o que é útil a coletividade, ou seja, que contribui para seu progresso e obedece sua razão; a outro modelo de auto-realização, que afirma ser legítimo aquilo que o indivíduo julgar bom para seu desenvolvimento pessoal. Nessa perspectiva, os jovens estariam numa *transição* entre o antigo modelo e o novo modelo, criando-se tensões como: modernização e exclusão social; ações distintas de participação política; busca de auto-realização através de meios diferentes; Participação cultural diversificada, estabelecendo tensão com os modelos tradicionais de exercício da cidadania, configurados pela democracia.

Por sua vez, Contreras e Navia (2013) voltam sua atenção para a participação eleitoral no Chile, durante o período de 1988 a 2010, buscando compreender os indicadores através de uma perspectiva geracional. Segundo esses autores, as taxas mais altas de pessoas que votam nas eleições são de pessoas mais velhas, com o nível educacional baixo. Já a participação dos jovens tem sido cada vez mais baixa, e aqueles que participam possuem o nível educacional alto. Em pesquisa realizada em outubro de 2009 pelo Centro de Estudos Públicos – CEP, reportou que enquanto apenas 28,7% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam inscritos, 96,4% dos cidadãos maiores de 55 anos estavam. As taxas de inscrição também eram mais baixas nos grupos de idade entre 25 e 34 anos (47,2%) que no grupo entre 35 e 44 anos (90,1%) (CONTRERAS E NAVIA, 2013).

Os autores ainda mostram que o desenho institucional influencia nos níveis de participação eleitoral, não sendo esta apenas influenciada pelos indicadores socioeconômicos. Para os autores, o fato de não existir obrigatoriedade do voto, pode explicar os maiores índices de participação eleitoral das pessoas mais velhas e níveis econômicos e educacionais mais altos, sendo necessário que sejam formuladas políticas públicas que incentivem os mais pobres a votar, bem como a participação dos mais jovens, visando corrigir esses problemas estimulados pelo desenho institucional da democracia representativa. Mas será que o voto obrigatório aumenta os índices de participação dos jovens e pode aumentar a disposição dos

mais pobres a votar? São questões que precisam ser analisadas, uma vez que o desenho institucional é importante, mas existem outros indicadores que podem explicar melhor o fenômeno da (não) participação política dos jovens no sistema democrático convencional, como a crise de representatividade, descrença nas instituições, etc.

Quapper (2001) discute a participação política dos jovens a trinta anos do golpe militar contra o povo chileno, trazendo para o debate as visões polarizadas que os discursos produzidos nos diversos meios (e, também, nas ciências sociais) atribuem aos jovens: portadores da esperança de salvar a nação dos males, ou portadores de todos os males? O autor se debruça de modo especial sobre o polo positivo dessa conceitualização, ou seja, aquele que mostra o jovem como motores das mudanças sociais, uma vez que essas imagens abundam na literatura, especialmente daquela que trata dos movimentos alinhados ideologicamente à esquerda.

O trabalho de Quapper (2001) traz uma análise de um discurso de Salvador Allende, em que aponta as seguintes características: *A responsabilidade do jovem de ser revolucionário; sobressai do discurso a ideia de que não há conflito geracional e de que ser jovem e não ser revolucionário é uma contradição biológica.* À guisa de conclusão, o estudioso afirma que é necessário pensar sobre os jovens, de maneira livre das ideologias, para compreendê-los como de fato são: heterogêneos, com capacidades e potencialidades, sem colocar os mesmos numa espécie de limbo social, como portadores das mudanças sociais necessárias para o futuro. É necessário a humanização dos jovens como sujeitos relevantes nas políticas locais, regionais e nacionais, evitando-se imagens épicas e românticas que nada tem a ver com a vida real desses atores sociais.

Outros pesquisadores focam seu olhar sob uma *perspectiva geracional* buscando explicar as mudanças experimentadas nas últimas décadas no perfil da participação política do povo chileno. É o caso de Tamayo (2011), que expõe alguns conceitos desenvolvidos pelo sociólogo Karl Mannheim sobre juventude e gerações, defendendo a atualidade de seus argumentos, para em seguida analisar a produção sociológica e historiográfica sobre gerações e política no Chile. Por fim, o autor apresenta uma proposta conceitual do problema das gerações e sua conexão com

as culturas e subjetividades políticas, com os seguintes traços: *A historicidade das gerações e ausência de um ritmo predeterminado*: as gerações não têm um ritmo predeterminado com raiz no biológico, mas dependem das marcas de época, a memória e a identidade (TAMAYO, 2011);

Ainda apresenta os seguintes traços sobre juventude: acentralidade meta-histórica das gerações; geração associada ao moderno; a geração como categoria não absoluta em seu vínculo com o contemporâneo; a flexibilidade de um conceito de geração ou um conceito de geração como problema e a geração como construção identitária a partir da juventude; juventude como eixo simbólico do geracional (HOPENHAYN, 2007); Construção relacional; identitária; e diferenciadora das gerações (MUÑOZ, 2009-2011); A gradualidade nas configurações geracionais ou a existência de gerações de enlace (SALAZAR e PINTO, 2002); gerações como representações ideológicas; geração como fator substancialmente diferente do etário.

Como foi possível verificar na análise da literatura que destacam uma perspectiva histórica e/ou geracional acerca da participação dos jovens na política chilena, há um rol de pensamentos e ideias que buscam compreender a questão considerando sua complexidade e heterogeneidade, seja através de estudos históricos sobre as imagens e tensões produzidas pelos discursos oficiais (QUAPPER, 2000); ou outros que buscam compreender o fenômeno da participação juvenil com as mudanças culturais do fim do século XX (SANDOVAL, M, 2001); ou a relação com o problema da não participação política dos jovens chilenos através dos mecanismos formais da democracia numa perspectiva geracional (CONTREAS & NAVIA, 2013; TAMAYO, 2011); Todos esses trabalhos utilizam abordagens qualitativas para sua efetivação, com revisão de literatura sobre as teorias que tratam do tema juventude, análise dos indicadores fornecidos pelo Instituto Nacional de Juventude (INJUV); e análise documental. Além disso, é possível afirmar que os estudiosos que se debruçam sobre a questão desenvolvida nessa seção provêm das seguintes áreas de conhecimento: História, Sociologia e Ciência Política.

2.2 – Repertórios e novas configurações da participação cidadã da juventude

Sobre as novas configurações da participação política dos jovens, bem como novos repertórios pelos quais os jovens manifestam suas posições e reivindicações, temos vários trabalhos que tratam dessas questões, a exemplo de Cortez (2001), em seu estudo: *Novas militâncias, novas cidadanias e construção da participação política nos jovens chilenos atuais: uma abordagem teórica*. Ainda temos os trabalhos: *Repertórios e ciclos de mobilização juvenil no Chile (2000-2012)*, de Aguilera Ruiz (2012) e *Novas Práticas políticas dos jovens do Chile: Conhecimentos acumulados desde 2000-2008*, de Baeza Correia e Sandoval Manríquez (2009); A seguir, passamos a mostrar as principais contribuições dessa literatura para o entendimento dos jovens e sua participação, no contexto do início do século XXI.

O trabalho de Correia e Manríquez (2009), apresenta um panorama sobre as práticas políticas dos jovens chilenos, durante o período de 2000-2008. Faz algumas considerações importantes sobre a chamada *desafecção política* (desinteresse, apatia) apresentada pelos jovens sobre a política tradicional. Os autores relacionam tal fenômeno com o que chamam de *deslocamento do tempo da responsabilidade*, havendo um prolongamento da adolescência e com isso a moratória para tratar dos assuntos políticos pelas vias convencionais. Por outro lado, o contexto social, histórico e cultural, torna possível desenvolver outras formas de praticar a política, sendo sob esse prisma que os autores desenvolvem seu trabalho, por considerar sua relevância.

Nas pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Juventude (INJUV), houve a crescente baixa nos níveis de inscrição eleitoral dos jovens, bem como ficou evidente a insatisfação com as instituições públicas. Os autores afirmam que o desinteresse pelos mecanismos formais da democracia para o exercício da cidadania pelos jovens deve ser visto com cautela, para não incorrer no erro de afirmar que há um desinteresse generalizado pela política. Contrários à essa perspectiva, os autores afirmam que há o interesse sim dos jovens pela política, mas que os mesmos a exercem através de novas formas de experiência com as seguintes características: horizontalidade das organizações, ação política como ação cultural; valorização da ação direta; primazia do trabalho de base sobre o

eleitoral; a importância do trabalho em rede (uso de tecnologias de informação, de que falaremos em uma seção, a seguir); acolhida e respeito às diferenças presentes nas suas formas de organização e, por fim, a importância da autogestão (independência) nos processos participativos; Assim, conforme esta literatura, os (as) jovens no Chile não correspondem à imagem estereotipada de indiferentes (traduzida pela frase “no stoy ni ahi”), que tem sustentado uma parte da opinião pública, nos últimos anos (ARAVENA, CAMELIO e MORENO, 2006, apud CORREIA e MANRÍQUEZ, 2009).

Esses autores mencionam, ainda, a perspectiva de Garretón (2003), sobre o pano de fundo que está por trás da atual participação dos jovens: por um lado, os políticos (tradicionais) afirmam: “algo anda mal com os jovens que não se interessam pela política e isso ocorre porque os mesmos não entendem de política”. Por outro lado, os jovens dizem: “algo anda mal com a política”, sendo esta a razão pela qual os jovens não se interessam pela política, causada *pela atitude e comportamento dos políticos que são pouco críveis, e confiáveis no geral, e, em particular não oferecem oportunidades nem nada interessante para os jovens* (GARRETÓN, 2003, apud CORREIA e MANRÍQUEZ, 2009). Essa explicação resume o motivo pela apatia dos jovens pela política exercida pelos meios convencionais da democracia representativa, e a necessidade por parte desses atores sociais de vivenciar novas práticas políticas, consideradas não convencionais. O fato é que os jovens não se sentem representados pelos políticos que exercem os mandatos (FERNANDEZ, 2000), sendo esse um fator determinante das transformações do jeito de viver a política por esses atores sociais.

Correia e Manríquez (2009) ainda apresentam um denso arcabouço teórico a respeito das novas práticas políticas dos jovens no Chile, com um rol de argumentos sobre o tema, como por exemplo: Os jovens adotam uma ética e moral distintos e até opostos à norma, e a política é exercida no contexto da *micropolítica* (CONTRERAS, GUAJARDO e ZARZURI, 2005); através de movimentos e organizações (OSÓRIO, 2003);

A seguir, adaptação de quadro apresentado por Krauskopf (2000) sobre as características das novas formas de participação política dos jovens em relação aos antigos paradigmas dessa mesma participação:

DIMENSÕES	VELHO PARADIGMA	NOVO PARADIGMA
Identidades coletivas	Baseadas em parâmetros socioeconômicos e políticos ideológicos	Baseados em parâmetros ético-existenciais e estéticos
Orientação		
Mudança Social	A modificação da estrutura muda o indivíduo	A mudança pessoal se orienta para modificar as condições da vida coletiva
Especialidade	Epicentro local, trincheiras globais	Epicentro global, trincheiras locais
Temporalidade das ações	Se busca efetividade ao longo prazo, metas em soluções futuras	Se busca efetividade a curto prazo, metas palpáveis
Organização		
Estrutura	Piramidal institucional	Horizontal. Redes vinculantes e flexíveis
Rol	Centralizador representativo	Facilitador. Mediador com relação a diversidade
Ação	Coletivo massificado; Hegemonico; Burocrática	Coordenações transitórias Reivindicação da participação individual; Participação debilmente institucionalizada

Fonte: Adaptado de Krauskopf (2000).

Como podemos verificar no quadro, o velho paradigma de participação juvenil se baseava sobre uma estrutura institucional piramidal, ocorrendo por meios institucionalizados, como também através de protestos massivos. Por outro lado, o novo paradigma se expressa na oposição à burocratização e regulação e ao apoio de formas pouco ou nada institucionalizados (KRAUSKOPF, 2000, apud CORREA e MANRIQUEZ, 2009).

Já o trabalho de Aguilera Ruiz (2012) traz uma importante contribuição sobre os repertórios e ciclos de mobilização juvenil no Chile, do período de 2000 a 2012. Este autor argumenta que os processos de mobilização e protesto social realizados pelos movimentos juvenis e estudantis no Chile na atualidade devem ser compreendidos como marco de uma mudança nos repertórios de mobilização assim como no contexto de um ciclo de mobilização mais amplo.

Conforme Tilly (2002) apud Aguilera Ruiz (2012), *repertórios* são um conjunto limitado de rotinas aprendidas, compartilhadas e postas em prática através de um processo de escolhas relativamente deliberado. São criações culturais aprendidas, mas não descendem da filosofia abstrata, nem da propaganda política, elas surgem da luta do povo, manifestando-se pelos protestos nas ruas, marchas públicas; realização de petições; manter reuniões formais e/ou informais; organizar

associações por interesses coletivos especiais, etc. Conforme o contexto histórico e cultural, aprende-se uma quantidade limitada de repertórios, sendo que os mesmos refletem esses momentos.

Para o autor, os novos repertórios utilizados pelos jovens nos movimentos de jovens estudantes denominados de “rebelion pinguina” em 2006 e 2011, tem as seguintes características: localização e singularidade dos espaços de conflitos e dos objetivos a conquistar; diversificação e inovação situada nas estratégias de mobilização e ritualização de conflitos; multi-relações em origem dos conflitos; repertórios rizomáticos e moleculares (Cf. DELEUZE e GUATARRI).

Nessa mesma perspectiva aponta Zarzuri Cortes (2016), ao afirmar que a visão tradicional de desafeção política dos jovens, expressa na frase “no stoy nen ahi” não deve ser tida como verdade absoluta, uma vez que os mesmos se interessam sim por política, mas não pelas formas convencionais de exercê-la, como ocorria nas gerações de décadas passadas. De acordo com esse autor, a partir dos anos 1990 houve progressivamente o declínio da participação política dos jovens por meios institucionais, refletindo o declínio dessas estruturas, como os partidos políticos. Além disso, ao decidir não participar através dos meios convencionais, os jovens não demonstram que estão desencantados pela política em si, mas por uma manifestação da política que evoluiu de forma negativa ao longo do tempo (ZARZURI CORTES, 2016, p. 16).

Esse autor baseado em outros três pesquisadores (CONTRERAS, 2005; SANDOVAL, 2014; VALENZUELA, 2009) apresenta as principais categorias que expressam as novas configurações da participação política dos jovens chilenos, que são: *Por meio de Coletivos Urbanos*: grupos que expressam sua política por meio de ações ou intervenções culturais (grafit, festas, encontros) no espaço urbano; *Coletivos políticos autônomos*: buscam realizar a política por meios inovadores, objetivando a conscientização; *Agrupações ligadas a política tradicional*: grupos que se identificam como anticapitalistas, mas não se consideram antissistema, pois utilizam da forma tradicional de exercer política, de forma hierarquizada, comitês, etc; *Juventudes políticas tradicionais*: expressões de militância tradicional, com forte disciplina e compromisso com o partido; *Coletivos estudantes*: grupos de estudantes, como a UNE, FEL, esquerda autônoma, etc., e *Grupos de jovens que*

realizam trabalho voluntário: realizam ações de voluntariado não so tradicionais, como *Um teto para o Chile*, *América solidária*, *Lar de Cristo*, entre outros. Também realizam trabalhos em setores populares como bibliotecas e cursos pre-universitários populares, entre outras atividades. Além dessas categorias, Valenzuela (2009) apud Cortes (2016) apresenta as seguintes: *Subjetividade política cidadã*: Jovens que participam de grupos tradicionais. Representa os jovens constituídos a partir da acepção de identidade juvenil promovida pelo Estado; *Subjetividade Política anti-cidadã*: Membros de grupos juvenis informais e mais especificamente, de coletivos políticos autônomos; *subjetividade Política Semi-cidadã*: Jovens de coletivos urbano-culturais.

Do trabalho de Zarzuri Cortes (2016), depreende-se que o exercício da política pelos jovens vem ocorrendo através de vários meios, no seu cotidiano, pelas suas experiências diárias, nas escolas, universidades, nos grupos de amigos; igrejas, etc. A política nos moldes tradicionais mostrou-se distante da vida cotidiana do povo, refletindo o descrédito das instituições e de seus representantes. Nesse sentido, não se fala em distanciamento da política por estes atores sociais, mas uma reconfiguração do político, de uma nova política em contraposição a uma política tradicional que é distante, não envolvida com o dia a dia dos jovens. Esta nova forma de entender e viver a política, é o que Beck (1997, p. 36) denomina de “subpolítica”, ou seja, a construção de uma política “desde abajo”, que não evita conflitos e que é diversa e plural (ZARZURI CORTES, 2016, p. 26).

2.3 - Configurações da participação política dos jovens no contexto do consumo de massa: o uso da tecnologia para para fins políticos

Ao pesquisar a participação política dos jovens vieram à tona estudos que buscam compreender essa dimensão a partir do uso de ferramentas tecnológicas disponíveis aos jovens. É, por exemplo, o caso do estudo de Cristian Cabalin (2014), ao se debruçar sobre o uso do Facebook durante os protestos estudantis no Chile, em 2011, movimento que ficou conhecido como “*marcha de los paraguas*”. Dentre as principais pautas desse movimento, estavam as denúncias dos problemas da

educação chilena: desigualdade no acesso e permanência no sistema, má qualidade, segregação e endividamento (BELLEI e CABALIN, 2013); consequências da implementação do modelo neoliberal da educação do Chile na era Pinochet e seus efeitos (MCCARTHY, 2011 apud CABALIN, 2014).

O argumento de Cabalin (2014) nesse estudo é que o Facebook foi uma das redes sociais mais usadas pelas organizações participantes para diversos fins. A FECH usou o Facebook principalmente para convocar as ações de protesto, para ressaltar o sucesso do movimento e deixar claro contra o *que* se estava protestando. No entanto, a maior parte do conteúdo utilizado foi gerado pelos meios tradicionais de comunicação, como jornais, rádios, etc., demonstrando que a nível comunicacional também se entrelaçam as estratégias usuais (tradicionais) dos movimentos sociais com as novas práticas mais inovadoras.

O autor apresenta ainda marcos teóricos sobre os temas: Jovens globalmente conectados: juventude e o uso de novas tecnologias (TAPSCOT, 2009); Jovens e redes sociais (FARRER, 2007); Jovens como esperança do futuro, mas expressões do presente (COMAROFF e COMAROFF, 2005); Meios de comunicação, caráter econômico, mas cultural e político (XENOS e MOY, 2007; HERRERA, 2012; BUCKINGHAM e RODRIGUEZ, 2013); Protestos online e offline se complementam (VALENZUELA, 2013);

A contribuição de Cabalin (2014) foi ter mostrado em seu estudo, que uma das organizações mais importantes do movimento estudantil de 2011 (FECH) utilizou intensivamente o Facebook, mas seu uso replicou esquemas clássicos dos movimentos sociais. Isso quer dizer que as ações atuais de protestos sintetizam atos tradicionais com formas mais inovadoras o que permite descartar o determinismo tecnológico na análise das ações desse movimento. Os estudantes utilizavam o rádio, televisão, noticiários matinais, periódicos, panfletos, etc, numa demonstração clássica de que os movimentos sociais têm na comunicação seu sangue vital (CABALIN, 2014). Por sua vez, também, as páginas do Facebook foram utilizadas para convocar protestos, dar visibilidade às reivindicações, deixar claro contra quem/o que se lutava.

Outra contribuição interessante sobre a relação dos jovens cidadãos com o consumo de tecnologia é o trabalho de Arturo Arriagada e Martin Schuster (2008).

Nele, os autores analisam o consumo de meios de comunicação pelos jovens chilenos e sua relação com o exercício da cidadania, partindo do pressuposto de que os jovens se informam sobre fatos nacionais principalmente pela televisão, não utilizam formas tradicionais de participação como o voto, por outro lado, interagem através de novos meios, como fotologs, chat. Por isso, não se deve entender os novos meios tecnológicos apenas como canais de informação, mas como espaços de participação. Como metodologia, os autores utilizaram os dados disponibilizados pela V Pesquisa Nacional da Juventude (INJUV, 2006); Terceira Pesquisa Nacional de Opinião Pública - ICSO-UDP de 2007, a fim de observar os níveis de participação cidadã dos jovens no Chile e para observar o consumo de meios de comunicação de jovens e adultos.

À guisa de conclusão, esses autores afirmam que os jovens apresentam baixos níveis de participação eleitoral, mas independente de sua condição de inscritos ou não inscritos nos registros eleitorais, seus níveis de participação em outros âmbitos da vida social não são similares. Ao se comparar o consumo de meios de informação de adultos e jovens, de onde não se encontram diferenças significativas viu-se de que maneira os jovens utilizam os novos meios de comunicação: Como diários online, blogs e sítios de redes sociais – concluindo que mais que ser fontes de informação sobre os acontecimentos do país, os novos meios são espaços de interação e participação social.

Por sua vez, o trabalho de Lorena B. Valderrama (2013) intitulado *Jóvenes, Ciudadanía y Tecnologías de Información y Comunicación: El Movimiento estudiantil chileno* traz uma análise acerca da apropriação massiva das tecnologias de informação e comunicação (TIC) para ações de protestos no Chile, no ano de 2006, quando a comunidade estudantil utilizou as “TIC” como complemento vital de seus protestos. A autora analisa o impacto das tecnologias de informação durante o movimento estudantil ocorrido em 2006/2007, denominado, pela imprensa e literatura da época, de pinguinzaço ou Rebelião dos pinguins.⁹

Valderrama (2013) argumenta que mais de uma década de políticas públicas digitais (Projeto Enlaces, 1992; Programa Nacional de Inforcentros, 2001;

⁹ Os estudantes que protestavam foram apelidados de “pinguins”, devido a seus tradicionais uniformes escolares de cor azul escuro e branco (uma jaqueta em V e uma gravata) (VALDERRAMA, 2013).

Biblioredes – redes de bibliotecas, Fundo de Desenvolvimento de telecomunicações) permitiu a internet desempenhar um papel fundamental na construção e desenvolvimento do movimento estudantil, marcando um antes e um depois da utilização das TIC no Chile.

Ainda, a autora apresenta um rol de teóricos que trabalham com a relação entre tecnologias de informação e comunicação e os movimentos sociais, como: Tecnologias de informação e a comunicação e movimentos cidadãos. Juventude como ator chave na construção da democracia e redefinição do sentido de cidadania (HENÃO e PINILLA, 2009); Fatos que comprovam o uso da internet como potencializadores dos movimentos (COSTA, 2008; DOMEDEL e PENA e LILLO, 2008): Denúncias dos abusos policiais através de fotologs no Chile; Mobilização na questão Zapatista no México (CASTELS, 1997); protestos contra a invasão do Iraque em 2003 (TILLY e WOOD, 2010). No caso da utilização da internet na mobilização social, a internet oferece maior possibilidade de circulação da informação, convertendo-se em um canal eficaz (PASETA, 2001) contribui para organizar, e empoderar os movimentos (VALDERRAMA, 2008). Interatividade da TIC (LULL, 2008; KERCHOVE, 1999; TURKLE, 1995).

Por fim, a autora afirma que as análises apontam que a informação, coordenação e identificação foram objetivos concretos para os quais se usou a internet durante a “rebelião dos pinguins”. Grande parte dos estudantes de 2006 cresceram imersos em um período de ampla inserção digital como política pública, se apropriando das tecnologias digitais, tornando-as indispensáveis nos processos comunicativos e cidadãos. No contexto do movimento analisado, a internet foi usada pelos jovens em todos os níveis de participação, para informar-se, identificar-se, e para coordenar as atividades.

2.4 - Reflexões sobre a participação juvenil e Impressões dos jovens sobre política

Como temos visto nas seções anteriores, a reflexão sobre a participação política dos jovens tem ocupado diversos estudiosos, que buscam compreender a questão através de várias perspectivas, como por exemplo, pelas lentes geracionais,

em que se busca compreender os jovens de ontem e os jovens de hoje, buscando elementos que ajudem a elucidar as razões desses atores sociais participarem em seus contextos sócio-históricos específicos. Um aspecto que traspassa os trabalhos analisados nessa RSL, que se configura como um ponto de intersecção entre quase todos, diz respeito a percepção dos jovens sobre política, sobre os políticos e sobre as instituições políticas.

Pizarro (2000) alerta em seu estudo que os partidos políticos representam cada vez menos os interesses dos jovens, pelo fato desses partidos não se preocuparem em buscar entender, interpretar e responder às suas aspirações. Por outro lado, os agentes tradicionais de socialização política vêm mudando bastante: a família tem perdido espaço na formação política dos jovens, assim como também a escola vem perdendo espaço, junto com a comunidade e os grupos de amigos. Por sua vez, os meios de comunicação vêm se colocando como “locais” privilegiados onde os jovens se informam, conhecem e praticam a política.

Já Fuentes (2006) argumenta que a frase atribuída aos jovens ao tratar de política “no stoy nen ahí”, não é verdadeira na prática, isso porque o ciclo de mobilizações iniciados em 2006 não ocorreram antes porque as condições políticas frearam as manifestações populares, sendo a Eleição de Michele Bachelet o fato que criou expectativas que foram frustradas, resultando nas manifestações.

Importante contribuição acerca da percepção dos jovens universitários sobre política nos fornecem Moya e Díaz (2010) em seu estudo sobre a socialização política dos jovens estudantes universitários da Região de Valparaíso, no Chile. O estudo analisou cinco dimensões importantes na socialização política dos jovens: 1) Condições juvenis (posição social dos jovens); 2) Socialização política (distintos espaços de socialização: família; amigos, escolas) e etapa da vida de quando se produz essa socialização; 3) Identificação política (tendência que se autodefine o entrevistado: direita, esquerda, centro...); 4) Identificação política da família; Participação política (índice de adesão aos movimentos); 5) Quem deve tomar as decisões: O critério técnico-funcional e maior em todos os grupos ideológicos. Por fim, indica que a visão hegemônica na comunidade acadêmica composta pelos jovens, concebe a política como técnica, constatando-se o desmoronamento da

política enquanto instituição¹⁰. Por outro lado, aparece a política ligada a movimentos e participação não convencional.

Em que cidadania crêem os jovens? Esta é a pergunta que abre a discussão do trabalho de Hernandez et al (2010) que aborda a perspectiva da juventude chilena sobre cidadania e as motivações para participar politicamente. O estudo foi realizado através de entrevistas semiestruturadas, em que se indagava sobre as crenças e aspirações de cidadania em uma amostra de 24 jovens, de ambos os sexos e diversas condições socioeconômicas, todos com histórico de participação em organizações de voluntariado social, política, étnico-políticas, ecológicas e/ou estudantis. As aspirações de cidadania dos jovens estão relacionadas com valores de fraternidade, dignidade, equidade e poder; valorização da pessoa no contexto de relações fraternas e comunitárias, valorização da dignidade da pessoa: validação dos direitos no contexto de equidade, distribuição equitativa de poder; crença numa cidadania ativa e empoderada.

Nesse sentido, os participantes do referido estudo aspiram que a sociedade tenha como eixo a inclusão e a participação através do exercício de direitos e deveres da comunidade. Os jovens afirmam que a estrutura institucional é inflexível e inquebrável, e que é preciso medidas radicais que eles precisam lançar mão, quando precisam ser ouvidos, sendo preciso, dessa forma, rever os mecanismos de participação dos jovens disponibilizados pela democracia formal atualmente.

Ao longo desse capítulo foi possível observar as diversas perspectivas pelas quais os estudiosos vêm compreendendo o fenômeno da participação dos jovens chilenos, em sua história recente. Durante a pesquisa, foi possível identificar as categorias temáticas que tem chamado a atenção dos estudiosos, como: Reflexão sobre as políticas públicas para a juventude; Imaginário sobre jovens nos discursos

¹⁰ Importante mencionar o estudo de Baeza-Correia (2012) que se debruça sobre o nível de confiança que os jovens chilenos apresentam com respeito às instituições democráticas. As respostas obtidas através de perguntas realizadas a grupos de estudantes de ensino médio (Focus group) nas maiores cidades do Chile, sobre em quem e em que instituições confiam, são unânimes: so se confia na família, e com relação as instituições, não se confia nelas (BAEZA-CORREIA, 2012). A confiança nos outros ou nas instituições, opera em grande medida como um sistema de inclusão/exclusão: A confiança na Família é basicamente um NOS incluyente... em que os jovens se sentem protegidos e refugiados. Ao contrario disso, não se confia nas instituições, onde consta um NOS excluyente, em que os jovens se sentem rechaçados, desprotegidos.

institucionais e nas políticas públicas (que serão apresentados no capítulo 4); Perspectiva histórica da participação política dos jovens/aspectos geracionais; Repertórios e novas configurações de participação dos jovens; Configurações da participação política dos jovens no contexto do consumo de massa: o uso da tecnologia para fins políticos, Reflexões sobre a participação juvenil; Impressões dos jovens sobre cidadania e política.

No próximo capítulo, voltamos nossas lentes para a participação política dos jovens argentinos, buscando identificar como os estudiosos vem compreendendo esse tema, que tem mostrado sua importância no contexto latino-americano, pois como vimos nesse capítulo, os jovens vêm mudando sua forma de estar no mundo e reconfigurando sua maneira de participar politicamente. Como já discutimos anteriormente, o conhecimento desse tema no contexto regional é imprescindível para, a partir da experiência (teórica e empírica) trazida pelos estudos incluídos nessa RSL, possamos replicar ou (re)criar modelos analíticos que nos ajudem na difícil tarefa de compreender o fenômeno da participação da juventude em outros países da América Latina, como por exemplo, no contexto brasileiro (numa agenda futura de pesquisas) dadas as similaridades históricas compartilhadas pelas nações sul-americanas.

CAPITULO 3 – PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS ARGENTINOS: Aspectos relevantes

Sólo le pido a Dios

Composição: León Gieco (Argentina, 1982)

*Sólo le pido a Dios
Que el dolor no me sea indiferente
Que la reseca muerte no me encuentre
Vacía y sola sin haber hecho lo suficiente*

*Sólo le pido a Dios
Que lo injusto no me sea indiferente
Que no me abofeteen la otra mejilla
Después que una garra me arañó esta suerte*

*Sólo le pido a Dios
Que la guerra no me sea indiferente
Es un monstruo grande y pisa fuerte
Toda la pobre inocencia de la gente
Es un monstruo grande y pisa fuerte
Toda la pobre inocencia de la gente*

Após realização das leituras e fichamentos dos textos que compõem o corpus (27 artigos que se enquadraram nos critérios de escolha, de acordo com quadro abaixo), emergiram os seguintes temas, cuja categorização nos permite analisar e descrever os principais aspectos dessa literatura, bem como suas contribuições para o debate da participação política dos jovens argentinos:

Quadro 3 – Estudos que compõem o corpus (literatura argentina)

Categorias temáticas	Autores	Quantidade
Jovens e educação/contexto escolar	SIRVENT (2005); APARICIO (2008); NUÑEZ (2009); NUÑEZ (2008); ALVARADO et al (2008)	05
Movimentos sociais/estudantil	DOMINGUEZ (2006); MANZANO (2011); VÁSQUEZ e VOMMARO (2008);	03
Jovens no contexto urbano	BONVILLANI (2010); BATALLÀN & CAMPANINI et al (2009); BERMUDEZ et al (2004); LONGO (2003); BRUSSINO & ROBBIA et al (2008); VOMMARO (2009) VAZQUEZ (2009).	07
Representações e	CHAVES (2005); CHORNY (2016).	02

formações discursivas sobre a participação juvenil		
Estudos em perspectiva histórica	URRESTI (2000); VAZQUEZ & VOMMARO (2016); NUNEZ (2010);	03
Políticas para as juventudes	BALARDINI (2000).	01
Outros temas: participação de jovens cristãos; perfis sociocognitivos; estados da arte sobre o tema;	KRINGER (2014); RABBIA et al (2009); MOSQUEIRA (2009); PALERMO & BONVILANI et al (2008); SALAZAR et al (2008).	06
Total de estudos (<i>corpus</i>)		27

Fonte: Elaboração própria.

A seguir, apresentamos a descrição dessa literatura, de modo a trazer à tona os principais temas que vem chamando a atenção dos pesquisadores sobre a participação política dos jovens no contexto argentino, e que elementos, que caracterizam essa participação, vem sendo destacados pelos pesquisadores.

As categorias temáticas *Representações e formações discursivas sobre a participação juvenil e políticas para as juventudes* serão descritas no capítulo 4, cuja proposta se alinha ao objetivo do mesmo, que é discutir a relação do Estado com os jovens (e vice-versa), e os reflexos de tal relação nas políticas públicas.

3.1 - Jovens e educação

Maria Teresa Sirvent (2004) volta sua atenção para a educação de jovens e adultos frente ao desafio dos movimentos sociais emergentes em Argentina. O propósito da autora, nesse artigo, é apresentar algumas reflexões metodológicas em relação à educação de jovens e adultos sobre a base de sua experiência de educação popular e investigação participativa. Tais reflexões partem de uma

abordagem de uma psicologia social que busca identificar os processos que dão conta do impacto na vida cotidiana da construção da visão de mundo sobre a realidade dos indivíduos. Assim, o trabalho se desenvolve sobre dois eixos: Discussão sobre a educação popular na Argentina e sua relação com os movimentos sociais em um processo histórico a partir do fim da ditadura militar até nossos dias e, discutir os desafios e contradições do momento histórico presente para a educação popular de jovens e adultos em sua relação com os movimentos sociais emergentes.

Sirvent (2004) destaca que tem se fortalecido em setores pobres e de extrema pobreza da grande Buenos Aires a situação de desesperança e medo sobre a imagem da juventude. Nesse contexto, essas imagens revelam jovens condenados ao fracasso ou à violência (muitas vezes fatal). Quando tentam lutar contra a ordem instaurada por meio da mobilização social nos bairros, desenvolvendo alguma liderança, afrontam interesses de políticos ou das organizações do narcocontráfico.

Os mecanismos de poder seguem atuando sobre a construção de categorias do pensar a realidade, buscando desqualificar a população dos movimentos sociais, especialmente o *movimento piquetero*. Para Sirvent (2004), o educador e o pesquisador comprometidos socialmente devem apoiar nesse momento histórico os grupos dos novos movimentos sociais que podem constituir-se na luta contra o modelo de sociedade injusta e discriminatória que se implantou. Isto implica colocar os instrumentos da ciência e da educação a serviço da construção de um conhecimento científico coletivo que ajude a fortalecer a organização e a capacidade de participação social dos novos movimentos sociais emergentes, que potencialize a consolidação de uma demanda social óbvia, como o direito a uma política educacional permanente para os jovens e adultos, bem como fortaleça os processos de aprendizagem social e a identificação de novas necessidades educativas e sua conversão em demandas sociais por uma aprendizagem permanente ao longo de toda a vida.

Já Nuñez (2009) volta seu olhar para as disputas em torno da *participação juvenil no espaço escolar do ensino médio*. Conforme este autor, seu trabalho pretende alcançar dois objetivos: sintetizar a bibliografia que examinou na Argentina

a relação entre juventude e política, e analisar o modo em que os jovens se desenvolvem no espaço escolar, os distintos recursos com que contam os atores educativos e a relação entre juventude e poder em um espaço considerado central para a formação política de novas gerações.

Sobre a bibliografia a respeito da relação juventude e política, Nuñez apresenta sinteticamente o seguinte arcabouço teórico: perspectivas sobre os jovens nos anos 1950 e 1960 (BONVILLANI, PALERMO, VAZQUEZ e VOMMARO, 2009); Jovens e política nos países do Mercosul (CHAVES e NUNEZ, 2009); Juventudes e políticas públicas (BALARDINI, 1999, 2000); Nesse sentido, percebemos que as discussões acerca da relação da juventude e política mostradas pelo autor vem ratificar o que já evidenciamos neste trabalho: A juventude é mostrada como uma categoria social complexa, histórica, difícil de apreender em um conceito, pois está sujeita a variáveis socioeconômicas diversas, como de classe, gênero, raça, etc., sendo também bastante diversas suas reivindicações (HOPENHAYN, 2004; REGUILLO, 2000).

Um fato importante trazido por Nuñez (2009) é que a escola continua sendo um espaço de relações assimétricas entre jovens e adultos. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a autoridade pedagógica e a capacidade regulatória da escola se fragmenta, isto não vem ocorrendo também na distribuição das vozes e do poder no espaço escolar, pois os adultos monopolizam as decisões, precisamente em um âmbito político, pensar de forma horizontalizada os processos de ensino e aprendizagem dos conhecimentos. O currículo, predominantemente, é pensado segundo a perspectiva do adulto, deixando de lado as seguintes questões temáticas interessantes aos jovens: aspectos culturais, problemas de exclusão social no contexto neoliberal, etc. É vital pensar em maneiras inovadoras de impulsionar a participação política juvenil, requerendo para isso, incorporar no espaço escolar os diferentes pontos de vista sobre a definição dos problemas sociais e considerar as vozes dos jovens sobre questões que surgem a partir da convivência em sociedade (NUNEZ, 2009).

Por sua vez, Aparício (2008) apresenta uma importante reflexão sobre a inclusão educativa e laboral dos jovens no contexto das transformações operadas na Argentina nos anos 1990, apontando que, no âmbito da política educativa,

constituiu-se um epicentro das transformações impostas pela implantação do neoliberalismo, refletida na Lei Federal de Educação. Aparício (2008) afirma que depois que foram introduzidas as reformas estruturais de cunho neoliberal nos anos 1990 no contexto argentino, se assistiu à constituição de um Estado *post social* disposto apenas a intervir em situações pontuais e imprescindíveis, sem pretender sobrepor-se às tendências e as diretrizes de um mercado supervalorizado, ou seja, um Estado muito voltado para os interesses da classe econômica, produtiva e empresarial.

Conforme o autor, os seguintes fatores contribuem para a perda do valor das propostas de formação educativa e profissional que parecem guardar relação com o problemático acesso ao emprego digno e produtivo pelos jovens: a questionável qualidade das propostas educativas formais e informais; a segmentação e descoordenação dos conteúdos curriculares; a constante e elevada taxa de desemprego; a proliferação das atividades laborais informais e a ausência de mecanismos políticos institucionais capazes de homogeneizar os interesses dos jovens, questionam a ideia de valorização dos jovens no contexto de mudanças estruturais econômicas implementadas na Argentina dos anos 1990.

3.2 - Movimentos sociais/estudantil e os jovens

O trabalho “A participação juvenil nos movimentos sociais autônomos da Argentina; O caso dos movimentos de trabalhadores desempregados (MTDS)”, de Pablo Vommaro e Melina Vázquez (2008), apresentam uma importante discussão sobre a formação dos movimentos de trabalhadores desempregados autônomos, no contexto das transformações mencionadas por Aparício (2008) apresentadas na seção anterior que tiveram impacto nos diversos modos de participação política. Para Vommaro e Vázquez (2008), diversas expressões de organização social surgiram, promovidas principalmente por jovens, produzindo formas diferentes de conceber e participar politicamente. Desde a construção da noção de autonomia, os jovens mostraram experiências de politização, mesmo num contexto de desinteresse e apatia com referencia à política institucional (VOMMARO & VAZQUEZ, 2008, p.

487). Nesse sentido, analisar as formas que assumem a participação juvenil supõe ter em conta, fundamentalmente, o modo em que se produz a socialização política dos jovens em determinado contexto histórico, social e político.

Ainda no texto mencionado acima, os autores visam a dar conta de como se produz, frente aos processos significativos de mudança política, a conformação, entre os jovens, de uma geração política, constituída como tal a partir da experimentação corrente do desencantamento com a política, situação a qual, longe de conduzir a um afastamento e uma retirada da ação coletiva, permite-lhes promover as experiências de subjetivação alternativas e disruptivas. Assim, a perspectiva desses autores considera o aspecto geracional para compreender as diferentes experiências de rupturas protagonizadas pelos jovens, no que tange às suas atividades políticas. O olhar dos autores se voltam para as múltiplas agrupações juvenis como os casos do “*Hijos*”; *as agrupaciones estudiantis*, “*El colectivo 501*”; e, de modo mais específico, para as organizações de tipo territorial que se transformaram nos movimentos de desempregados.

A agrupação “Hijos” – pela identidade e a justiça contra o esquecimento e o silêncio - nasceu em 1995 a partir de um conjunto de eventos que favoreceram o encontro entre um grupo de filhas e filhos de desaparecidos durante a última ditadura militar, integrado pelos jovens entre 20 e 25 anos, provenientes especialmente de setores médios de estudantes universitários. **As agrupaciones estudiantis** ocorrem no plano universitário da Universidade de Buenos Aires no ano de 1989 – quando os estudantes perceberam que o sonho de uma universidade aberta, democrática e incluyente começa a mostrar suas contradições. A partir disso cada vez menos pessoas confiam nos dispositivos institucionais: o sistema de concursos docentes, os mecanismos de governos representativos e os organismos de representação estudantil.

“El colectivo” surge no inicio dos anos de 1999 de uma agrupação juvenil que toma a primeira atitude política *más allá del voto*, como uma forma de manifestar seu desencanto com o sistema institucional e o sistema democrático liberal. Os jovens se reúnem e discutem quais seriam as expressões novas de participação política que colocariam em prática, e as encontram no Código Eleitoral Nacional que exime da obrigação de votar as pessoas que se encontram a mais de 500 km de seu domicílio

de inscrição. A saída foi a seguinte: no dia das eleições, os jovens tomariam um trem que os levassem a mais de 500 km de seu domicílio, rumo a “Sierra de la Ventana”, para se eximirem da obrigação de votar. Não se tratava apenas de se eximir da obrigação do voto, mas uma forma de rebeldia contra o conceito liberal de democracia, que resume a participação política do cidadão na participação político-eleitoral.

À guisa de reflexões finais, os autores mencionam que nos casos dos trabalhadores, percebe-se um princípio comum entre diferentes expressões de mobilização juvenil na década de 1990 na Argentina. Isto se constata tanto no alheamento e rechaço das práticas políticas da democracia formal, como na criação de diversas experiências políticas em torno da ideia de autonomia. Assim, exceto as particularidades, pode-se identificar não só a existência de grupos de jovens que compartilham problemas comuns, mas para além disso, uma sorte de consciência em torno de fatores distintivos que conduzem seus passos para a política e que distinguem os mesmos na relação com outros grupos sociais. E isso permite concluir a ideia de geração política em que os sentimentos, percepções e práticas comuns não apenas supõem uma crença compartilhada e comum como grupo, mas este se fundamenta no rechaço da ordem existente e a busca de redirecionamentos do curso da política como expectativa geracional.

Já Manzano (2011) se debruça sobre o tema “cultura, política e movimento estudantil secundário na Argentina da segunda metade do século XX”, buscando focalizar a discussão em 4 momentos importantes, a saber: 1) conflito “laica o libre”, em 1958, envolvendo os jovens estudantes na causa da educação gratuita e universal, bem como o direito de desenvolver tarefas gremiais e políticas no contexto escolar que, embora os estudantes não obtiveram sucesso nesses movimentos, marca-se o início de uma fase importante da luta dos estudantes por pautas relacionadas com a política educacional do país; 2) 1973, época da chamada *primavera democrática* na qual os estudantes secundários estiveram no centro da cena política e cultural; 3) A metade da década de 1980 traz o debate sobre a “regeneração” do país protagonizada pela experiência da ditadura militar e, em especial, a prática do terrorismo de Estado. Nesse contexto, uma “nova juventude” resistiu culturalmente ao autoritarismo ditatorial que buscou, em nome da ordem e dos bons costumes, impedir as práticas políticas dos jovens. E, por fim, a primeira

metade da década de 1990, em que, segundo Valéria Manzano (2011), merece destaque dois momentos: a participação estudantil nas campanhas contra o “gatillo fácil” (contra a violência durante as abordagens da polícia) e a violência contra adolescentes – especialmente em torno dos assassinatos de Walter Bulacio e María Soledad Morales – e as coordenações criadas em defesa da educação pública em 1992.

A contribuição do trabalho de Manzano (2011) consiste em trazer uma reflexão acerca dos diversos momentos em que a participação política dos jovens estudantes teve papel decisivo nas variadas pautas, não apenas pautas educacionais, mas também questões sociais, direitos humanos, questões ambientais, etc. Para a autora, as ações estudantis de princípios da década de 1990 prefiguram um cenário novo, em que os estudantes secundários trouxeram demandas próprias que vão além daquelas gremiais ou associadas na memória social de “demandas secundárias”, como no caso do episódio de *La Noche de los Lápicos*¹¹, para encarar outras vinculadas com justiça, e contra a estigmatização que eram e são sujeitos os jovens do fim para o início do novo século.

E é sobre a ação juvenil dentro dos movimentos sociais no início do século XXI que nos fala Maria Isabel Domínguez (2006) em seu trabalho intitulado *Los movimientos sociales y la acción Juvenil: apuntes para um debate*. O trabalho aborda o rol de teóricos que está considerando a juventude como geração, no marco do aumento das ações coletivas e convivência dos movimentos sociais de múltiplas orientações, considerando duas dimensões: seu peso no contexto de movimentos que envolvem diferentes sujeitos e cujas reivindicações tem um alcance mais geral, assim como em que medida os jovens se convertem em atores sociais específicos, reconhecidos (e autorreconhecidos) como protagonistas nos movimentos.

Domínguez (2006) argumenta que a juventude nesse momento histórico não tem se constituído de maneira significativa em movimentos sociais com marcado caráter geracional, tendo como hipótese que explique isso as mudanças que vêm

¹¹ Ficou conhecido como “La noche de los lapices” uma série de sequestros, torturas e assassinatos de vários jovens estudantes secundaristas, da cidade de La Plata, capital da província de Buenos Aires, ocorridos a partir da noite de 16 de setembro de 1976. Esse episódio representa um dos momentos mais nefastos da segunda ditadura militar na Argentina, conhecida por, sequestrar, torturar, assassinar e ocultar os cadáveres dos “inimigos” do regime. Nesse caso específico, tratavam-se de jovens estudantes entre 16 e 18 anos de idade, que reivindicavam por descontos no transporte público.

ocorrendo de modo acelerado, imprimindo um maior dinamismo ao contexto em que se configuram as gerações e limitam as possibilidades de constituir-se em uma identidade coletiva bem definida, frente a outros critérios estruturantes de maior estabilidade como gênero ou a etnia, ou ainda, frente a conflitos sociais mais visíveis e gerais como a defesa dos direitos humanos ou do meio ambiente.

No entanto, para a pesquisadora, a juventude se constitui como uma relevante massa crítica dentro dos movimentos sociais de diversas formas, tendo particular protagonismo em alguns deles e sua presença é vital, pois representa a perspectiva de futuro.

3.3 - A participação política juvenil no contexto urbano

Há um rol de estudos voltados para a particip(ação) política dos jovens no contexto urbano argentino, como por exemplo: *Representaciones sobre democracia y participación em la juventud de la ciudad de Córdoba*, de Bermudes, Savino e Zenklussen (2004) e *Jóvens Cordobeses: Una Cartografía de su emocionalidad política*, de Andrea Bonvillani (2010), como podemos constatar pelo próprio título, ambos se debruçam sobre a questão no contexto da cidade de Córdoba, argentina, a partir de perspectivas distintas, como podemos verificar a seguir.

Bonvillani (2010) traz um mapeamento da emocionalidade política que, por meio da metáfora da policromia mostra os matizes que caracterizam o registro subjetivo da política em jovens de setores populares de Córdoba (Argentina). A autora busca descrever a instrumentação das paixões no processo de sujeição à ordem social em tensão com as possibilidades de emancipação subjetiva que elas, as paixões, oferecem. Para tanto, nos leva pelo caminho da imagem que os jovens têm construído e constroem de si mesmos em suas experiências vividas em particulares condições sociohistóricas de produção subjetiva.

Andrea Bonvillani se baseia no sistema de pensamento espinosista (Baruch Espinosa) em que os afetos são tanto responsáveis pelo aumento da potência de um corpo quanto pela sua diminuição. Em suma, um tipo particular de afeto como as

paixões tristes, por exemplo, diminuem nossa potência de existir e atuar e se constitui como ferramenta muito eficaz pela qual se exercita a opressão pelo poder, porque imobilizam e impedem a ação. Por sua vez, as paixões alegres nos iluminam porque restituem nossa capacidade desejante, nos mobiliza à ação comum transformadora. Em síntese, em Espinosa encontramos uma compreensão das paixões, não como um “demônio interno”, que devia ser sufocado ou domesticado, mas como uma força que nos põe em contato com nós mesmos e com os demais, cujo conhecimento nos permite o desenvolvimento da potência à ação.

A partir dessa perspectiva teórica, a autora realiza sua investigação sobre áreas pobres de Córdoba, entrevistando jovens entre 18 a 25 anos de idade, percebendo a partir do diálogo com os mesmos, que são tomados pelo medo e vergonha, derivados de uma autopercepção de incompetência, inclusive vinculada, para eles, a uma condição natural de falta de inteligência. Assim, a condição social na qual os mesmos se encontram, muitas vezes é naturalizado, considerado como destino (*fatalismo conformista*, na perspectiva de Martín Baró, 1986, apud Bonvillani, 2010) E isso impede à ação, servindo como importante mecanismo para a perpetuação das estruturas de dominação social, pois como vimos, as emoções tristes como decepção e frustração limitam a capacidade da energia vital dos jovens, expropriando-lhes da potência para transformar as condições de vida próprias da opressão que vivem. Então, se trata de *corpos imobilizados* (Bourdieu, 1991, apud Bonvillani, 2010), os quais parecem que a única coisa que querem é esperar a ajuda dos políticos, e o fazem tomados pelo desencanto e conformismo, perpetuando as práticas clientelistas que se mostram como grave problema para o sistema democrático representativo, não apenas argentino, mas em todo o continente latino-americano.

Já o trabalho de Bermúdez, Savino e Zenklussen (2004) aborda as representações sobre democracia e participação na juventude da cidade de Córdoba. A partir da realização de entrevistas em profundidade de jovens cordobeses de 16 a 18 anos, e atendendo aos condicionantes de produção discursiva teorizados por Bourdieu e Foucault para compreender os discursos dos entrevistados, os autores apresentam as seguintes conclusões nesse estudo: i) Associação teórica entre “democracia”, numa visão positiva, e as ideias de liberdade e igualdade; ainda que distorcidas na prática pelo clientelismo e corrupção; ii)

significação da “participação política” como uma experiência de aprendizagem e cooperação, sustentada na responsabilidade e compromisso pessoais e fortemente vinculada aos processos eleitorais e o controle social (que aparece relativizado pela falta de interesse); iii) consideração da participação como elemento fundante da democracia, desincentivada em concreto por um descrédito generalizado pela política.

Esses autores apresentam, ainda, algumas perspectivas teóricas acerca da democracia, destacando as posições que utilizam critérios procedimentais, que são centrados nos processos eleitorais e na consagração jurídica de uma série de direitos “fundamentais”; por outro lado, destaca que existem outros defensores da democracia como caráter “substancial”, atenta à valoração subjacente às práticas participativas dos atores políticos, e moldadas por elas. Destaque-se ainda, que o fato de existir democracia formal nas nações latino-americanas não significa que haja “qualidade democrática de governo”, sendo isso um objetivo perseguido por todas as democracias, através da busca de seu aperfeiçoamento.

Portanto, ter um sistema político democrático não equivale a governar democraticamente e aí radica o maior desafio das democracias recentes como a Argentina: realizar uma qualidade *democrática de governo*, que alie o aspecto formal ao substancial, isto é, que inclua na democracia a participação efetiva da população nas decisões que interessam a todos.

Por fim, os autores afirmam que as concepções apáticas dos jovens entrevistados sobre democracia e participação são uma minoria. Ainda assim, tal fato deve ser percebido com preocupação pelas autoridades, uma vez que isso pode prejudicar a possibilidade de aperfeiçoar o sistema democrático através da participação desses atores sociais.

Ainda na seara da participação juvenil no contexto urbano, o trabalho *A participação política dos jovens adolescentes no contexto urbano argentino: Pontos para o debate*, de Graciela Batallán, Silvana Campanini, Elías Purdant, Lara Enrique e Soledad Castro (2009), problematiza os fundamentos jurídico-institucionais que organizam a política – entendida aqui como práticas reguladas através das quais os sujeitos participam da direção e governo de sua sociedade – excluem crianças e jovens por serem menores de idade (CASTRO et al, 2009). A partir da análise dos

programas, feita através de trabalho de campo em dois contextos diferenciados, a saber: *A legislatura e a Escola, do Poder Legislativo da Cidade Autônoma de Buenos Aires e centros de estudantes de colégios de nível médio*¹², os autores analisam aspectos problemáticos relativos aos conteúdos e métodos de participação dos jovens no espaço público. No trabalho é possível identificar que permanece a tensão na literatura contemporânea a respeito do sentido dado à política e o que se pode entender como o *político*¹³, cuja perspectiva se focalizam as preocupações e debates que circulam entre os jovens.

Se constatou, por meio da pesquisa de Castro et al (2009) que a escola reserva um espaço específico para a participação dos estudantes, cujas reivindicações são consideradas pelos adultos como de segundo plano, pois reserva-se mais a atividades gremiais, desqualificados como entretenimentos ou atividades culturais. Seria necessário que os professores, diretores, pais e todos os adultos que compõem a escola ouvissem mais os alunos que se dispõem a participar da vida escolar no trato de questões relevantes, e não apenas tratando de temas específicos dos estudantes como problemas disciplinares ou uso de vestimentas adequadas para o ambiente escolar. Nesse sentido, se impõe o desafio de recuperar a concepção de escola não apenas como espaço público, mas espaço político em que se inclua todos os atores (inclusive os estudantes) em volta de questões mais gerais, de interesse social do contexto urbano (e para além disso).

Outros três trabalhos abordam a participação dos jovens no contexto urbano argentino, conforme breve descrição a seguir: O primeiro deles, *O que querem os jovens. Capital social, trabalho e juventude em rapazes pobres da Grande Buenos Aires*, de Maria Eugenia Longo (2003), investiga a temática do capital social dos

¹² O programa “La legislatura y la escuela” foi criado em 1998 com o objetivo de introduzir crianças e jovens de escolas públicas e privadas da cidade nas formas de debate democrático. O segundo contexto da análise empírica são os centros de estudantes secundários, cujos objetivos são possibilitar a participação dos alunos em questões que sejam de seu interesse e favorecer o avanço de uma cultura política pluralista no contexto dos temas que lhes dizem respeito e daqueles que fazem a sociedade como um todo (Cf. CASTRO et al, 2009, p. 47).

¹³ A filosofia política contemporânea trata do potencial crítico de “lo político” como o processo que sobrepuja-se a “la política”, se condensando no conceito de esfera pública, elaborado por Habermas. Em tal formulação a esfera ou espaço público se caracteriza pelo conjunto de práticas deliberativas que os indivíduos, despojados de interesses próprios, discutem sem restrições acerca das questões de interesse geral (HABERMAS, 1986, apud CASTRO et al, 2009). Conforme Castro et al (2009), esse esforço dos atores sociais em conjunto tem por objetivo recuperar a concepção republicana de (*res pública*) como resultado de um processo de ampla participação dos sujeitos, que não se esgota nem se expressa completamente por meio da arquitetura institucional da política (CASTRO et al, 2009, p. 44).

jovens e sua relação com o mundo do trabalho no contexto urbano da Grande Buenos Aires, através de uma abordagem qualitativa, buscando compreender a rede de relações estabelecidas pelos jovens no contexto de crise do modelo de trabalho implementado pós segunda guerra mundial, em que as consequências são sentidas de modo especial pelos jovens empobrecidos que residem nas periferias; O trabalho *Uma Proposta de categorização da Participação Política de Jovens Cordobeses*, de Silvina Brussino, Hugo Robbia & Patricia Sorribas (2008), pesquisa a estrutura subjacente das práticas políticas de 300 jovens da cidade de Córdoba-Argentina entre 18 e 30 anos. A partir de uma análise (análise de Clusters) hierárquica de agrupamentos de variáveis-intra-grupos, se obtiveram três agrupamentos que incluem a participação partidária-sindical, a participação da comunidade e a participação expressiva, e refletem a categorização de 76% dos casos puros (SORRIBAS et al, 2008); e, o trabalho *As expressões da política juvenil nos bairros populares da Argentina atual*, em que os estudiosos Pablo Vommaro e Melina Vázquez (2009) pesquisaram os significados de política para os jovens nos bairros populares de Buenos Aires, a partir da análise de algumas transformações que foram produzidas pela implantação das medidas neoliberais na década de 1990, focalizando a denominada “territorialização da política”.

Como vimos nesta seção, tem chamado a atenção de vários estudiosos a temática da participação política juvenil no contexto urbano, de modo especial das cidades de Córdoba e outras da região da Grande Buenos Aires. Esses estudiosos têm pesquisado vários aspectos, desde mapeamento da emocionalidade política juvenil (BONVILLANI, 2010); as representações sobre democracia e participação na juventude da cidade de Córdoba (BERMUDEZ, SAVINO, ZENKLUSSEN, 2004); participação política dos jovens adolescentes no contexto urbano argentino (BATALLAN, CAMPANINI e CASTRO, 2009), dentre outros.

3.4 - Estudos em perspectiva histórica

Ao pesquisar os principais temas e perspectivas abordadas pelos estudiosos no contexto chileno (capítulo anterior), constatamos que vários destes buscam

compreender a questão da participação política dos jovens através de uma perspectiva histórica. Nesse mesmo viés situam-se os estudos de Marcelo Urresti (2000); Melina Vázquez & Pablo Vommaro (2016); Pedro Núñez (2010), sobre a participação dos jovens Argentinos, conforme a descrição a seguir.

No trabalho “Paradigmas de participação juvenil: um balanço histórico”, de Urresti (2000), o autor questiona a tendência de alguns em comparar os jovens de ontem com os jovens de hoje, em termos de ativismo político. Para ele, não é uma alternativa inteligente isolar esses atores e compará-los seguindo critérios basicamente biológicos, como a idade. Os jovens estão emersos em um contexto social e histórico diversificado em diferentes momentos históricos, e por isso manifestam-se de modo diferente em relação à política. Assim, mais que comparar gerações há que se comparar sociedades nas quais convivem essas gerações diferentes. De modo ilustrativo, não é que os jovens dos anos sessenta eram politizados e os de hoje sejam consumistas, apenas. É preciso ter em conta os diferentes contextos, uma vez que nos anos 1960 era improvável que os jovens mantivessem uma postura apática sobre política como hoje em dia seu contrário, isto não tem a ver apenas com os jovens em si mesmos (URRESTI, 2000, p. 178).

Nesse sentido, o trabalho de Urresti (2000) é importante porque mostra que ao longo da história, as transformações econômicas, sociais e culturais (descritas pelo autor) impactaram de modo decisivo na relação dos atores sociais (de modo especial dos jovens) com as questões políticas, comprovando que os paradigmas da participação juvenil são mutáveis conforme as estruturas econômicas e sociais de cada época, sendo uma resposta às consequências sociais dessas mudanças.

Por sua vez, Vázquez e Vommaro (2016) investigam as semelhanças existentes entre a militância kirchnerista e o movimento *La Cámpora*, alusão à figura de Héctor Cámpora¹⁴. A partir de entrevistas e análise de discurso de militantes kirchneristas, e um resgate histórico do *La Cámpora*, os autores buscam construir

¹⁴ Héctor José Cámpora (1909-1980) foi eleito presidente da Argentina em 11 de março de 1973, assumindo a presidência em 25 de maio do mesmo ano. Sua presidência durou 49 dias já que renunciou para possibilitar a realização de novas eleições para buscar eleger o candidato Juan Domingo Perón. Era conhecido como “el tío” e ficou conhecido por expressar à esquerda peronista e por sintetizar – a partir do ponto de vista dos militantes – a lealdade a Perón para qualquer circunstância (VAZQUEZ e VOMMARO, 2016, p. 3).

uma leitura acerca do peronismo permitindo reinterpretá-lo desde o presente, através do conjunto de práticas que situam uma relação de continuidade.

Vale destacar, ainda, que essa pesquisa explorou algumas características do ativismo de um grupo coletivo que tem tido maior visibilidade nos últimos anos: os jovens. Constatando que mais que um ingresso ou a volta dos jovens à política, o que foi percebido foi a mudança nas formas de caracterizar o sentido de política e de militância. Questões que se refletem, por exemplo, na maneira em que se interpreta qual o lugar do Estado, pois enquanto muitos dos integrantes de La Cámpora advertiam que suas experiências enquanto militantes estavam orientadas *contra o Estado*, agora considera-se que este é um espaço a ocupar. Por isso falam de militar *desde o Estado*, *para o Estado*, e *pelo Estado*.

O ultimo trabalho dessa categoria temática é o de Pedro Nuñez (2010) intitulado *“Escenarios sociales y participación política juvenil. Um repasso de los studios sobre comportamientos políticos desde la transición democrática hata Cromagnon”*. O trabalho explora o modo que as ciências sociais analisaram nos últimos tempos os processos sociais que afetaram a juventude, objetivando incorporar novas chaves de leitura dos fenômenos contemporâneos, que permitam incluir os modos de envolver-se na sociedade protagonizados pelos jovens. O trabalho apresenta dois momentos: O primeiro analisa brevemente as perspectivas predominantes que as ciências sociais, em geral, e os estudos sobre juventudes, em particular, indagaram a relação das novas gerações com a política a partir do regresso à vida democrática. O segundo momento traz uma reflexão sobre dois eventos que tiveram grande repercussão¹⁵, nas práticas e ações políticas dos jovens estudantes de estabelecimentos educativos de nível secundário em duas jurisdições do sistema educativo argentino.

3.5 - Outras perspectivas acerca da participação dos jovens

¹⁵ Em 2004, o incêndio ocorrido na boate República de Cromagnon, durante um show de rock, em Buenos Aires, teve um saldo de 194 jovens mortos e milhares de feridos; o outro evento ocorrera em uma escola na cidade de Carmen de Patagones, localizada ao sul da província de Buenos Aires, quando um aluno entrou na sala de aula disparando contra seus colegas e docentes, matando três e ferindo outros cinco (NUÑEZ, 2010).

Durante a realização desta pesquisa, encontramos outros artigos que focalizam questões diversas sobre a relação da juventude com a política, cujas temáticas ou enfoques não permitem agrupar em uma única categoria. Em razão disso, passamos a descrevê-los brevemente nesta seção, uma vez que tais abordagens não poderiam ficar de fora dessa revisão sistemática, em razão da relevância desses estudos.

É assim, por exemplo, o estudo de Sergio Balardini (2000), intitulado *De los jovenes, la juventud y las políticas de juventude*, em que o pesquisador problematiza os conceitos jovens, juventude até a configuração ou desenho das políticas públicas voltadas para esses atores sociais. Para esse estudioso, quando abordamos o tema de políticas de juventude, devemos ter em mente que seu desenho e implementação estão firmemente vinculados ao conceito de juventude apreendido pelos formuladores dessas políticas.

Já o trabalho de Mariela Analía Mosqueira (2009) traz algumas reflexões sobre a articulação das categorias juventudes, religião e política, a partir de uma perspectiva etnográfica, centra-se a análise na participação implementada por jovens cristãos-evangélicos no espaço político “valores para meu país”, movimento liderado pela Deputada Federal Cynthia Hotton. O trabalho questiona o sentido, as trajetórias e os alcances identitários dos sujeitos juvenis que participam do movimento “valores para meu país”, através da análise dos discursos e representações acerca da participação política e “o rol” da “juventude”, emergentes desde os dirigentes desse espaço político, até a militância, buscando vislumbrar suas múltiplas relações e dinâmicas. Nesse estudo de caso, Mosqueira (2009) debate a possibilidade de incorporar a dimensão religiosa aos estudos sobre participação política dos jovens nas sociedades contemporâneas.

Já Mirian Kriger (2014) em seu artigo “Politización juvenil em las naciones contemporâneas. El caso argetino”, reflete sobre a intervenção hegemônica e da construção contra-hegemônica das juventudes em Estados Nacionais e suas relações com a política em diversos momentos, até o contexto latino-americano atual. Kringer (2014) problematiza a passagem da despolitização, a politização dos jovens nas ultimas décadas, oferecendo perspectivas teórico-metodológicas para a

abordagem situada com base em suas pesquisas recentes e uma revisão da questão empírica. Por fim, a autora propõe pautas para uma abordagem psicossocial, pensando a política como uma dimensão de relação mais ampla do que o “projeto comum” da nação, percebendo a juventude como categoria complexa, plural e histórica.

“Del Cordobazo al kirchnerismo. Una lectura crítica acerca dos períodos, temáticas y perspectivas em los estudios sobre juventudes y participación política em la Argentina” é o título do trabalho dos estudiosos Andrea Bonvillani, Alicia Itati Palermo, Melina Vazquez e Pablo A. Vommaro (2010) no qual propõem um estado da arte das práticas políticas dos jovens na Argentina entre fins dos anos sessenta (1968-1969), coincidindo com o momento de mobilização conhecida como Cordobazo, e a atualidade. Esse trabalho traz uma importante contribuição para os estudos sobre a relação juventudes e política no contexto argentino, ao apresentar uma contundente análise dos momentos históricos, demandas, repertórios e protagonismo desses atores sociais na vida política argentina do final dos anos sessenta até a primeira década do século XXI.

Vale mencionar ainda o trabalho de Silvina Brussino, Hugo H. Rabia e Patricia Sorribas (2009), *Perfis Sociocognitivos de la Participación Política de los Jóvenes* que busca vislumbrar como as variáveis: interesses na política, conhecimento político, eficácia política e confiança política, se relacionam com as diferentes maneiras de participação dos jovens da cidade de Córdoba, Argentina. O interesse nessas questões busca colocar no centro dos debates teóricos e políticos o *como e por que* os cidadãos participam em política¹⁶ e qual a relação das gerações mais jovens com os assuntos públicos. A abordagem desses autores se realiza através da cognição social, permitindo compreender o comportamento político a partir da análise dos processos que os indivíduos estruturam e representam cognoscitiva, atitudinal e afetivamente o mundo político. Assim, os comportamentos e os processos de cognição associados aos mesmos permitem

¹⁶ A participação política inclui todos aqueles comportamentos que realizam pessoas e/ou grupos com o objetivo de influir nos assuntos públicos: através dessas práticas os cidadãos explicitam suas preferências sobre que tipo de governo reger uma sociedade, como se dirige o Estado, e como aceitam ou rejeitam decisões específicas do governo que afetam a uma comunidade ou seus membros (CONWAY, 1990, apud BRUSSINO et al, 2009, p. 279).

situar a noção de participação política como relativa a uma época e sociedades específicas.

Vale mencionar, ainda, o estudo de Delgado Salazar e Juan Carlos Arias Herrera (2008) que investiga os processos e trajetórias de configuração da ação coletiva dos jovens, buscando compreender suas implicações na construção da cidadania. O trabalho intitulado *La acción colectiva de los jóvenes y la construcción de ciudadanía* centralizou as análises nos marcos interpretativos que definem os coletivos de jovens, através dos quais se atribuem significados a determinados acontecimentos sociais, baseiam suas justificativas ético-políticas e, ainda, estabelecem os marcos estratégicos de agenciamento para construir cidadania a partir da ação coletiva.

Como podemos verificar nesse capítulo, a relação dos jovens com a política na Argentina tem sido investigada sob variados aspectos, demonstrando-se a importância dessa temática no contexto latino-americano, de modo especial nas democracias dos países analisados. Nesse sentido, os estudos buscam compreender o fenômeno da participação das juventudes no contexto educacional (SIRVENT, 2005; APARICIO 2008; NUÑEZ 2009, ALVARADO et al, 2008); movimentos sociais/ação coletiva (DOMINGUEZ, 2006; MANZANO, 2011; VÁSQUEZ e VOMMARO, 2008); Jovens no contexto urbano (BONVILLANI, 2010; BATALLÀN & CAMPANINI et al 2009; BERMUDEZ et al 2004; LONGO, 2003; BRUSSINO & ROBBIA et al, 2008; VOMMARO & VAZQUEZ, 2009); dentre outros.

CAPITULO 4 – ANJOS OU DEMÔNIOS? A relação Estado, juventudes e políticas públicas

Como vimos nessa pesquisa, os jovens constituem um coletivo social heterogêneo, complexo, de modo que todos os pesquisadores alertam para o cuidado que se deve ter para evitar conceitos simplistas que busquem homogeneizar essa categoria social. Mas será que as políticas públicas vêm refletindo essa ideia de juventude? Em diversos artigos dessa RSL os autores mostram que os mesmos foram objeto de intervenção do Estado, levantando o questionamento de como essas políticas concebem os jovens, ou seja, para que juventude(s) essas políticas são desenhadas? E qual a concepção que os *policies makers* tem sobre esse coletivo social?

Ao mesmo tempo, é importante refletir sobre o impacto das ações políticas dos jovens sobre as tomadas de decisão do Estado: elas têm impacto nas políticas ou apenas são interpretadas de modo grosseiro pelos burocratas e políticos como ações que reforçam o estereótipo demonizado de jovem como irresponsável, baderneiro, incapaz de seguir a ordem social, tornando-os objeto da intervenção do Estado e não sujeitos influentes no processo de elaboração de tais políticas? É sobre essas questões que propomos discutir nesse capítulo, tendo por base os achados nessa RSL.

4.1 - Políticas públicas: aspectos conceituais

Antes de abordarmos os pressupostos sobre a relação da *participação* política dos jovens com as perspectivas das políticas públicas no contexto em análise nessa RSL, consideramos importante apresentarmos algumas definições sobre políticas públicas, para depois estabelecermos um *link* com as lições trazidas pelos autores na literatura, corpus dessa pesquisa.

Nesse sentido, uma primeira questão se faz necessária para prosseguirmos na análise seria o que é *política pública*? Mas, para compreendermos o conceito de

política pública é imprescindível que façamos a distinção dos termos *politics* e *policy* (em língua inglesa, já que em português essas palavras são homógrafas, dificultando a definição, dependendo do contexto).

Politics (ou política) diz respeito às atividades políticas, que, consistem em lançar mão de diversos procedimentos que expressam relação de poder, isto é, buscam influenciar o comportamento das pessoas (os atores em disputa), visando produzir uma solução pacífica de conflitos de interesses que estão em jogo no âmbito das decisões da gestão pública (RUA, 2009, p. 16). De modo sucinto, pode-se definir política como a busca de resolução dos conflitos através da construção de consensos, evitando-se a coerção ou uso da força pelo Estado, ao administrar os grandes conflitos de interesses que naturalmente existem em uma sociedade.

Já o termo *policy* ou *policies* (políticas públicas), por sua vez, se refere à formulação de propostas, tomadas de decisão e sua implementação por organizações públicas, e condensam temas que afetam uma coletividade, mobilizando interesses e conflitos (RUA, 2009, p. 17). Dessa forma, pode-se dizer que *policy* se relaciona com *politic*, na medida em que as políticas públicas são formuladas a partir do uso de procedimentos da política, para conciliar interesses de atores envolvidos no processo de tomada de decisão.

Assim, as políticas públicas resultam de um processo com várias fases como formação da agenda governamental, formação de alternativas e tomada de decisão, implementação, avaliação, envolvendo vários atores sociais, grupos de interesse (stakeholders), políticos e burocratas¹⁷.

Sob a perspectiva das fases de elaboração de políticas públicas, a participação dos jovens pesquisada nessa RSL situa-se nas primeiras fases do processo de formulação das políticas (públicas) pelo Estado, pois a ação política dos

¹⁷ Ham e Hill (1993) afirmam que para compreender a natureza do Estado moderno e seu papel no processo de elaboração de políticas é conveniente voltar a atenção para o seu aparato ou a burocracia estatal. Os autores expõem as diferentes correntes de pensamento acerca da burocracia, a saber: os pluralistas, que veem a burocracia como agências de interesses próprios, como de interesses de indivíduos ou grupos externos; os elitistas, com forte inspiração weberiana, defendem que as burocracias são uma fonte de poder importante ao lado de outras organizações de grande porte; os corporativistas, sustentam que as burocracias desempenham um papel dominante no processo de elaboração de políticas nas sociedades capitalistas e, por fim, os marxistas, que veem na burocracia um instrumento pelo qual as classes dominantes mantem o seu poder.

mesmos visa influenciar os *policies makers* na formação de agendas e na fase de formulação (policy formulation).

Sobre essa fase da elaboração das políticas, Capella (2007) discute dois modelos teóricos que auxiliam na compreensão do processo de formulação, destacando-se pela capacidade de explicar como as agendas governamentais são formuladas e alteradas, são eles: O modelo de Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Model*) desenvolvido por John Kingdon (2003), e o Modelo de Equilíbrio Pontuado¹⁸ (*Punctuated Equilibrium Model*), de Frank Baumgartner e Brian Jones (1993).

De acordo com Capella (2007) no trabalho *Agendas, Alternatives and Public Policies*, Kingdon (2003) procura responder o porque de alguns problemas se tornam importantes para um governo, transformando-se em políticas públicas. Kingdon concebe a política pública como um conjunto formado por quatro processos, a saber: i) o estabelecimento de uma agenda de políticas públicas, ii) a análise das alternativas para a formulação das políticas públicas, com base nas quais as escolhas são realizadas; iii) a escolha dominante entre o conjunto de alternativas disponíveis e, finalmente, iv) a implementação da decisão.

Para compreendermos a dinâmica do modelo dos três fluxos, vejamos o que diz Capella (2007):

Kingdon (2003) caracteriza o governo federal norte-americano como uma “anarquia organizada”, na qual três fluxos decisórios (streams) seguem seu curso de forma relativamente independente, permeando toda a organização. Em momentos críticos esses fluxos convergem, e é precisamente nessas ocasiões que são produzidas as mudanças na agenda. Assim, para o modelo de Kingdon, a mudança da agenda é o resultado da convergência entre três fluxos: problemas (*problems*), soluções ou alternativas (*policies*) e a política (*politics*) (CAPELLA, 2007, p. 89).

Um aspecto importante das ideias de Kingdon é que diferencia *questões* de problemas, sendo questões as situações sociais percebidas, mas que não despertam uma ação. Em contrapartida, problemas despertam a atenção dos formuladores exigindo que os mesmos façam algo a respeito, daí a importância da

¹⁸ Com este modelo, os autores procuram criar um mecanismo que permitisse a análise tanto de períodos de estabilidade como aqueles em que ocorreram mudanças rápidas no processo de formulação das políticas públicas. Procura explicar uma observação simples: Os processos políticos são muitas vezes guiados por uma lógica de estabilidade e incrementalismo, mas às vezes produzem também mudanças em grande escala (CAPELLA, 2007, p. 111).

percepção dos *policies makers* para a definição das agendas dos governos. Dado o grande volume de decisões e a incapacidade de lidar com todas as questões ao mesmo tempo, a atenção dos formuladores de políticas depende da forma como eles as percebem e as interpretam e, mais importante, da forma como elas são definidas como problemas (CAPELLA, 2007, p. 89). A partir dessa perspectiva teórica, podemos compreender a importância da percepção dos formuladores das políticas públicas que tenham como público alvo os jovens, no contexto apresentado pelo *corpus* dessa pesquisa (Argentina e Chile).

De acordo com essa RSL as perspectivas trazidas pelos artigos sobre as definições apresentadas pelas políticas públicas em relação aos jovens vêm mostrando que os formuladores têm tido dificuldade em perceber o jovem como atores sociais bastante diversos ou heterogêneos, e visões pessimistas que colocam-os como problemas a serem resolvidos, definindo os jovens por meio de critérios homogeneizadores, como a partir da faixa etária, por exemplo. Acerca disso, Cardenas e Hein (2009), por exemplo, identificam que no contexto Chileno falta uma Lei que defina o que é a categoria social jovem, e o que prevalece nas definições que aparecem nas políticas públicas é a idade, assim como no INJUV - Instituto nacional da juventude, considerando-se jovem no Chile as pessoas entre 15 e 29 anos.

Por sua vez, a Organização das Nações Unidas determina que jovens são as pessoas entre 15 e 24 anos, mas deixa em aberto para cada país estabeleça os critérios de limite de idade do jovem de acordo suas normas, interesses e necessidades (CARDENAS e HEIN, 2009). Conforme esses autores, há uma série de críticas realizadas por estudiosos sobre o fato de classificar juventudes pelo critério de idade, uma vez que é insuficiente, já que no contexto da modernidade, a condição juvenil tem se tornado cada vez mais complexa.

Como podemos perceber, nesses pressupostos, há uma dificuldade de o Estado criar políticas que levem em consideração o caráter diverso dos jovens, considerando gênero, raça, condição social, cultural e econômica. Ao invés disso, há uma tendência de colocá-los como objeto das políticas públicas como um problema social que precisa ser resolvido, uniformizando esse coletivo social através de dados biológicos e estatísticos, muitas vezes deslocados da realidade social. A seguir,

abordaremos, de modo mais detalhado, essas questões nos países em análise, trazidas pelos estudos que compõem essa RSL.

4.2 Concepção de Jovens nas políticas públicas: achados dessa RSL

Durante a pesquisa, percebemos que esse tema vem chamando a atenção maior dos estudiosos que pesquisam esse tema no contexto chileno, conforme veremos mais adiante. No entanto, no contexto argentino, encontramos artigos que abordam tal relação nos diversos contextos históricos, embora em menor quantidade. É o caso de Balardini (2000) em seu texto “Políticas de juventude: Conceitos e a experiência Argentina”, foca seu olhar para o modo como os jovens eram vistos pelos Estado e que políticas eram implementadas a partir dessa perspectiva. Este autor define política de juventude como *toda ação que se oriente tanto ao sucesso e realização de valores e objetivos sociais referidos ao período vital juvenil, como também, aquelas ações orientadas a influir nos processos de socialização* (BALARDINI, 2000, p 2). Assim, as políticas de juventude podem ser reparatórias ou compensatórias como de promoção e orientadas ao desenvolvimento da cidadania.

Tendo por base as reflexões de Marin (1988), Balardini (2000) menciona três tipologias de políticas de juventude, são elas: 1) políticas PARA a juventude, que para o autor apresenta como características essenciais o paternalismo, situando os jovens em lugares periféricos do corpo social ativo, protecionismo – os jovens são vistos como vulneráveis e sem experiência – e um forte controle social. As ações implementadas ocorrem a partir da perspectiva adultocêntrica, tendo como instituições privilegiadas a família e a escola, que buscam formar um cidadão idealizado pelos adultos, que estimulam nos jovens as condutas passivas e conformistas; 2) Políticas POR juventude – significa o mesmo quer políticas “por meio” dos jovens – apresentam como características principais: incentivo a mobilização, narrativa heroica, dinamização do potencial juvenil instrumentando seu idealismo em favor do sistema. Esse tipo de política busca recrutar os jovens como ferramentas indispensáveis nas mobilizações de massas. Em razão disso, o autor afirma que esse tipo de política é típico de regimes totalitários e autoritários, para os

quais a mobilização da juventude é indispensável para sua continuidade e pela qual incorporam a glorificação da juventude como um de seus mitos essenciais. E, por fim, 3) as políticas COM a juventude – é o tipo mais moderno e inovador. Tem como base a solidariedade e como essência a participação, não apenas no aspecto executivo, mas nos processos em que os formuladores fazem as análises de alternativas e as tomadas de decisão. A ideia que perpassa esse tipo de política é a de que a política deve ser construída de modo interativo na dialética juventude-sociedade, não sendo realizada de cima para baixo, mas criativa, aberta e sujeita ao debate crítico, respeitoso e não excludente.

Balardini (2000) acrescenta a esta tipologia de políticas de juventude, uma quarta, que são as políticas DESDE a juventude, que são aquelas atividades e iniciativas imaginadas, desenhadas e realizadas pelos mesmos jovens em condições que lhe possibilitam a autogestão e ainda, através do subsídio do Estado a grupos de gestão e trabalhos juvenis.

O autor inicia seu trabalho a partir do contexto da implantação do regime militar na Argentina, com o golpe de Estado de 24 de março de 1976 autoproclamado de “Processo de Reorganização Nacional”, significou a censura de todo e qualquer espaço democrático e o início de uma política sistemática de repressão do Estado a todos que sugerissem a possibilidade de mobilização social, de modo especial voltada para os jovens que eram vistos pelo Estado como ameaçadores da ordem, a exemplo do que aconteceu no episódio “la noche de los lápices”, como vimos anteriormente.

Segundo Balardini (2000) o saldo da política de repressão do Estado sob a égide dos militares é bastante conhecido em toda América Latina: milhares de desaparecidos, cuja maior parte era de jovens¹⁹, que sucumbiram a uma política que tinha como objetivo a profunda desarticulação de organizações sociais, sindicais e políticas, além de um forte investimento em propaganda buscando o apoio da sociedade para tais políticas repressivas, conforme explica Balardini (2000):

¹⁹ De acordo com os números publicados em 1984 pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, na Argentina, 70% das pessoas “desaparecidas” tinham entre 16 e 30 anos no momento que foram sequestrados, e 250 deles eram estudantes secundaristas – incluindo os dez rapazes que desapareceram na La Plata, durante o episódio conhecido por “Noche de los Lápices”, em 16 de setembro de 1976. (MANZANO, 2011, p. 9). Não significa dizer que as pessoas desapareciam por serem jovens, uma vez que um número elevado de adultos também foram sequestrados e desapareceram. Mas significa, sem dúvidas, que os jovens eram o grupo social que sofriam maior impacto das ações de repressão do governo militar.

En este contexto, a las políticas represivas y de control social tradicionales, se agregó la propaganda televisiva, como aquella que interpelaba a los padres «¿sabe usted adónde está su hijo ahora?». Es el momento de recordar aquello que definiéramos como políticas *por la juventud* para identificar a las acciones de tinte manipulatorio (BALARDINI, 2000, p. 12).

Como podemos perceber nas palavras do autor, as políticas repressivas do governo militar foram aliadas a propaganda televisiva para manipular os pais a manter seus filhos controlados, em suas casas e convencê-los de que era necessário restabelecer ou manter a ordem. Isso reforça a ideia de que nesse momento histórico, no contexto argentino, os jovens eram vistos como sujeitos perigosos, baderneiros, uma ameaça a ordem social. Ou então, seu oposto, aqueles filhos de boa família, que seguiam a ordem estabelecida, eram chamados de “filhos da pátria” pelos militares.

Nesse sentido, as políticas voltadas para os jovens da época buscavam inibir ou tornar desinteressante para os mesmos toda alternativa mobilizadora e questionadora, por meio das políticas de controle e intensiva propaganda nos meios de comunicação de massa, buscando apoio da sociedade para o regime. As políticas públicas voltadas para os jovens dessa época objetivavam manter os mesmos ocupados ou distraídos, daí a importância que se dava a promoção das práticas desportivas juvenis, campeonatos intercolegiais, e olimpíadas universitárias. Nesse sentido, Nuñez (2008) diz o seguinte sobre o regime implantado em 1976:

Ese año finalmente la ideología del golpismo fue todavía más revolucionaria respecto del golpe del 66: intentó instaurar un disciplinamiento social y esbozar un cambio en la estructura económico-social del país. Confluyen en él la Doctrina de Seguridad Nacional y el proceso de desindustrialización y apertura económica. El Estado, desde su autodefinición de guardián de la nación, interpeló el rol de las familias ante la “enfermedad” subversiva que corroía la sociedad, reconfigurando lo público y lo privado. Ese lugar de amor “natural”, unidad mínima de una nación pensada como gran familia, debía ser la encargada de preservar a la juventud, enderezarla, cuidar a los verdaderos hijos e hijas impidiendo que se transformasen en subversivos (NÚÑEZ, 2008. P. 158).

Conforme as palavras do autor, o governo militar utilizava-se da propaganda para convencer a todos os cidadãos de que os “bons jovens” filhos da nação argentina precisavam se comportar para o bem da pátria, promovendo harmonia. A concepção de nação como família dava lugar a redefinição das relações políticas entre o Estado e os cidadãos, de modo que os direitos e deveres de cidadania eram

retificados pela obediência filial (FILC, 1997, apud NUÑEZ, 2008). Do lado oposto, estariam aqueles que resistiam ao regime implantado, através de várias formas de resistência política, tornadas ilegais e demonizadas pelo regime militar e que deviam ser eliminadas em nome do bem nacional.

Com o retorno da vida democrática, a partir de 1984, iniciou uma nova fase da relação Estado-juventude no contexto argentino. Em 1987 é criada a subsecretaria da juventude, vinculada a secretaria de Desenvolvimento Humano e Família do Ministério da Saúde e Ação Social. O objetivo desse marco legal foi de assistir o secretário de desenvolvimento humano e família na elaboração, execução e controle das políticas de desenvolvimento humano e referidas à promoção da juventude a fim de realizar sua plena participação na sociedade. Como contribuição interessante, Balardini (2000) constata que os marcos legais sobre juventude são Decretos, o que mostra que os organismos criados com objetivo de auxiliar na elaboração das políticas de juventudes não tem força que teria, caso fossem instituídos por Lei, com amplo debate no parlamento, isso em pleno contexto de décadas de democracia. Nesse sentido, é perceptível que o Estado não tem conseguido de modo sistemático, incluir os jovens nas decisões políticas que tratam desse coletivo social, embora tenham havido avanços, mas insuficientes para quitar a dívida histórica que o Estado tem em relação aos jovens.

4.3 - Imaginário sobre jovens nos discursos institucionais e nas políticas públicas

Como temos visto ao longo desse estudo, abundam imagens sobre os jovens nos estudos, bem como nos discursos oficiais e da mídia ao longo da história do Chile. Por exemplo, no trabalho de Neira (2015) temos uma análise de três modos de representação ideológica construídos em discursos especializados sobre juventude entre 1970 e 1990. Para realizar esse trabalho, a autora se baseia nos discursos presentes em duas obras, a saber: *Viaje por la juventude* (Abarca y Forch, 1972) e *Juventud chilena: Razones y subversivos* (Agurto, Canales y de la maza, 1985). A pesquisa se formula a partir de ideias preliminares que supõem que a linguagem e as práticas discursivas em que esta se atualiza, constroem a

experiência social a partir de determinadas escolhas que os escritores fazem em virtude de propósitos e fins específicos. Assim, os discursos se produzem como práticas sociais que adquirem valor na esfera pública, conforme os seguintes teóricos: Dijk (2009); Ricouer (2010); Foucault (1992); dentre outros.

Por fim, Neira (2015) afirma que os discursos presentes nos trabalhos analisados mostram os jovens a partir de três modos de representação: ocultamento, omissão da participação juvenil nos processos históricos gerais; marginalização: situa o jovem em posição secundária nos processos políticos; e negação; opõe os jovens em dois grupos, os comprometidos e os descomprometidos.

No texto *Perspectivas de juventude no imaginário da política pública*, os autores Kerstin Hein e Ana Cárdenas (2009) abordam as perspectivas adotadas pelos *policies makers* (*formuladores de políticas*), sobre os jovens e os reflexos disso nas políticas públicas, objetivando criar um marco conceitual para contribuir com a análise de políticas locais de inclusão social da juventude em Santiago do Chile. Os autores apresentam várias perspectivas conceituais sobre os jovens, semelhantes ao que já mencionamos em seções anteriores, por exemplo: os jovens como futuro da nação ou como marginais, no caso os marginais estariam relacionados com as classes sociais mais pobres (SANDOVAL, 2002); os jovens do futuro são aqueles que estudam e tem acesso ao sistema de consumo (IGLESIAS, 2005; GOICOVIC, 2000);

As definições sobre os jovens, a partir da política pública, segundo os autores, tem como principal critério a idade (INJUV); sendo esse o traço mais comum para definir esse grupo social no âmbito da política pública (BENGART e BENDIT, 2006, apud HEIN e CARDENAS, 2009). Outra concepção é a de que o jovem é um sujeito de direitos (FLACSO; INJUV); conforme os autores, os jovens têm sido sempre objeto das políticas, e não sujeitos participantes de seus processos, concebendo-os a partir de uma visão homogênea (IGLESIAS, 2005);

Os autores concluem seu trabalho apontando que as políticas públicas no Chile parecem estar cada vez mais distantes do que querem sua população-alvo: os jovens. Os conceitos adotados pelas políticas são adultocêntricos, em que o jovem é tido como grupo social problemático, daí o grande número de políticas educacionais

que o Estado elabora para os jovens, com o objetivo de controlá-los, e formá-los à imagem e semelhança de tipo ideal de jovem que é concebido pela perspectiva adultocêntrica.

Assim, essa perspectiva põe o jovem como receptor das políticas, pois os mesmos não teriam condições de assumir responsabilidades, enquanto sujeitos nos processos de elaboração dessas políticas. Sendo assim, são políticas formuladas PARA os jovens, e não políticas COM as juventudes, conforme vimos nas reflexões de BALARDINI (2000) na seção anterior.

Hein e Cárdenas (2009) afirmam que os jovens precisam além de políticas educacionais, de outras voltadas para a inserção no mercado de trabalho para que possam ter autonomia material, uma reivindicação forte nesse grupo social. Isso porque, atualmente, as sociedades exigem níveis cada vez mais elevados de qualificação de sua população exigindo dos jovens uma permanência cada vez maior no sistema educacional e uma postergação cada vez maior de ingresso no mercado do trabalho (HEIN e CARDENAS, 2009, p. 100). A associação entre ser jovem e ser estudante é tão forte, que quando se fala de jovens fora do sistema educacional, já se costuma enxergá-los como um problema social, pois estão fora do arquétipo ideal concebido socialmente.

Os autores alertam para o fato de que a associação do conceito de juventude com o conceito de educação tem como consequência não apenas um conceito de juventude relativamente restrito, mas impacta também no desenho e na implementação de políticas de juventude. Tais políticas, então, estariam dirigidas para resguardar a condição de estudante dos jovens e menos interessadas a apoiar o emprego juvenil, sendo essa a impressão que tem passado os programas dirigidos ao setor juvenil durante os últimos anos (HEIN e CARDENAS, 2009, p. 101).

Por fim, Hein e Cárdenas (2009) destacam que é necessário que o Estado modifique os enfoques sobre juventudes e deixe de pensá-los em termos de *moratória social*, mas agir de modo que promova o desenvolvimento da autonomia e capacidade autorreflexiva, através de políticas públicas. Isso significa não infantilizar os jovens, reduzindo-os exclusivamente a educação e ao tempo livre. Também significa deixar de lado a perspectiva adultocêntrica de que somente o mundo adulto é valioso, não levando a sério os jovens e suas necessidades particulares. Nesse

sentido, se torna cada vez mais relevante pensar os jovens como a categoria social complexa, outorgando-lhe uma relevância maior à inclusão laboral juvenil e sua compatibilização com os desafios que impõe a educação ao longo da vida, buscando com isso assegurar não apenas a participação simbólica, mas, também, material das novas gerações (HEIN e CARDENAS, 2009, p. 104).

Outra importante contribuição sobre as perspectivas de ser jovem pelas políticas públicas é o trabalho de Martín Hopenhayn (2004), intitulado: *Participação juvenil e política pública: construindo um modelo*. Este autor enfatiza que a modernidade e pós-modernidade coloca os jovens em lugar de contradições e tensões, como por exemplo: Mais educação versus menos acesso a emprego; mais informações e menos acesso às instancias de poder; maior autonomia moral e menores opções de autonomia efetiva; maior distância entre consumo simbólico e material; tudo isso determina a interlocução entre os jovens e as figuras de autoridade pelo qual deve ser considerada em políticas públicas que tenham a juventude como destinatária específica (HOPENHAYN, 2004). Ainda o autor aponta a tensão entre autodeterminação e protagonismo de um lado e precaridade e desmobilização de outro, sendo que o lado positivo de protagonismo e autodeterminação juvenil faz com que se relativizem as forças de autoridade exógenas a este grupo social, sobretudo de parentes e políticos, fazendo com que projetem com maior autonomia suas expectativas e trajetórias de vida. Por sua vez, o mercado põe maior atenção nos jovens, por estes constituírem um segmento específico de consumo. Do lado negativo, os jovens não constituem um sujeito específico de direitos, estão estigmatizados como potencial perigo a ordem social e ostentam uma baixa participação eleitoral e desmotivados para participar politicamente, por meio do sistema formal. Além disso, a sua autonomia econômica se posterga à medida que o mercado de trabalho demanda maiores anos de formação.

Assim como Hein e Cárdenas (2009), Hopenhayn (2004) identifica que os jovens sentem muita dificuldade de se colocarem no mercado de trabalho, e por isso, se tornam cada vez mais dependentes dos adultos que convivem, para se integrarem ao mundo do consumo. Para o autor, a participação dos jovens atualmente ocorre por meios não convencionais, para os quais o gestor público precisa prestar mais atenção, para, assim, captar as necessidades e imprimir nas

políticas públicas, os traços que constituem as necessidades desses atores sociais. Por exemplo, tem sido recorrente nos estudos a identificação dos jovens com as mobilizações comunitárias ou de bairro, assim, deve-se criar políticas públicas que objetivam apoiar esses grupos de mobilização, como também, promover o voluntariado juvenil como eixo central dessas políticas. Para Hopenhayn (2004) o maior desafio para os gestores públicos, no Chile, bem como nos demais países latino-americanos, é articular o voluntariado juvenil com as principais políticas públicas, requerendo estratégias de comunicação que sintonizem os jovens a ação pública.

Outra tensão importante apontada por Hopenhayn (2004) é que a juventude ocupa um lugar ambíguo entre receptores de políticas e protagonistas da mudança. De um lado, são vistos como receptores passivos de políticas públicas, sobretudo políticas educacionais, mas de outro, são considerados como atores estratégicos nas mudanças para a sociedade de conhecimento e informação, dado seu maior capital educativo e sua maior adaptabilidade no manejo das redes e de consumo midiático. Assim, se a idade os condena a ser receptores de distintas instâncias de formação e de disciplinamento, por outro lado se difunde nos meios e nas escolas o mito de uma juventude protagonista das mudanças e portadora de novos modelos de interação social, havendo uma tensão entre a dependência institucional e o valor da participação autônoma, como vimos em praticamente toda a literatura analisada, especialmente ao tratar da participação política no contexto chileno.

Ainda, os gestores precisam considerar, na elaboração de políticas públicas, a influência dos meios de comunicação, e mudanças culturais, aspirações e maior autonomia dos jovens, pois na medida que se estabelece um diálogo horizontal com os jovens em torno das tensões mencionadas anteriormente, esse coletivo social pode sentir-se mais protagonista e menos infantilizado ou estigmatizado (HOPENHAYN, 2004, p. 22). Também, para este autor, é importante potencializar os espaços que os jovens utilizam para participar, devendo, para isso, avançar no compromisso de autoridades municipais, em coordenação com o terceiro setor (ONGs, grupos voluntários), dado que em nível local os vínculos são mais imediatos, permitindo que os jovens se sintam interlocutores frente às autoridades. Como bem diz Hopenhayn (2004), não se deve temer a mobilização juvenil, mas manter um diálogo com os jovens que se envolvem nos movimentos sociais diversos, que

defendem distintas causas. Por sua vez, a juventude deve perceber a vontade do Estado e do sistema político, de reconhecer-lhes enquanto cidadãos plenos, valorizando suas formas de participar dos assuntos de interesse coletivo.

Como podemos constatar nessa seção, os jovens são interpretados de formas diversas pelos discursos ditos especializados, bem como pelas políticas públicas, consideradas reflexos dessas interpretações acerca desses atores sociais; ora têm-se os jovens como promissores, sendo esta visão relacionada àqueles integrados ao sistema capitalista e que frequentam as escolas; ora têm-se os jovens como problema social, relacionada aos jovens das classes historicamente subalternizadas, que estão às margens do sistema.

As políticas públicas têm refletido essa visão negativa dos jovens, como um problema que precisa ser controlado (VÁSQUEZ, 2000), daí existirem várias políticas educacionais. Aos gestores públicos se impõe o desafio de captar a essência desse novo momento para os jovens, que preferem exercer suas aspirações políticas por meios diversos, como aqueles não convencionais, por mecanismos que estão disponíveis no seu dia a dia, como os meios tecnológicos acessíveis, a exemplo de blogs, redes sociais como o Facebook, Twitter, ou por meio de correio eletrônico, dentre outros, como vimos em seções anteriores.

Sobre isso resta-nos mencionar também o estudo de Donoso (2000), intitulado *Do controle social a política social: A conflitiva relação entre jovens populares e o estado na história do Chile*. Para este autor, historicamente esses jovens (pobres) têm sido um grupo social discriminado ou excluído pelo Estado, de modo que os setores sociais dessa categoria têm se construído ao longo do tempo, às margens do sistema. De modo geral, suas relações com o Estado se encontram permanentemente em conflito. Para Donoso (2000), o cenário ainda não é favorável para a participação juvenil nas políticas formuladas pelo Estado, isso porque a defesa da sua autonomia e de aspectos essenciais de sua identidade social, têm sido desrespeitados permanentemente pelas iniciativas e mecanismos disciplinadores e homogeneizadores operadas pelas classes dominantes e pelo próprio Estado, através das políticas públicas implementadas.

Ainda se tratando da perspectiva das políticas públicas sobre os jovens, Vásquez (2000), apresenta um estudo contundente sobre isso, direcionando o foco

para a década de 1990, baseando-se na experiência concreta de desenho, direção e análises de assessorias nacionais sobre as ditas “políticas de juventude”, no contexto chileno. Nesse sentido propõe sua reflexão sobre as ações da gestão pública voltadas para a juventude dos anos de 1990 a 1997, mostrando algumas políticas públicas e as perspectivas teóricas relacionadas com essas políticas. Segundo este autor, a situação econômica e política existente durante o regime militar originou uma forte exclusão social, especialmente nos setores populares urbanos, gerando uma dívida social com os jovens por parte do Estado. Esse grupo social, naquele contexto, era concebido como um problema social que precisava ser enfrentado pela gestão pública, uma vez que sua exclusão estaria provocando práticas “juvenis de violência política” e desordem social (VÁSQUEZ, 2000).

As iniciativas para lidar com tal situação se deram em três níveis: *programático, institucional e normativo*. O nível programático esteve dirigido a integração social dos jovens excluídos através de sua inserção laboral, para o qual buscou-se realizar programas de formação para o mercado de trabalho, objetivando aumentar a possibilidade de integração por esse mercado. Isso foi feito por meio do programa Chile Jovem, que também incluía programas recreativos e socioculturais, buscando corresponder as necessidades de recreação e participação juvenil, por meio de iniciativas como os Centros de desenvolvimento juvenil, os Fundos de iniciativas juvenis, os Programas locais de desenvolvimento juvenil e outros. Além disso, houve nessa linha programática, de menor impacto, programas de prevenção do consumo de drogas e educação sexual (VÁSQUEZ, 2000).

No nível *institucional* o legislativo aprovou a criação do Instituto Nacional da Juventude, que tem entre outras funções, assessorar o executivo e coordenar os esforços do aparato estatal em matéria de juventude. Segundo o desenho institucional que se desprende do Projeto de Lei que lhe criou, o INJ, atual INJUV, deve cumprir um papel essencialmente técnico, de alto nível na assessoria ao executivo. Já no nível *normativo*, se discutiram e promoveram várias iniciativas legais, como por exemplo o Projeto de Lei de associativismo juvenil, que buscava facultar e formalizar as organizações juvenis de diversos tipos para participar formalmente do jogo social (VÁSQUEZ, 2000).

Ainda segundo Vásquez (2000), a partir de 1997 começou a mudar a forma de fazer gestão pública para os jovens, no Chile. Algumas medias comprovam isso, como por exemplo: O INJUV se reorganizou, passando de mero assessor técnico do executivo para influenciar na orientação do conjunto de políticas voltadas para os jovens, tanto a nível setorial como multissetorial, inclusive em decisões financeiras, comunicação governamental e trabalho dos legisladores, aumentando, assim, seu rol de atuação.

A contribuição de Vásquez (2000) para a compreensão da perspectiva sobre juventude nas políticas públicas nos ensina que não é interessante basear-se durante a formulação das políticas públicas em informações como dados estatísticos agregados apenas, que ignoram os sujeitos em seu contexto real. Assim, não há jovens que se definem ou se relacionam apenas pelo fato de ser jovem: todos estão em uma rede de relacionamentos complexos, que definem sua identidade, sua posição e sua situação.

4.4 – Ainda sobre Representações e formações discursivas...

Mariana Chaves (2005) nos brinda com uma relevante pesquisa sobre as representações e formações discursivas acerca dos jovens na Argentina contemporânea. Através da análise dos discursos produzidos no contexto adultocêntrico, pelos seguintes atores sociais: pais (entrevistados); Professores, diretores, donos de escolas e membros da equipe de orientação escolar (entrevistas e encontros de capacitação); indústrias da comunicação: meios gráficos (diário *Clarín*, nacional e *El día*, local), programas de rádio, televisão e publicidades; políticas públicas ou sociais (análise de documentos ou fontes secundárias) e jovens (entrevistas), a autora mostra que os jovens são representados e/ou percebidos da seguinte maneira: jovens como seres inseguros de si mesmos; jovem como ser em transição; jovem como ser não produtivo; jovem como ser incompleto; jovens como seres desinteressados ou sem desejos; jovem como ser desviado; jovem como ser perigoso (sobretudo das classes populares); jovem como ser vitimizado; jovem como ser rebelde e/ou revolucionário; jovem como ser do futuro.

A autora identifica, ainda, diversas formações discursivas que fundamentam essas representações, como: i) *O discurso naturalista*, no qual o jovem ou a juventude é definida como uma etapa natural, centrada no biológico, na natureza e por isso universal. ii) *discurso psicologista* visão da juventude como um momento de confusão, uma etapa da vida que todos passamos. iii) *Discurso da patologia social*: apresenta os jovens como parcela da sociedade que está doente ou tem maior probabilidade de adoecer. Os discursos médicos e suas intervenções apresentam-se como o seguinte: “*Vamos tratar sobre juventude, vamos então falar de alcoolismo, SIDA, tabagismo, gravidez na adolescência e etc*” (CHAVES, 2005, p.17); Outras formações discursivas como iv) *discurso do pânico moral*, reproduzido sistematicamente na mídia, e que busca implantar nas pessoas o medo sobre os jovens, concebendo-o como desviado ou perigoso.

Ainda o v) *discurso culturalista*, que concebe a juventude como uma cultura à parte, expresso na ideia de “tribo juvenil”; e, por fim, vi) *discurso sociologista* que representa o jovem como vítima, produto de uma sociedade e suas transformações. De acordo com Chaves (2005), esses discursos mostram os jovens como atores sociais desprovidos de capacidades próprias, catalizadores de mudanças sociais, numa concepção da *juventude negada e negativizada* (negada pelo modelo jurídico e negativizada pelo modelo repressivo). Ainda, tais discursos são usados estrategicamente pelos grupos de interesse, que os criam a partir dos seus objetivos ideológicos para manutenção de determinada ordem social.

Outra contribuição acerca desse tema nos apresenta Valéria Chorny (2016) em recente pesquisa sobre os discursos dos funcionários acerca dos jovens e das políticas públicas de modo específico sobre as representações encontradas entre a cidade de Buenos Aires e a Província de Santa Fé. A autora volta sua atenção para as representações sobre juventudes que os altos funcionários das áreas do Estado que são responsáveis pelo desenho e implementação das políticas públicas apresentam.

Para Chorny (2016) parte-se de uma concepção de Estado ampla e múltipla, formada por distintos interesses e, fundamentalmente, composto por agentes estatais, também formados por suas próprias histórias, valores e ideologias, tornando-se importante contrastar os discursos que operam em uma mesma

temporalidade, para da conta de como dentro do Estado e através de seus funcionários existem e convivem representações diversas, refletindo-se sobre as decisões de políticas públicas que constroem sujeitos a partir de suas ações e produzem efeitos sobre a vida de sua população alvo, nesse caso dos jovens.

Nesse estudo, a autora utilizou a técnica de “análise crítica do discurso” como ferramenta central para analisar as políticas públicas e interpretar as marcas das relações de poder que constituem os discursos.

Como resultado da sua pesquisa, Chorny (2016) constata que as perspectivas do Estado (a partir dos funcionários) se baseiam na situação social dos jovens de pobreza e lhes convertem em objetos problemáticos e/ou perigosos, com o enfoque dos *Ni-Ni* (*nem-nem* - nem estudam nem trabalham), ou a concepção de um horizonte meritocrático como a solução de suas necessidades, acendendo o alerta sobre a necessidade de pensar em políticas públicas integrais e que abordem os jovens como sujeitos de direitos. Assim, a autora chama atenção também para o fato de que as políticas de juventudes são moldadas pelos atores que as implementam, contribuindo para construir o sujeito jovem a partir de determinados paradigmas que não são estáticos, mas vão se modificando conforme as transformações sociais e os debates no mundo acadêmico, organismos especializados, que vão influenciando nessa agenda.

4.5 - A relação Juventudes e Estado: um diálogo de mudos

Como temos visto ao longo dessa pesquisa, a relação dos jovens com o Estado tem ocorrido de variadas formas, de acordo com os momentos históricos, destacando-se nessa relação a dificuldade de entendimento de uma parte por outra. Com relação à formulação de políticas públicas, vimos que tanto no Chile quanto na Argentina prevalece a dificuldade de compreensão dos jovens enquanto categoria social complexa e heterogênea, uma vez que as políticas públicas direcionadas para estes, tendem a uniformizá-los em um agregado estatístico. Igualmente tem acontecido no que diz respeito a participação juvenil no sistema democrático: No Chile vimos que quase todos os estudiosos (ACEITUNO, ASÚN, & RUIZ, 2009;

FUENTES, 2006; BAEZA-CORREIA, 2012; PIZARRO, 2000; TORO, 2007; dentre outros) trazem a falta de interesse dos jovens para participar através dos mecanismos formais da democracia (eleições, partidos políticos, etc) como um sinal de mudança de configuração da participação, e não como um simples desinteresse dos jovens pela política e pelo político, expresso na conhecida frase “*no stoy nen ahi*”. Na realidade chilena, há um desentendimento por parte dos políticos tradicionais que afirmam que há algo errado com os jovens, pois não querem participar das eleições, e por outro lado, os jovens afirmam que há algo errado com os políticos e as instituições, negando-se a votar (FERNANDEZ, 2000).

Assim, o que vem ocorrendo no Chile, na virada do milênio, é uma transformação nos meios de participação, provocada pelas mudanças sociais e econômicas operacionalizadas pelo sistema neoliberal. Isso é demonstrado pelos pesquisadores (SHUSTER, 2008; CABALIN, 2014; VALDERRAMA, 2013; dentre outros), que vêem grande potencial do uso das tecnologias de informação que pode potencializar, organizar e empoderar os movimentos organizados pelos jovens, que consomem e têm domínio dessas ferramentas. Portanto, tem havido mudanças nos repertórios e configurações da participação política dos jovens, e, nesse contexto, os gestores públicos precisam se esforçar para compreender e buscar maneiras de atrair os jovens para a política convencional, que, deve ser redesenhada para se adequar as novas realidades, tanto do ponto de vista do desenho institucional, como também, os agentes políticos, que exercem os mandatos, precisam passar por uma transformação ética, visando resgatar a credibilidade de todos os cidadãos, não apenas dos jovens. É preciso atentar para o futuro da democracia e os novos tipos de cultura política que estão sendo construídos, e para suas possibilidades de desenvolvimento, incluindo as novas formas de participação dos jovens (GOHN, 2018, p. 130).

Já no contexto argentino, vimos que tem sido preocupação dos estudiosos, de modo enfático, as políticas educacionais, e os problemas que afetam os jovens no contexto urbano e suas consequências na participação política. O problema das políticas educacionais e o contexto escolar, onde as mesmas são implementadas, refletem uma visão adultocêntrica predominante sobre os jovens, que acham que sabem do que esses jovens precisam, ignorando totalmente as perspectivas expressas pelos mesmos, através de vários meios e de modo especial, expressos

no próprio contexto escolar, que é por natureza um espaço político (CASTRO et al, 2009).

No contexto urbano, tem chamado a atenção dos estudiosos as representações sobre democracia expressos por setores pobres das grandes cidades: Democracia associada a ideia de liberdade e igualdade, embora, paradoxalmente, essas ideias aparecem ligadas às práticas clientelistas nesses bairros pobres; e a democracia associada a participação, mas esta tem sido desincentivada na prática em razão do descrédito generalizado nos políticos.

Assim, tem sido demonstrado nesse estudo que tanto na Argentina, quanto no Chile, tem prevalecido o descrédito dos jovens sobre a política convencional, que não se sentem representados pelos políticos que exercem os mandatos, refletindo-se isso nos modos que esses atores sociais participam politicamente, *por fora* da arquitetura institucional de democracia. Há uma espécie de *diálogos de mudos*, em que os jovens não se sentem ouvidos pelos políticos, que tomam suas decisões no que diz respeito às políticas públicas, ignorando o que de fato esses atores sociais reivindicam, pois tomam como parâmetro para suas decisões, conceitos ultrapassados ou adultocêntricos sobre os jovens, como se soubessem, com certeza, do que eles precisam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos ao longo dessa pesquisa, historicamente nos países estudados (Argentina e Chile), os jovens em determinados períodos históricos protagonizaram ações políticas, visando alcançar as instâncias de poder (do Estado), objetivando influenciar as agendas e, conseqüentemente, as decisões a respeito das formulações das políticas públicas, não apenas direcionadas para si, mas para outros setores ou grupos sociais, como questões de direitos humanos, meio ambiente, e trabalhadores em geral, como vimos de modo especial no contexto chileno, na primeira metade do século XX, quando os jovens se uniram à causa dos trabalhadores.

Vimos, também, que os jovens tiveram papel importante na vida política Argentina desde 1958 quando iniciaram manifestações políticas importantes em prol de uma política educacional de qualidade e gratuita, ficando conhecida essa onda de manifestações como “ginástica rebelde”, que opunha “laicos e libres”. A imprensa da época, bem como os discursos oficiais consideravam tal mobilização como uma herança do período peronista (1946-1955).

Outro momento importante sobre a participação política dos jovens no contexto argentino foi a ascensão de Hector La Cámpora ao poder, em 1973, pois nesse momento histórico os jovens se sentiram ouvidos pelo novo presidente, sendo um sinal claro desse novo momento do ativismo juvenil, a revogação do Decreto De *La Torre*, que impedia qualquer atividade política nas universidades. Outra ação de La Cámpora foi autorizar a criação de organismos de participação estudantil, objetivando forjar jovens participativos e dispostos a correr riscos e a cuidar do próximo. Mas essa abertura começou a regredir em 1974, quando as autoridades passaram a falar em restabelecer a ordem, expressando-se em repressão à atividade política juvenil, o que foi levado ao extremo durante a fase de implantação do regime militar (1976-1983).

No contexto chileno, vimos que os jovens estudantes foram protagonistas na cena política desde a primeira metade do século XX, se colocando do lado dos trabalhadores contra as jornadas de trabalho exaustivas e as condições precárias de trabalho. Assim, as reivindicações iam além das políticas educacionais naquele

contexto. As reformas universitárias, já na segunda metade do século XX foram uma conquista dos movimentos estudantis, que se rebelaram contra um sistema autoritário, e um currículo que não atendia às expectativas dos mesmos.

Ainda, há indícios que apontam para o fato de que os jovens têm mudado a forma de participar politicamente, havendo um descrédito dos mecanismos formais de participação, como partidos políticos, eleições, etc. Isso é um fenômeno que vem crescendo em todos os países, de modo especial no Chile, em que pesquisas demonstram que a participação eleitoral dos jovens naquele país vem caindo gradualmente, a cada pleito. No entanto, não se deve confundir essa descrença nos meios formais do exercício democrático, com apatia dos jovens pelos assuntos políticos, como alguns pesquisadores vêm defendendo. Os jovens se interessam por política e por aquilo que é político, e vêm exercendo sua participação por meios diversos, não formais, como grupos voluntários, grupos de igrejas, mobilizações sociais que começam no mundo virtual e atingem o mundo real, através das redes sociais, blogs e etc. Assim, constatamos que, para compreender as formas de participação juvenil, é preciso associá-las aos contextos sociais, históricos e culturais de cada época que encontram-se tais jovens, pois cada momento histórico dispõe de demandas, como também de repertórios que são apropriados pelos atores políticos para se fazerem ouvir pelo Estado.

Há indícios, também, que o Estado, por sua vez, tem negligenciado as juventudes, através de políticas públicas que não consideram toda sua complexidade, tendendo a concebê-los como um coletivo social homogêneo, a partir de critérios biológicos e estatísticos, o que tem provocado as mais diversas reações políticas dos jovens, que reivindicam maior participação os processos de tomada de decisão e formulação das políticas voltadas para eles, evitando que sejam apenas objeto das políticas, mas também sujeitos nos processos decisórios.

Nesse trabalho, foi possível verificar que vêm ocorrendo mudanças significativas na forma como os jovens vêm participando politicamente, como reflexo do momento histórico, que interfere nas escolhas, demandas e repertórios de mobilização política. A partir disso, a pesquisa contribuiu de modo significativo para a compreensão do fenômeno da *participação* na América Latina, de modo especial sobre a participação política dos jovens, a partir das seguintes categorias temáticas construídas pelo *corpus* nos países estudados: No Chile: Perspectiva histórica sobre

a participação dos jovens/ aspectos geracionais; Reflexões sobre as políticas de juventudes; Repertórios e novas configurações da participação juvenil; Imaginário sobre jovens nos discursos institucionais e nas políticas públicas; Configurações da participação política dos jovens no contexto do consumo de massa: O uso da tecnologia para fins políticos; Reflexões sobre a participação juvenil e impressões dos jovens sobre política. Por sua vez, sobre o contexto argentino, encontramos as seguintes categorias temáticas: Jovens e educação/contexto escolar; Movimentos sociais/estudantil; Jovens no contexto urbano; Representações e formações discursivas; Estudos em perspectiva histórica; Políticas para as juventudes, e outros estudos que trataram de temas como: Participação de jovens cristãos; perfis sociocognitivos; e estudos do tipo estado da arte sobre a participação juvenil.

Portanto, esse trabalho ao mapear os principais temas trazidos pelos pesquisadores sobre participação juvenil nos contextos argentinos e chilenos, poderá nos ajudar a compreender o mesmo fenômeno em outros países do continente, respeitando suas especificidades, mas considerando modelos analíticos e metodológicos que possam ser replicados em diferentes democracias, como a brasileira, sendo esta uma agenda para futuras pesquisas. É nessa direção que aponta Gohn (2018) ao tratar das lutas dos jovens em São Paulo (2015 – 2016), ao afirmar que os movimentos dos estudantes secundaristas chilenos serviram de modelo e inspiração aos secundaristas brasileiros, apesar das diferenças nos processos históricos desses países: Lá, no Chile, as ocupações das escolas foram anteriores à crise política e econômica; no Brasil foi concomitante (GOHN, 2018, p. 128). A autora destaca a importância dos estudos comparativos, tanto no contexto brasileiro, quanto nos países da América Latina, especialmente Chile e Argentina, sobre a luta dos estudantes secundaristas, para a compreensão do fenômeno a nível regional.

Também, nessa pesquisa, foi possível constatar que a descrença que se abate sobre as instituições políticas na América Latina é um fenômeno que ocorre nos dois países em análise, especialmente no Chile, se constituindo como um desafio para os sistemas democráticos. Sendo assim, é preciso que os agentes políticos compreendam os sinais ou mensagens que se expressam a partir da *participação* dos atores sociais, especialmente dos jovens, ou a partir da *ausência* dessa participação, como vem ocorrendo nas eleições no Chile, como uma

transformação mais profunda na forma de viver a política, possível graças a determinadas transformações sociais, econômicas e culturais de nossa época.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEITUNO, Roberto et al. Anomia y alienación en estudiantes secundarios de Santiago de Chile: Resultados iniciales de un estudio comparativo 1989-2007. **Psykhé (Santiago)**, v. 18, n. 2, p. 3-18, 2009.

AGUILERA RUIZ, Oscar. Los estudios sobre juventud en Chile: coordenadas para un estado del arte. **Última década**, v. 17, n. 31, p. 109-127, 2009.

ALVARADO, Sara Victoria et al. Las tramas de la subjetividad política y los desafíos a la formación ciudadana en jóvenes. **Revista argentina de sociología**, v. 6, n. 11, p. 19-43, 2008.

ALVARADO, Sara Victoria; BORELLI, Silvia; VOMMARO, Pablo. **Jóvenes, políticas y culturas: experiencias, acercamientos y diversidades**. CLACSO, 2012.

APARICIO, Pablo Christian. La educación en América Latina: límites y posibilidades de la participación social y laboral de los jóvenes. Más allá de la panacea y el escepticismo. **Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria**, n. 20, 2012.

APARICIO, Pablo Christian. Los jóvenes y los retos de la inclusión educativa y laboral en Argentina, a partir de las transformaciones de los años 90: Causas, dinámicas y consecuencias. **Revista electrónica de investigación educativa**, v. 10, n. 1, p. 1-22, 2008.

ARIAS-CARDONA, Ana María; ALVARADO, Sara Victoria. Jóvenes y política: de la participación formal a la movilización informal. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 13, n. 2, p. 581-594, 2015.

ARIAS-CARDONA, Ana María; ALVARADO, Sara Victoria. Jóvenes y política: de la participación formal a la movilización informal. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 13, n. 2, p. 581-594, 2015.

ARRIAGADA, Arturo; SCHUSTER, Martín. Consumo de medios y participación ciudadana de los jóvenes chilenos. **Cuadernos de información**, n. 22, 2008.

BAEZA-CORREA, Jorge. "Ellos" y "Nosotros": La (des) confianza de los jóvenes en Chile. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 11, n. 1, p. 273-286, 2013.

BALARDINI, Sergio et al. La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo. 2000.

BALARDINI, Sergio. De los jóvenes, la juventud y las políticas de juventud. **Última década**, v. 8, n. 13, p. 11-24, 2000.

BALARDINI, Sergio. Políticas de juventud: conceptos y la experiencia argentina. **Última Década**, n. 10, 1999.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: edições, v. 70, 2016

BATALLÁN, Graciela et al. La participación política de jóvenes adolescentes en el contexto urbano argentino: Puntos para el debate. **Última década**, v. 17, n. 30, p. 41-66, 2009.

BERMÚDEZ, M. Natalia; SAVINO, Lucas D.; ZENKLUSSEN, Lorena A. Representaciones sobre democracia y participación en la juventud de la ciudad de Córdoba. **Cuadernos de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Jujuy**, n. 22, p. 129-150, 2004.

BONVILLANI, A. et al. Del Cordobazo al kirchnerismo. Una lectura crítica acerca de los períodos, temáticas y perspectivas en los estudios sobre juventudes y participación política en la Argentina. **SERIE DE ESTUDIOS LATINOAMERICANOS**, p. 21, 2010.

BONVILLANI, Andrea et al. Del Cordobazo al kirchnerismo. Una lectura crítica acerca de los períodos, temáticas y perspectivas en los estudios sobre juventudes y participación política en la Argentina. **SERIE DE ESTUDIOS LATINOAMERICANOS**, p. 21, 2010.

BONVILLANI, Andrea et al. Juventud y política en la Argentina (1968-2008): Hacia la construcción de un estado del arte. **Revista argentina de sociología**, v. 6, n. 11, p. 44-73, 2008.

BONVILLANI, Andrea. Jóvenes cordobeses: una cartografía de su emocionalidad política. **Nómadas (Col)**, n. 32, 2010.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; DE ALMEIDA CUNHA, Cristiano Castro; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRASLAVSKY, Cecilia. Juventud y sociedad en la Argentina. 1985.

BRUSSINO, Silvina; RABBIA, Hugo H.; SORRIBAS, Patricia. Perfiles sociocognitivos de la participación política de los jóvenes. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 43, n. 2, 2009.

BRUSSINO, Silvina; RABBIA, Hugo; SORRIBAS, Patricia. Uma proposta de categorização da participação política de jovens cordobeses. **Revista Psicologia Política**, v. 8, n. 16, p. 285-304, 2008.

BÚSTOS PIZARRO, Patricio. Jóvenes: reflexiones en torno al tema de la participación y la política. **Última Década**, n. 7, 1997.

CABALIN, Cristian. Estudiantes conectados y movilizados: El uso de Facebook en las protestas estudiantiles en Chile. **Comunicar**, v. 21, n. 43, 2014.

CAPELLA, Ana Claudia N. **Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de Políticas Públicas**. In. Políticas Públicas no Brasil. Gilberto Hochman, Marta Arretche e Eduardo Marques (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

CARRASCO AZZINI, Giovanni. Participación y tendencias políticas en estudiantes universitarios: el caso de la Universidad de Chile. **Última década**, v. 18, n. 32, p. 85-103, 2010.

CHAVES, Mariana. Investigaciones sobre juventudes en Argentina: estado del arte en ciencias sociales. **Con la colaboración de María Graciela Rodríguez y Eleonor Faur. Papeles de trabajo**, n. 5, 2006.

CHAVES, Mariana. Juventud negada y negativizada: representaciones y formaciones discursivas vigentes en la Argentina contemporánea. **Última década**, v. 13, n. 23, p. 09-32, 2005.

CHÁVEZ CERDA, Anny; POBLETE NÚÑEZ, Lorena. Acción colectiva y prácticas políticas juveniles. **Última década**, v. 14, n. 25, p. 143-161, 2006.

CHORNY, Valeria. El discurso de los funcionarios sobre los jóvenes y las políticas públicas. Representaciones encontradas entre la Ciudad de Buenos Aires y la Provincia de Santa Fe. **Argumentos. Revista de crítica social**, n. 18, p. 8, 2016.

CONTRERAS, Gonzalo; NAVIA, Patricio. Diferencias generacionales en la participación electoral en Chile, 1988-2010. **Revista de ciencia política (Santiago)**, v. 33, n. 2, p. 419-441, 2013.

CRUCES, Natalia. Apuntes para una historia del movimiento estudiantil chileno. **Ediciones Las Armas de la Crítica. Santiago de Chile**, 2006.

CRESWELL, John W. *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa*. 3 ed. Porto Alegre. Pese, 2014.

D'ÁVILA FILHO, SZWAKO & ROMÃO. Apresentação Dossiê Representação, Participação e Intermediação. V. 17 n.1. p. 7-14. Jun. 2015.

DAGNINO, E; OLVEIRA, A; PANFICHI, Aldo. Para Otra Lectura de La Disputa por la Construcción Democrática em América Latina. Programa Interinstitucional de Investigación-Acción sobre Democracia, Sociedad Civil y Derechos Humanos. México, 2006.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** Em. Daniel Mato (coord.). Políticas de cidadania y sociedade em tempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.

DELGADO SALAZAR, Ricardo; ARIAS HERRERA, Juan Carlos. La acción colectiva de los jóvenes y la construcción de ciudadanía. **Revista argentina de sociología**, v. 6, n. 11, p. 272-296, 2008.

DÍAZ GÓMEZ, Álvaro. Sara Victoria Alvarado: La producción de conocimientos sobre subjetividad política desde los jóvenes: aportes conceptuales y metodológicos. **Cuadernos del CENDES**, v. 26, n. 70, p. 131-144, 2009.

DREYER, Carmen Luisa Silva; OCAMPO, Javier Romero. ¿Qué es un movimiento social fuerte?: conceptualización de la noción de fortaleza y aplicación al caso del movimiento estudiantil 2002-2011 en Chile. **Última década**, n. 38, p. 91-108, 2013.

FEIXA, Carles. El imperio de los jóvenes. **Le Monde Diplomatique**, v. 14, n. 180, p. 24, 2010.

FERNÁNDEZ, Gabriela. Notas sobre la participación política de los jóvenes chilenos. **La participación política y social de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo**, p. 87-108, 2000.

FUENTES, Claudio. Juventud y participación política en el Chile actual. **Revista Observatorio**, v. 11, p. 51-55, 2006.

GARCÉS MONTOYA, Ángela. De organizaciones a colectivos juveniles: Panorama de la participación política juvenil. **Última década**, v. 18, n. 32, p. 61-83, 2010.

GAYO, Modesto. La teoría del capital cultural y la participación cultural de los jóvenes: el caso chileno como ejemplo. **Última década**, v. 21, n. 38, p. 141-171, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação**. CADERNO CRH, v. 31. N. 82, p. 117-133. Jan/Abril 2018.

GOICOVIC DONOSO, Igor. Del control social a la política social: la conflictiva relación entre los jóvenes populares y el Estado en la historia de Chile. **Última década**, v. 8, n. 12, p. 103-123, 2000.

GONZÁLEZ, Roberto et al. Identidad y actitudes políticas en jóvenes universitarios: el desencanto de los que no se identifican políticamente. **Revista de ciencia política (Santiago)**, v. 25, n. 2, p. 65-90, 2005.

HAM, C.; HILL, M. *The Policy Process in the Modern Capitalist State*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1993.

HEIN, Kerstin; CÁRDENAS, Ana. Perspectivas de juventud en el imaginario de la política pública. **Última década**, v. 17, n. 30, p. 95-120, 2009.

HOPENHAYN, Martín. Participación juvenil y política pública: un modelo para armar. **Brasil: CEPAL**, 2004.

KRAUSKOPF, Dina. Dimensiones críticas en la participación social de las juventudes. **La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo**, p. 119-134, 2000.

KRIGER, Miriam. Politización juvenil en las naciones contemporáneas. El caso argentino. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 12, n. 2, 2014.

LÓPEZ, Juan González. Ciudadanía Juvenil en el Chile Post Dictadura: El Movimiento Secundario del Año 2006 y las Organizaciones de Autoeducación Popular. **Observatorio Chileno de Políticas Educativas. FACSO**, v. 2, 2008.

LUBBE, Sam; KLOPPER, Rembrandt; RUGBEER, Hemduth. The matrix method of literature review. 2007.

MAMANI, Ticoná; ORESTES, Brucelee. Empoderamiento de las redes sociales en la participación política de los jóvenes en las elecciones generales, de la ciudad de Puno 2016. 2017.

MANCINI, MC; SAMPAIO RF. Estudos de Revisão Sistemática: Um Guia para Síntese criteriosa da Evidencia Científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**. V. 11 nº 1. 2007.

MANZANO, Valeria. Cultura, política y movimiento estudiantil secundario en la Argentina de la segunda mitad del siglo XX. **Propuesta educativa**, n. 35, p. 41-52, 2011.

MARTÍNEZ, Jorge Eliécer. Participación política juvenil como políticas del acontecimiento. **Revista argentina de sociología**, v. 6, n. 11, p. 148-168, 2008.

MARTÍNEZ, M. Loreto et al. Los jóvenes ciudadanos: reflexiones para una política de formación ciudadana juvenil. **Ultima década**, v. 18, n. 32, p. 105-118, 2010.

MARTÍNEZ, M. Loreto; SILVA, Carmen; HERNÁNDEZ, Ana C. ¿ En qué ciudadanía creen los jóvenes? Creencias, aspiraciones de ciudadanía y motivaciones para la participación sociopolítica. **Psykhe (Santiago)**, v. 19, n. 2, p. 25-37, 2010.

MIRANDA, Ana; OTERO, Analía; CORICA, Agustina. Cambio y situación social de los jóvenes en Argentina. **Papeles de población**, v. 13, n. 52, p. 231-253, 2007.

MOSQUEIRA, Mariela Analía. " La política requiere de leones, no de ovejas": Participación política en jóvenes cristiano-evangélicos. 2010.

MUGNAINI, Rogério; STREHL, Letícia. RECUPERAÇÃO E IMPACTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ERA GOOGLE: uma análise comparativa entre o Google Acadêmico e a Web of Science. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2008.

NÚÑEZ, Pedro Fernando. La redefinición del vínculo juventud-política en la Argentina: un estudio a partir de las representaciones y prácticas políticas juveniles en la escuela secundaria y media. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 6, n. 1, 2008.

NÚÑEZ, Pedro. Aportes para un nuevo diseño de políticas de juventud: La participación, el capital social y las diferentes estrategias de grupos de jóvenes. **En: Capital social de los y las jóvenes: propuestas para programas y proyectos-LC/L. 1988-P-2003-v. 1, p. 19-30**, 2003.

NÚÑEZ, Pedro. Aportes para un nuevo diseño de políticas de juventud: La participación, el capital social y las diferentes estrategias de grupos de jóvenes. **En: Capital social de los y las jóvenes: propuestas para programas y proyectos-LC/L. 1988-P-2003-v. 1, p. 19-30**, 2003.

NÚÑEZ, Pedro. Escenarios sociales y participación política juvenil: Un repaso de los estudios sobre comportamientos políticos desde la transición democrática hasta Cromagnon. **Revista SAAP**, v. 4, n. 1, p. 0-0, 2010.

NÚÑEZ, Pedro. Política y poder en la escuela media: disputas en torno a la" participación juvenil" en el espacio escolar. **Revista Argentina de Estudios de Juventud**, v. 1, 2010.

ORTIZ MARÍN, Manuel; VARGAS GUTIÉRREZ, Yazmín. Escenarios culturales de los jóvenes y participación ciudadana. **Culturales**, v. 7, n. 14, p. 125-158, 2011.

PARRA ESTRELLA, Gabriela Elizabeth; SORIA ERAZO, Karla Sofía. **Presentaciones sociales de los jóvenes sobre la participación: estudio de caso de jóvenes de 15 a 24 años de edad del centro de información y comunicación juvenil del programa del muchacho trabajador, del Banco Central del Ecuador, Quito.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso.

QUAPPER, Klaudio Duarte. Jóvenes, imágenes polares y tensiones. A propósito de participación política juvenil a treinta años del golpe militar contra el pueblo chileno.

RODRÍGUEZ VÁSQUEZ, Mauricio. Reflexión sobre la experiencia de política de juventud en Chile. **Última década**, v. 8, n. 12, p. 91-102, 2000.

RODRÍGUEZ, Juan Carlos. Participación juvenil y ciudadanía. **En: Protagonismo juvenil en proyectos locales: lecciones del Cono Sur-LC/G. 2098-P-2001-p. 73-87**, 2001.

RODRÍGUEZ, Juan Carlos. Participación juvenil y ciudadanía. **En: Protagonismo juvenil en proyectos locales: lecciones del Cono Sur-LC/G. 2098-P-2001-p. 73-87**, 2001.

ROJAS PERDOMO, Jessica; SANCHEZ PRIETO, Javier Andres. **¿ Que percepción tienen los jóvenes frente a la participación ciudadana?.** 2014. Tese de Doutorado. Corporación Universitaria Minuto de Dios.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas** – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

SANDOVAL MOYA, Juan. Ciudadanía y juventud: el dilema entre la integración social y la diversidad cultural. **Última década**, v. 11, n. 19, p. 31-45, 2003.

SANDOVAL MOYA, Juan; HATIBOVIC DÍAZ, Fuad. **Socialización política y juventud: el caso de las trayectorias ciudadanas de los estudiantes universitarios de la región de Valparaíso.** Última década, v. 18, n. 32, p. 11-36, 2010.

SANDOVAL, Mario. La relación entre los cambios culturales de fines de siglo y la participación social y política de los jóvenes. **La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo**, p. 147-164, 2000.

SAPIAINS ARRUÉ, Rodolfo; ZULETA PASTOR, Pablo. **Representaciones sociales de la escuela en jóvenes urbano populares desescolarizados.** Última década, v. 9, n. 15, p. 53-72, 2001.

SERAFIM, Lizandra; MORONI, Antonio José. Apresentação: **Sociedade Civil e Novas Institucionalidades democráticas na América Latina: Dilemas e perspectivas.** São Paulo: Instituto Pólis e INESC, 2009. 288 p.

SERAFIM, Lizandra; ROMÃO, Wagner de Melo; TEIXEIRA, Ana Claudia. Apresentação: Dossiê “Participação, Democracia e Políticas Públicas na América Latina”. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v. 2, n. 1, Julho/2017, pp-1-2.

SILVA, Eduardo; SILVA, Carmen. La economía política y las motivaciones de participación socio-política de jóvenes chilenos: Una interpretación de los hallazgos de Martínez, Silva y Hernández (2010). **Psykhe (Santiago)**, v. 19, n. 2, p. 39-50, 2010.

SIRVENT, María Teresa. La educación de jóvenes y adultos frente al desafío de los movimientos sociales emergentes en Argentina. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, 2005.

THEZÁ MANRÍQUEZ, Marcel. Apuntes para una resignificación de la participación política de los jóvenes a partir del eje igualdad-desigualdad. **Última década**, v. 11, n. 19, p. 47-70, 2003.

TORO, Sergio. La inscripción electoral de los jóvenes en Chile. Factores de incidencia y aproximaciones al debate. **Modernización del régimen electoral chileno**, p. 101-122, 2007.

TOURAINÉ, Alain. Juventud y democracia en Chile. **Última década**, n. 8, 1997.

URRESTI, Marcelo. Paradigmas de participación juvenil: un balance histórico. **La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo**, p. 177-206, 2000.

VALDERRAMA, Lorena B. Jóvenes, Ciudadanía y Tecnologías de Información y Comunicación. El movimiento estudiantil chileno. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 11, n. 1, 2013.

VALENZUELA FUENTES, Katia. Colectivos juveniles: ¿inmadurez política o afirmación de otras políticas posibles?. **Última década**, v. 15, n. 26, p. 31-52, 2007.

VÁZQUEZ, Melina; VOMMARO, Pablo. La fuerza de los jóvenes: aproximaciones a la militancia kirchnerista desde La Cámpora. **Vamos las bandas. Organizaciones y militancia kirchnerista, Buenos Aires, Trilce**, p. 149-174, 2012.

VELÁSQUEZ, Elda; MARTÍNEZ, M. Loreto; CUMSILLE, Patricio. Expectativas de autoeficacia y actitud prosocial asociadas a participación ciudadana en jóvenes. **Psykhe (Santiago)**, v. 13, n. 2, p. 85-98, 2004.

VOMMARO, Pablo; VÁZQUEZ, Melina. La participación juvenil en los movimientos sociales autónomos de la Argentina: El caso de los Movimientos de Trabajadores Desocupados (MTDs). **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 6, n. 2, p. 485-522, 2008.

ZARZURI, Raúl. Tensiones y desafíos en la participación política juvenil en Chile. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, v. 15, n. 50, p. 103-115, 2010.